

Cristina Chaoui Santos

**Teorias Contemporâneas de Metáfora:
Convergências em Diferenças**

Dissertação apresentada no Curso de Pós-graduação em Letras/lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Lingüística.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. **Roberta Pires de Oliveira**

Florianópolis – fevereiro de 2001

Dissertação julgada adequada para a obtenção do grau de


MESTRE EM LINGÜÍSTICA,

área de Teoria e Análise lingüística,

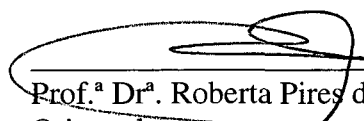
linha de pesquisa em Metáfora e Representação.

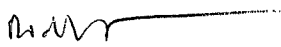
Aprovada em sua forma final pelo
Programa de Pós-graduação em Lingüística da
Universidade Federal de Santa Catarina

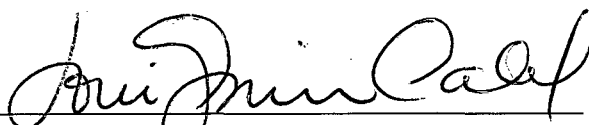
Coordenador do CPGLL

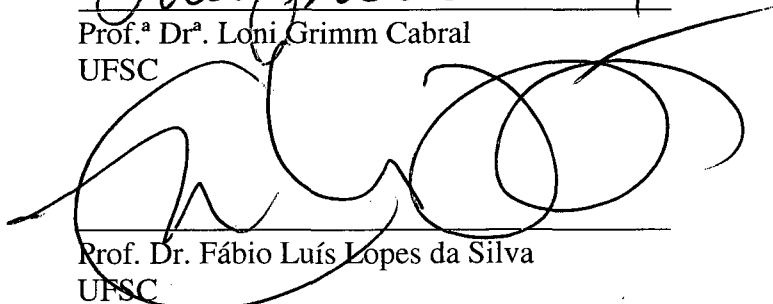

Prof. Dr. Heronides Maurílio de Melo Moura

Banca examinadora


Prof.ª Dr.ª Roberta Pires de Oliveira
Orientadora
UFSC


Prof. Dr. Rodolfo Ilari
Unicamp


Prof.ª Dr.ª Loni Grimm Cabral
UFSC


Prof. Dr. Fábio Luís Lopes da Silva
UFSC

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a minha família, em especial a meus pais, que são meus maiores mestres e incentivadores nesta vida.

Agradeço também ao professor Fábio Lopes por ter me indicado Roberta Pires de Oliveira como orientadora. Além de eu ser grata a Roberta por me ter aceitado como orientanda, agradeço sua permanente disponibilidade e dedicação em me assistir.

Um obrigado especial à minha irmã Verônica, a meus amigos Reinaldo e esposa Daniela, e a minha amiga Adriane que, por acreditarem em mim, muito me estimularam a ingressar no mestrado.

Não posso deixar de agradecer a meu irmão, Emerson, pela execução da capa e pela ajuda nos serviços de computação. Agradeço também a meu irmão Daniel e Kleber por também me auxiliarem nos serviços de computação. Meu muito obrigado a todos vocês.

Meu muito obrigado novamente a Kleber que, além de me ajudar no computador, imprimiu todas as minhas versões e muito me animava com suas palavras de apoio e incentivo.

Agradeço novamente a meu pai, Adelson Souza Santos, pela correção final do texto e das traduções.

Não posso deixar de agradecer ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e ao departamento de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina pelo apoio financeiro, sem o qual não teria sido possível desenvolver esta dissertação.

Finalmente, agradeço a Deus, porque, sem Ele, nada disso faria sentido.

Um pouco de ciência nos afasta de Deus.

Muito, nos aproxima.

Louis Pasteur.

À minha família pelo apoio incondicional.....

Resumo

O estado-da-arte do estudo da metáfora é dominado pelas abordagens lingüística e cognitiva. A corrente lingüística, por sua vez, compreende as teorias semântica e pragmática. A conceitualização do (meta)termo metáfora por essas correntes teóricas difere dando margem a uma rica investigação em torno do tema. Uma avaliação dessas diversas abordagens, segundo o princípio de economicidade de teoria - isto é, a capacidade da teoria de explicar mais dados de forma mais econômica - , revela que não é possível estabelecer comparações objetivas entre elas mas, sim, identificar elementos de convergência, ainda que apenas local.

Abstract

The state-of-the-art of the study of metaphors is dominated by the linguistic and cognitive approaches. The linguistic approach, in turn, encompasses both the semantic and the pragmatic theory. The conceptualization of the (meta)term metaphor by these theoretical trends differs allowing for the development of a rich inquiry into the subject. An evaluation of these various approaches, according to the principle of economy, - that is, the capacity of a theory to explain more data in the most economic way - , reveals that it is not possible to establish objective comparisons between them, but one can identify elements of convergence, even though local ones.

Sumário

Introdução.....	01
Capítulo I – Contornos de uma Teoria Semântica de Metáfora.....	03
0. Introdução.....	03
1. Teoria Semântica Clássica de Metáfora.....	04
2. Uma Nova Abordagem Semântica da Metáfora: A Metáfora Cognitiva Interacionista.....	23
3. Um exemplo da Teoria Semântica Contemporânea.....	38
4. Conclusão.....	40
Capítulo II – Entendendo a Metáfora Pragmaticamente.....	43
0. Introdução.....	43
1. A Metáfora sem sentido de Donald Davidson.....	44
2. As implicaturas de Grice.....	60
3. A Comunicação governada pela Relevância.....	72
4. Metáfora em Searle: do significado da sentença ao significado do falante.....	85
5. Conclusão.....	99
Capítulo III	
A Metáfora na Cognição.....	101
0. Introdução.....	101
1. A Metáfora Conceitual.....	103
2. Classificação das Metáforas.....	106
3. Consistência e Coerência Metafórica.....	113
4. Vínculos e Coerências Metafóricos de um único Conceito.....	115
5. Metáforas Vivas versus Metáforas Mortas.....	123
6. Metáforas Novas.....	124
7. O Poder de as Metáforas criarem ou induzirem semelhanças e sua relação com o Conceito de Verdade.....	128
8. Metáfora e Literal.....	133
9. A noção de Gestalt.....	136
10. Motivado versus arbitrário.....	139
11. Linguagem e Pensamento.....	145
12. Conclusão.....	146
Uma Aplicação da Teoria Cognitiva ao Português Brasileiro	150
Capítulo IV – Convergências em Diferenças.....	158
1. Incomensurabilidade de Teorias?.....	158
2. Seriam as Teorias de Metáfora incomensuráveis?.....	165
3. Convergências nas Diferenças: Análise de Caso.....	171
3.1 Abordagem Semântica.....	172
3.2 Abordagem Pragmática.....	173
3.3 Abordagem Cognitiva.....	175
4. Convergência na Diferença.....	177
Conclusão.....	180
Referência Bibliográfica.....	182

Introdução

Esta dissertação tem como objetivo um estudo crítico e descritivo sobre as diferentes teorias contemporâneas da metáfora, organizando-as de modo a configurar um panorama do estado-da-arte nesse campo de investigação.

As teorias de metáfora contemporâneas podem ser divididas em duas grandes correntes: a cognitiva e a lingüística. É a noção de metáfora como desvio o ponto de separação entre elas. Enquanto que na abordagem cognitiva a metáfora é um procedimento cognitivo, não apenas imprescindível, mas também absolutamente normal para a linguagem ordinária, o pensamento e a ação, na abordagem lingüística, a metáfora é um desvio da linguagem ordinária. Ela é poética. A visão lingüística pode, por sua vez, ser subdividida em dois outros blocos: o semântico e o pragmático. A diferença entre eles está na compreensão de que a metáfora, enquanto um fenômeno semântico, envolve mudança de sentido, e, enquanto um fenômeno pragmático, está associada ao uso da linguagem e à intenção do falante.

O diagrama mostrado na figura 1, a seguir, apresenta um esboço da classificação das teorias de metáfora, que serão discutidas ao longo deste trabalho.

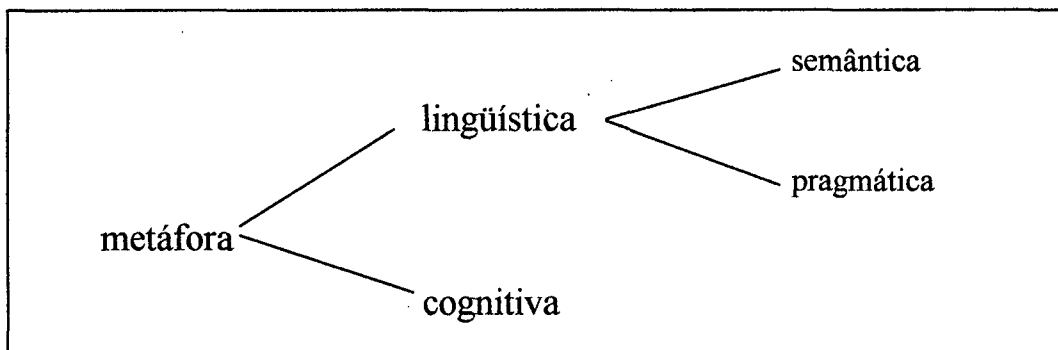


Figura 1 – classificação da metáfora

No primeiro momento desta dissertação serão examinadas as diferentes concepções do (meta)termo metáfora em cada uma das vertentes teóricas que compõem o atual estado-da-arte. Procuraremos mostrar que cada uma das

definições insere-se numa teoria de linguagem particular. Buscaremos, ainda, exemplificar as diversas abordagens. Dentre essas abordagens iremos destacar a teoria cognitiva, não porque ela é uma corrente de análise recente, mas porque nela metáfora é um conceito central, pertencente ao núcleo duro da teoria. Iremos, no capítulo 3, propor uma análise detalhada do conceito de argumentação presente em expressões lingüísticas recorrentes do português brasileiro.

Por último, no capítulo 4, o trabalho procura realizar seu objetivo principal: avaliar, segundo critérios considerados senso comum na ciência, qual das teorias de metáfora analisadas é a melhor. A metodologia adotada nessa avaliação se baseia no princípio da economicidade, isto é, na capacidade da teoria de explicar mais dados da forma mais econômica. Este critério é, como veremos, aceito por diversos protagonistas das teorias de metáfora e encontra respaldo também nas discussões em epistemologia da ciência.¹ Não iremos, no entanto, desenvolver uma argumentação que sustente este princípio. Ele será adotado levando-se em conta apenas o fato de que ele é aceito pela comunidade que nos interessa.

¹ Ver, por exemplo, o capítulo 1 de Lacey (1999).

Capítulo I

Contornos de uma Teoria Semântica de Metáfora

0. Introdução

Acreditamos ser necessário, antes de nos adentrarmos na abordagem lingüística, mais especificamente no bloco semântico, retornarmos à visão tradicional de metáfora, ainda presente nas gramáticas normativas, livros didáticos e senso-comum.

Segundo Burkhardt (1990), a primeira teoria sobre metáfora é encontrada nos escritos de Aristóteles. De acordo com este autor, metáfora é a transferência de uma palavra de seu campo ou domínio próprio para uma gama de outras classes de objetos, o transporte de uma palavra para uma esfera onde não é normalmente usada, a aplicação de uma palavra a objetos aos quais normalmente não é aplicada. Em resumo, no uso metafórico, a palavra adquire um novo domínio de referência. A pré-condição para tal transferência, ainda segundo Burkhardt, está no reconhecimento de similaridades ou analogias entre os diferentes objetos ou classes de objetos envolvidos. Na visão aristotélica, a transferência metafórica supõe também a possibilidade de uma substituição pela expressão própria, i.e, pela expressão literal realmente pretendida. Burkhardt acredita que a teoria de Aristóteles tem que ser vista como um hibridismo entre as visões comparativa e substitutiva²; mas também, segundo ele, ela se torna mais rica, no momento em que algo novo é criado - uma transferência - , em que passa a existir uma nova predicação desviada. A metáfora, nos escritos de Aristóteles,

consiste em dar a uma coisa um nome que pertence a outra, ocorrendo uma transferência do gênero para a espécie, ou de uma espécie para

² Veremos, mais adiante, estas duas vertentes.

outra, ou da espécie para o gênero, ou por razões de analogia. (Aristóteles, *De Poetica*, 1946, 21,1457b).³

Burkhardt diz que a concepção de metáfora de Aristóteles acaba se tornando muito ampla, compreendendo o que chamamos de sinédoque e metonímia, expansão de extensões de significado, de um lado, e o uso de substituição do “gênero máximo”, do outro.

O autor conclui que o núcleo básico do que hoje chamamos metáfora ainda envolve, conforme a terminologia aristotélica, a noção de **transferência** de uma espécie para outra, i.e., a substituição por uma expressão semanticamente relacionada, compartilhando o mesmo “gênero máximo”.

1. Teoria Semântica Clássica da Metáfora

A teoria semântica clássica – que se bifurca nas chamadas abordagens comparatista e substitutivista -, é fortemente influenciada pelos escritos de Aristóteles, e explica a construção e interpretação da metáfora dentro da estrutura semântica da própria linguagem, embora seu reconhecimento dependa de percebermos uma impropriedade entre a palavra usada e a coisa referida. A metáfora, nessa abordagem, não traz conhecimento, consistindo apenas num ornamento, num recurso estilístico. Em virtude desse fato, ela pode e deve ser traduzida por uma paráfrase literal. Uma versão moderna desta visão pode ser encontrada na semântica de traços, em que as propriedades semânticas de uma palavra são inerentes a ela, ou seja, o seu significado está contido dentro dela mesma, na forma de traços semânticos necessários e suficientes. Assim, na sentença

(1) Aquele homem é um leão,

os itens lexicais possuem traços semânticos que todos reconheceriam imediatamente. O item lexical ‘homem’, por exemplo, possui traços ou

³ Tradução nossa: consists in giving the thing a name that belongs to something else; the transference being either from genus to species, or from species to genus, or from species to

características semânticas de (+) humano, (+) masculino e (+) adulto. A palavra 'leão' possui os traços semânticos (-) humano, (+) masculino (+) leonino. No exemplo (1), portanto, há uma incongruência semântica de traços [(+) humano versus (-) humano], que permite identificá-lo como metáfora. É justamente essa incongruência de traços que caracteriza o desvio semântico, o qual, por sua vez, culmina na metáfora. Os traços de cada item lexical são determinados, como já dito antes, pela própria estrutura semântica das línguas em geral, isto é, sua compreensão, a princípio, não depende de fatores como aqueles de caráter cultural, social, contextual, etc.

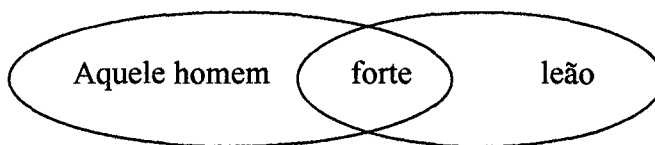
A semântica de traços, desse modo, atribui uma consistência universal à metáfora, porque os traços semânticos essenciais são compartilhados por todas as línguas, independentemente da sociedade ou cultura em que eles são formados. Neste sentido, os traços são imanentes à linguagem. O significado de sentenças figuradas é compreendido através de (re)arranjos semânticos, a saber, a partir das disposições semânticas de palavras e de suas combinações.

A sentença (1), por exemplo, é compreendida a partir de rearranjos semânticos: a palavra 'leão', cujo traço semântico é de (-) humano, portanto incompatível com o item lexical (+) humano de 'homem', sofre um deslocamento, e assim é substituída por uma palavra cujo traço tem obrigatoriamente que ser (+) humano, e que evoque relações de semelhanças com 'leão'. Assim, chegamos à interpretação abaixo - a paráfrase literal da sentença (1):

(1') Aquele homem é forte.

Ou seja,

Aquele homem é | leão
 forte



species, or on grounds of analogy.

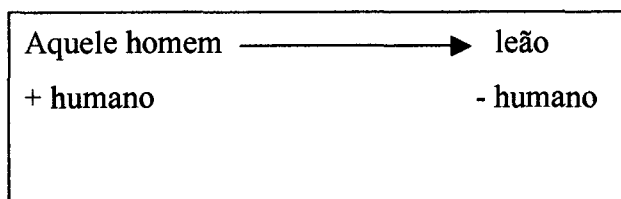
Esta é a visão substitutiva da metáfora. Nela, tanto a identificação da metáfora quanto a sua interpretação são resolvidas a nível de deslocamento lexical, ou rearranjos semânticos, sem provocar alteração no modo como o objeto no mundo é apresentado para nós. Em outros termos, nada aprendemos de novo sobre o homem a quem a sentença se refere. Neste caso, a metáfora é apenas ornamento.

Como garantir que esta paráfrase é a mais correta? Como termos certeza de que o falante quis, ao usar a sentença (1), afirmar a sentença (1')? Há inúmeras outras maneiras de se traduzir a sentença em (1): 'aquele homem é feroz', 'aquele homem é corajoso', etc. Além do mais, a sentença (1) remete-nos a um modo de pensamento, a uma forma de enxergar o homem em questão que, ao traduzirmos para o literal, perde-se totalmente. Assim, ao se traduzir a sentença, perde-se o efeito cognitivo produzido pela metáfora. Em outros termos, não há como garantir que a sentença (1') diz exatamente o mesmo que a sentença (1). Esta crítica será melhor desenvolvida mais adiante.

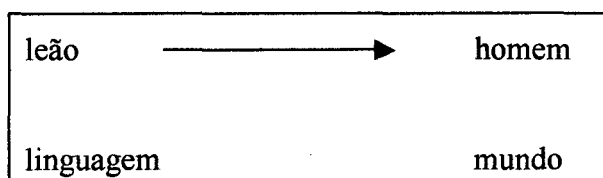
A corrente que resolve a metáfora pela substituição de nome por nome, não vê, na metáfora, um sentido metafórico, porque ela constitui apenas um desvio de linguagem. Assim, ela não faz parte da estrutura da linguagem, porque sua interpretação é uma remissão ao literal. A metáfora, por ser um desvio de linguagem, não cabe dentro da língua. Pode-se concluir que o significado da palavra é absoluto e essa verdade está no domínio da linguagem, nos traços semânticos intrínsecos às palavras. Isso nos remete a uma visão de verdade cujo centro reside no pressuposto metafísico de que a estrutura da linguagem é isomórfica à estrutura do mundo. A linguagem não é constitutiva do mundo e do pensamento, ao contrário, ela só veicula o pensamento, só expressa um mundo já dado *a priori*. Nesse caso, pensamento, mundo e linguagem são três coisas distintas, no sentido de que não interagem um com o outro na formação de novas estruturas. Ou, por outro lado, nós podemos dizer que pensamento, linguagem e mundo são a mesma coisa - a expressão de estruturas a priori - , visto que se a linguagem reflete o mundo, ela é o mundo⁴. Dentro desse contexto, a metáfora constitui-se, como já dito antes, um desvio lingüístico, um afastamento da

estrutura *a priori* do mundo e pode ser fácil e fielmente substituída por uma outra palavra ou sentença literal, sendo que essa troca não danifica em nada o seu significado e nem altera a maneira como o objeto é referido. Em outras palavras, a metáfora não constrói conhecimento.

Há, dentro da abordagem semântica da metáfora, duas maneiras de entendermos como se dá o processo de identificação da sentença (1): Na primeira, o significado é puramente lingüístico, isto é, compõe-se de traços. A metáfora é, neste caso, um desvio (incompatibilidade) de traços. É o que vimos na explicação acima.



Na segunda, a linguagem reflete a ordem do mundo, que a metáfora subverte.



A metáfora, neste caso, resulta de uma relação desviante entre linguagem e mundo: uso 'leão' para falar sobre um homem. Em quaisquer dos casos, a identificação é através do desvio.

Para além da identificação, é preciso explicar como interpretamos uma sentença metafórica. A interpretação se dá ou por substituição (através de semelhanças) ou por comparação. O procedimento descrito acima consiste em encontrar e substituir o item lexical 'leão' por um outro, restituindo a ordem lingüística e do mundo. Além deste método chamado substitutivo, há o método comparativo para restaurarmos o literal.⁵ No método substitutivo listam-se os

⁴ Daí, por exemplo, o primeiro Wittgenstein acreditar que os limites da minha língua são os limites do meu mundo.

⁵ Para uma crítica ver Black (1962), Davidson (1992), entre outros.

traços semânticos de ‘homem’ e ‘leão’, comparam-se os traços e verificam-se os traços em comum. No exemplo considerado, o traço semântico comum a ‘aquele homem’ e ao ‘leão’ pode ser caracterizado como (+) forte. Assim, como vimos, a sentença (1) deve ser substituída pela sentença (1’).

Houve aqui um rearranjo semântico, uma substituição lexical de um item por outro, um jogo de significados que não altera o conteúdo proposicional da metáfora. Daí a tradução literal não ser apenas possível, mas também adequada e necessária. A metáfora se torna, então, um mero “enfeite”, já que seu conteúdo em nada difere daquele de sua paráfrase literal.

No método comparativo, a metáfora é vista como uma comparação abreviada, o que restitui a literalidade da sentença. É a sentença comparativa que expressa o conteúdo literal da metáfora.

Essa visão clássica de metáfora, segundo Burkhardt (1990) foi desenvolvida por Quintiliano. Quintiliano usa a fórmula “uma forma mais curta de símile” para designar metáfora. Tem que se acrescentar, no entanto, segundo Burkhardt, que, para Quintiliano, numa expressão metafórica, o objeto com o qual a “coisa que nós desejamos descrever” é comparada “é realmente substituído pela coisa”. (*Institutio Oratoria*, VIII,vi,8).

A metáfora é, então, uma “comparação abreviada”, isto é, uma símile elíptica em que a partícula de comparação ‘como’ é suprimida. De acordo com Burkhardt (1990), Quintiliano, que também usa o termo latim *translatio*, fica muito perto da visão de Aristóteles quando ele afirma que numa expressão metafórica

um substantivo ou um verbo é transferido do lugar ao qual ele pertence propriamente para outro onde não existe termo literal ou onde o termo transferido é melhor que o literal. (Burkhardt, 1990:312)⁶

⁶ Tradução nossa: a noun or a verb is transferred from the place to which it properly belongs to another where there is either no literal term or the transferred is better than the literal.

Quintiliano, segundo Burkhardt, também distingue entre metáforas necessárias - que são aquelas criadas e usadas quando não existe nenhum termo literal disponível - daquelas que, simplesmente, produzem um efeito decorativo. Assim, a sentença (1) encobre a sentença (2)

(2) Aquele homem é como um leão.

A abordagem comparativa pode ou não apresentar explicitamente a propriedade em comum. Se o fizer, será uma comparação fechada:

(3) Aquele homem é forte como um leão,

caso contrário, como (2), será uma comparação aberta.

As teorias comparatista e substitutiva sofreram muitas críticas ao longo de toda história filosófica e lingüística da metáfora. Autores de linhas diferentes - semântica, pragmática, cognitiva - contribuíram de alguma forma para o desenvolvimento de uma crítica que se opõe às abordagens clássicas.

Um dos problemas que tais teorias devem enfrentar é o fato de que elas não levam em consideração que os itens lexicais podem, sim, receber influências culturais, o que leva a uma reestruturação dos traços lexicais que, agora, não possuem mais a característica de serem universais. Dessa forma, por exemplo, na sentença (1), 'leão' pode ter um traço (+) forte para uma sociedade e (-) forte para outra.

Consideremos agora, dentre os inúmeros críticos da teoria tradicional de metáfora, alguns que muito bem criticam essa visão, em especial, o filósofo John Searle⁷. Segundo Searle (1979), a tese de comparação argumenta que as comparações presentes implicitamente nos proferimentos metafóricos devem ser tomadas literalmente. Porém, de acordo com o autor, parece haver muitos proferimentos nos quais não há similaridade literal correspondente relevante entre

duas sentenças: a sentença metafórica, S, e a sentença comparada literal, P. Em qualquer dos casos, a interpretação vai ser sempre metafórica. Por exemplo, na célebre sentença apresentada por este autor,

(4) Sally é uma pedra de gelo,

não existe nenhuma característica literal semelhante entre pedra de gelo e Sally. Mesmo que fossem incluídas as várias crenças que as pessoas têm a respeito de pedra de gelo, elas ainda não seriam, segundo o autor, literalmente verdadeiras com referência a Sally, porque simplesmente não há uma classe de predicados, R, tais que Sally seja literalmente como uma pedra de gelo com respeito a R, onde R é o que se pretende predicar metaforicamente de Sally quando se diz que ela é uma pedra de gelo.

Segundo Searle, ser ‘não-emocional’ não é uma característica de pedras de gelo, porque pedras de gelo não se situam nessa dimensão de realidade absolutamente. Além do mais, continua ele, há muitas comparações que não se pretende que sejam literais. Por exemplo, um proferimento como

(5) Meu amor é como uma rosa vermelha, vermelha,

não significa que há uma classe de predicados literais que sejam verdadeiros tanto para ‘meu amor’ como para ‘rosas vermelhas, vermelhas’, e que expressem o que o falante estava pretendendo quando disse que seu amor era como uma rosa vermelha, vermelha.

Segundo Searle, o problema é que não parece haver quaisquer similaridades literais entre objetos que são frios e pessoas que são não-emocionais, que justifique a visão de que, quando nós dizemos metaforicamente que alguém é frio, o que nós queremos dizer é que ele ou ela é não-emocional.

⁷Alguns comentários feitos por Searle, assim como alguns dos seus exemplos, serão retomados em uma seção especial do autor, no capítulo 2.

Não existe uma relação literal óbvia entre as pessoas não-emocionais e objetos frios. Esta relação é, então, arbitrária.⁸

O autor constata que metáforas de temperatura para características emocionais e pessoais são bastante comuns, e elas não derivam de quaisquer similaridades literais implícitas. Assim, pode-se falar de ‘argumento requentado’, ‘uma acolhida calorosa’, ‘uma amizade morna’, e ‘frigidez sexual’.

Essas metáforas comprovam que nem toda comparação é baseada em símiles ou comparações literais, visto que a interpretação escorregaria sempre para uma interpretação metafórica.

Assim, proferimentos do tipo (4) não podem ser traduzidos literalmente porque sua paráfrase,

(4’) Sally é fria como uma pedra de gelo,

também é entendida metaforicamente, ou seja, ‘fria’, nesta sentença, tem um sentido de uma pessoa sem emoção ou não-emocional. Segundo Searle, a relação existente entre frio e falta de emoção é uma questão de percepção e prática lingüística. Não há uma relação concreta estabelecida entre frio e não-emocional. Parece que a metáfora cria esta associação. Searle, neste ponto, segue a tradição de Black (1962), no momento em que diz que a metáfora cria similaridades, muitas vezes guia nossos pensamentos e determina nossas percepções de mundo. Esse tipo de metáfora atravessa diferentes culturas e constitui a visão de mundo de muitas pessoas. A esse tipo de metáfora retornaremos no capítulo 3, com base na concepção de Lakoff & Johnson (1980), em que metáforas desse tipo criam similaridades e têm que ser compreendidas como conceitos metafóricos do tipo EMOÇÕES SÃO EXPERIÊNCIAS FÍSICAS.

Outro ponto em que Searle confronta as teorias tradicionais é que, segundo ele, a símile em geral não funciona como parte das condições de verdade dos

⁸ A abordagem cognitiva explica, como ficará claro no capítulo 3, essa relação como sendo

proferimentos metafóricos, mas como uma estratégia de interpretação. Assim, se digo metaforicamente

(6) Ricardo é um gorila,

querendo dizer literalmente que

(6') Ricardo é agressivo como gorilas,

a sentença (6) se deu, porque, na crença do ouvinte, gorilas são agressivos, intolerantes, etc.

De acordo com a teoria de comparação, então, a sentença (6) foi estabelecida porque Ricardo e gorilas são similares em diversos aspectos: são agressivos, violentos, etc. Assim, a símile literal correspondente a (6) foi (6').

Descobre-se, no entanto, que gorilas não são agressivos. Apesar da sentença (6) ser verdadeira, a sentença (6') não é, e, conseqüentemente, a explicação da teoria comparativa de que Ricardo e gorila são similares em diversos aspectos, como agressividade e violência, não faz mais sentido.

Segundo Searle, a sentença (6) não nos compromete com a verdade de que os gorilas são de tal sorte que seu comportamento se parece com o de Ricardo. Pois, segundo ele, a sentença (6) não precisa ser sobre gorilas reais, absolutamente, e podemos dizer que gorila em (6) tem uma ocorrência metafórica. Aqui neste caso, como em vários outros, constata o autor, não houve uma afirmação literal de similaridade, mas houve uma comparação figurativa, em que o falante não se compromete com uma declaração literal de similaridade. Por isso, símiles literais não fazem parte das condições de verdade de um proferimento metafórico. Em outras palavras, a afirmação metafórica e a afirmação de similaridade correspondente não podem ser equivalentes em sentido porque elas

motivada e corpórea.

têm diferentes condições de verdade. Dessa forma, Searle defende a proposta de que a similaridade funciona como uma **estratégia de compreensão**, não como um componente de sentido: A sentença metafórica (6) diz apenas que Ricardo tem certas características (e para descobrir quais são elas devemos considerar as características associadas com gorilas). A associação, por sua vez, pode não estar baseada em fatos reais, mas em crenças individuais do ser humano, por exemplo.

O autor conclui que a visão comparativa tenta explicar a metáfora como uma relação entre referências. Porém, segundo ele, os processos mentais e os processos semânticos envolvidos na produção e compreensão de proferimentos metafóricos não podem eles mesmos envolver referências, mas devem estar a nível de **intencionalidade**, isto é, devem envolver relações a nível de crenças, sentidos, associações, e assim por diante. Searle, dessa forma, conclui que a semântica interacionista, que veremos na próxima seção, está certa ao evitar a visão comparativa de metáfora como uma relação entre referências, concebendo-a em contrapartida como uma relação entre crenças, significados, associações, e assim por diante.

Outra crítica apontada pelo autor decorre do fato de que as interpretações de metáforas são normalmente abertas porque não está definitivamente claro sobre quais propriedades exatamente a similaridade alegada é baseada. Assim, de acordo com essa visão, o proferimento metafórico 'Sally é uma pedra de gelo' significa 'Sally é como uma pedra de gelo de alguns modos ainda não especificados', o que é vago.

Segundo Searle, a teoria falha ao não explicar como computar exatamente o valor das propriedades compartilhadas que permitem a comparação. Nesse sentido, a teoria quase não tem poder explanatório, porque a tarefa de uma teoria de metáfora é explicar como o falante e o ouvinte são capazes de ir de 'S é P' - uma sentença metafórica -, para 'S é R' - sua paráfrase literal -, e o processo não é explicado quando nos é dito que eles vão de 'S é P' para 'S é R' passando primeiro pelo estágio 'S é como P com respeito a R', porque não nos é dito como podemos descobrir os valores que se deve atribuir a R, ou seja, as propriedades comuns a S e P.

Assim, segundo o autor, dizer que o 'S é P' metaforicamente implica o 'S é como P' literal não resolve o problema, apenas o empurra um passo para trás. Ele diz que o problema de entender comparações (símbolos) literais, com a consideração de similaridade não especificada, é apenas uma parte do problema de não entender metáfora. Assume-se que nós sabemos, por exemplo, que o proferimento 'Julieta é o sol' não significa que 'Julieta é gasosa', etc, isto é, que ela contém aquelas propriedades de sol, mas sim que 'Julieta é imprescindível como o sol'; sem, no entanto, explicar como chegamos a este conhecimento.

Levinson (1994) também demonstra que a teoria da comparação não consegue identificar quais propriedades exatamente a comparação quer apontar. Dessa forma, a semântica e a sintaxe de uma sentença parecem não ser suficientes para explicar em quais aspectos as propriedades se assemelham, porque, para Levinson, a metáfora também é uma questão de intencionalidade do falante.

Vejamos agora a explicação de Levinson para justificar seu argumento. Segundo ele, a visão comparativa clama que as metáforas são derivadas de símiles explícitas e abertas. Assim, a sentença

(7) João é um anjo,

é equivalente a,

(7') João é como um anjo.

Dessa forma, o problema da metáfora pode ser resolvido pela semântica da similaridade. Em outras palavras, entender a metáfora é entender alguns tipos de usos literais específicos da linguagem, especificamente, aqueles presentes na símile.

O processo semântico normal envolvido na interpretação de (7) é utilizado diretamente na interpretação de (7'). O primeiro problema apontado pelo autor é: nem toda metáfora pode ser simplesmente derivada de uma símile pela supressão

do predicado de similaridade ('é como', 'é semelhante a', etc.). Consideremos, por exemplo, a sentença

(8) O governo está indo no caminho errado em direção a uma via de mão única.
(Levinson, 1994:154).

Segundo o autor, no exemplo (8), para derivar a símile relacionada nós precisamos reconstruir muito mais do que um 'como' ou 'como se' delatados (nenhuma sentença bem formada resulta da inserção de tais termos). Notadamente, nós precisamos de uma estrutura que especifique um predicado adicional implícito e um argumento implícito do tipo indicado abaixo em itálico:

(9) O governo está *seguindo políticas* como um *carro* que vai no caminho errado em direção a uma via de mão única. (Levinson, 1994:154).

Segundo Levinson, parece improvável que qualquer maquinaria sintática motivada pudesse derivar (8) de (9). Ele revisa, então, a teoria buscando uma posição mais fraca: seja qual for a relação sintática entre os pares (8) e (9), a primeira sentença do par possui a representação semântica mais explícita na segunda. A afirmação então é que os membros de tais pares partilham representações semânticas. A questão agora é se tal visão é sustentável, e, se for, se ela é esclarecedora.

Segundo Levinson (1994), na teoria de símile proposta por Miller (1979), em metáforas o intérprete tem de reconstruir um outro predicado e uma outra entidade de modo que, mais uma vez, duas proposições sejam encontradas para serem comparadas. Assim, metáforas são interpretadas como: Há uma propriedade F e uma entidade y tais que x sendo F é como y sendo G. Assim, para entender a sentença

(10) A senhora Gandhi navegou na frente/dianteira (Levinson, 1994:152),

o intérprete deve construir uma símile complexa correspondente de acordo com a regra citada acima.

Para o citado exemplo (10), a regra irá produzir uma símile como a sentença (11), e, mais especificamente, algo como (12), apresentados a seguir:

(11) A senhora Gandhi está fazendo algo que é como algo fazendo algo.
(Levinson, 1994:153).

(12) O progresso de Sra Gandhi nas eleições é como um navio navegando na
dianteira. (Levinson, 1994:153).

Segundo Levinson, a questão crucial aqui é como devemos interpretar 'como' ou o conceito SIMILAR subjacente em, por exemplo, (11) e (12).

Muitos autores, prossegue o autor, concordam que há um contraste entre comparações e símiles. As sentenças (13) e (14), a seguir, são exemplos de comparação e símile de Ortony (1979), respetivamente. (Levinson, 1979:191).

(13) Enciclopédias são como dicionários.

(14) Enciclopédias são como minas de ouro.

De acordo com o autor, a primeira é verdadeira, a segunda, argumentativamente, é literalmente falsa; a primeira admite verificação empírica, a segunda, argumentativamente, não (ao menos quando é lida como uma símile); a primeira chama a atenção para certos atributos-chave compartilhados por ambos os tipos de volumes (i.e. são ambos livros de referência, e ambos estão organizados alfabeticamente); a segunda possui atributos compartilhados menos salientes e muito abstratos (e.g. valor, natureza labiríntica, etc.) Em resumo, a similaridade em (13) é uma similaridade literal, a similaridade em (14) é figurativa. E é claro que metáforas não se referem a similaridades do tipo presente em (13), mas do tipo presente em (14). Assim, conclui o autor, vemos imediatamente que se relacionarmos (14) com a metáfora (15) abaixo, nós não estamos mais certos a respeito de como (14) é realmente interpretado do que estamos a respeito de como metáforas do tipo (15) são compreendidas.

(15) Enciclopédias são minas de ouro,

De acordo com o autor, parece que, para interpretar ambas as sentenças, repetidas abaixo,

(14) Enciclopédias são como minas de ouro,

(15) Enciclopédias são minas de ouro,

temos que inferir alguma analogia do tipo

(16) *conhecimento: valor: enciclopédias :: ouro: valor: minas de ouro,*

onde os termos em itálico estão implícitos. E mesmo assim, segundo Levinson, nós só empurramos o problema para trás, porque o modo como nós entendemos a analogia ainda permanece um enigma. O autor conclui que ganhamos muito pouco, ou nada, ao considerarmos que a representação semântica da metáfora deve ser idêntica às representações das símiles correspondentes, e mesmo que houvesse alguma vantagem nesta afirmação, estaria longe de ser claro que ela seja realmente sustentável.

Searle também, como vimos, argumenta que não está claro que a símile contra-parte de uma metáfora produz paráfrases que são intuitivamente corretas. Comparemos, por exemplo, as seguintes sentenças:

(17) O intérprete martelou o senador.

(18) O que o intérprete fez ao senador foi semelhante a alguém martelando um prego.

Obviamente (18) não é uma boa paráfrase de (17). Assim, para ambos autores, - Levinson e Searle - , há dificuldades enormes para explicar a passagem da sentença (17) para (18), baseando-se em qualquer visão que clame que metáforas são sintaticamente ou semanticamente (ou ambos) símiles implícitas.

Além de todos esses motivos, Burkhart (1990), argumenta que a visão comparativa não poderia antecipar a tendência na poesia moderna de criar e combinar todos os diversos tipos de metáfora em abundância, e também não

considera o fato de que não há nenhuma semelhança no fundo de muitas metáforas. Essa visão não se aplica tampouco a metáforas mortas que povoam, sem serem notadas, todas as línguas. Além do mais, falar de semelhança envolve a idéia de que as propriedades em comum dos objetos comparados, ou classes de objetos, podem ser especificadas verbalmente, e este não é, obviamente, para ele, o caso de muitas metáforas. A visão comparativa abreviada tem que ser, então, segundo Burkhardt, abandonada.

Recapitulando a crítica de Searle e ampliando-a, o proferimento metafórico vai, então, significar alguma coisa diferente do sentido das palavras e sentenças, não porque tenha havido qualquer mudança no sentido dos elementos lexicais, como postulam as visões tradicionais, mas porque o falante significa alguma coisa diferente através deles. Dessa forma, não se pode tentar explicar a metáfora através da semântica ou sintaxe de uma sentença, mas através da **intenção** do falante.

O autor também argumenta que, na produção e compreensão dos proferimentos metafóricos, não há necessidade, como defendem as teorias clássicas, de haver dois objetos para serem comparados. Assim, quando se diz metaforicamente,

(19) Sally é um dragão,

o sujeito que proferiu a sentença não está necessariamente quantificando 'dragão'.

O proferimento não implica literalmente que

(20) $(\exists x) (x \text{ é um dragão}),$

de modo que se esteja comparando Sally a este x.

Segundo Searle, numa metáfora, como já foi dito, nem sempre há dois objetos a serem comparados, o que implica que nem sempre as condições de verdade da símile literal correspondem àquelas do proferimento metafórico.

O autor conclui que a teoria da comparação é simplesmente confusa a respeito do caráter referencial das expressões usadas metaforicamente. O problema de tal análise, de acordo com Searle, é que ela abre precedente para uma objeção mais radical: teorias da comparação que são suficientemente explícitas tratam em geral o proferimento da comparação como parte do sentido e, portanto, como parte das condições de verdade do proferimento metafórico. E, como vimos no exemplo do gorila, a *símile literal* pode ser falsa, enquanto que o proferimento metafórico pode ser verdadeiro.

A teoria de comparação, assim, peca ao afirmar que o sentido de um proferimento metafórico é dado sempre por um enunciado explícito de similaridade.

Searle chega à conclusão de que, embora a similaridade desempenhe um papel na compreensão da metáfora, a afirmação ou expressão metafórica não é necessariamente uma afirmação ou expressão de similaridade, haja vista que existem expressões ou afirmações metafóricas verdadeiras para as quais não há objetos a serem designados pelo termo usado metaforicamente, e, portanto, o proferimento metafórico verdadeiro não pode pressupor falsamente a existência de um objeto de comparação, como vimos no exemplo do dragão. Mas, mesmo quando existem objetos de comparação, a declaração metafórica não é necessariamente uma declaração de similaridade, como vimos no exemplo do gorila. Similaridade, então, para o autor, diz respeito à produção e ao entendimento da metáfora, não a seu sentido.

Searle também rejeita a teoria de comparação proposta por Miller (1979) - de acordo com a qual a metáfora consiste na asserção de uma similaridade entre as propriedades de dois objetos - , argüindo que isso confunde as condições de verdade de proferimentos metafóricos com os princípios sobre os quais são entendidos. Além do mais, segundo ele, assim construído, o conteúdo semântico da maioria dos proferimentos metafóricos teria muitos predicados. Desde que, para Searle, a similaridade é um predicado vácuo, a abordagem de Miller requer que o ouvinte

compute não menos que três séries de predicados e leva à afirmação de que quando profiro 'o homem é um lobo', eu digo que homem tem uma série de propriedades F, lobo tem uma série diferente de propriedades G, e homem, tendo a propriedade F, é similar a lobo tendo G com respeito a outras propriedades H. (op.cit., 101).

Para melhor ilustrar, vejamos a sentença

(21) O homem é um lobo.

Esta expressão significa algo como

(22) O homem é como um lobo em certos aspectos R.

Segundo Searle, poderíamos representar isto por

(23) $SIM_r(\text{homem}, \text{lobo})$

O ouvinte é, assim, solicitado a computar apenas um conjunto de predicados, os valores de R. Mas, de acordo com a explicação de Miller, o ouvinte é solicitado a computar nada menos do que três conjuntos de predicados. Desde que, como já dito, para Searle, similaridade é um predicado vácuo, precisamos saber em que respeito as duas coisas são similares para que a afirmação de que elas são similares tenha qualquer conteúdo informativo. A formalização do proferimento metafórico acima, de acordo com Miller, é:

(24) $(\exists F) (\exists G) (SIM(F(\text{homem}), G(\text{lobo})))$ (há alguma propriedade F e alguma propriedade G, tal que homem sendo F é similar a lobo sendo G).

Para completar essa fórmula de uma forma que especificasse o aspecto da similaridade, nós teríamos que reescrevê-la como

(25) $(\exists F) (\exists G) (\exists H) (SIM_r(F(\text{homem}), G(\text{lobo})))$. (homem tem uma série de propriedades F, lobo tem uma série diferente de propriedades G, e homem,

tendo a propriedade F, é similar a lobo tendo G com respeito a outras propriedades H).

Mas tanto a reformulação (25) quanto o original (24) de Miller contêm, segundo Searle, variáveis predicados demais. Searle deixa claro que, ao contrário, quando se diz que o homem é um lobo não se está dizendo que há uma série diferente de propriedades que homem tem, distintas daquelas propriedades de lobo; se está dizendo que eles possuem a mesma série de propriedades. A concepção de Miller, alguém poderia dizer, não leva em consideração o fato de que metáforas, em geral, são uma forma de predicação. Embora a concepção baseada em Miller seja possivelmente a mais adequada para o que Searle chama de “metáforas relacionais”, a objeção geral reside no fato de que similaridade não funciona geralmente como parte das condições de verdade de um proferimento metafórico, mas como uma estratégia de interpretação. Proferimentos metafóricos simplesmente não são, de modo algum, proferimentos elípticos.

Segundo Searle, esta reconstrução é (a) contra-intuitiva, (b) não-motivada, e (c) atribui ao falante e ao ouvinte uma tarefa impossível de computação. O autor pergunta: o que se espera que sejam esses Fs, Gs, Hs? Como se espera que o ouvinte deva descobri-los? Não surpreende, portanto, que esse tratamento do problema da interpretação seja muito incompleto.

Searle conclui com a reflexão de que o problema da metáfora é ou muito difícil ou muito fácil. Se a teoria de similaridade fosse verdadeira, o problema seria muito fácil, porque não haveria uma categoria semântica separada para metáforas – apenas uma categoria de “enunciados elípticos”, onde ‘como’ teria sido eliminado da sentença proferida. Mas, infelizmente, segundo ele, a teoria de comparação não é correta; proferimentos metafóricos não são, de modo algum, proposições elípticas, e o problema da metáfora permanece muito difícil. Primeiro, segundo o autor, há muitas metáforas nas quais não há similaridade literal implícita adequada para explicar o sentido do proferimento metafórico. Segundo, mesmo onde existe uma afirmação literal correlata de similaridade, as condições de verdade não são, em geral, as mesmas. Terceiro, o que nós deveríamos salvar da teoria de comparação é um conjunto de estratégias para

produzir e compreender proferimentos metafóricos, usando similaridade. E, quarto, construída como uma teoria de interpretação ao invés de uma teoria de sentido, a teoria de comparação não nos diz como computar os aspectos de similaridade ou quais similaridades são pretendidas metaforicamente pelo falante.

Burkhardt (1990), assim como Searle (1979), acredita que o uso consciente de um proferimento metafórico implica que o falante compare as duas classes de objetos denotados pelas duas expressões que fazem a metáfora, e que veja pelo menos uma similaridade ou analogia entre as duas. O ouvinte, por sua vez, diante da metáfora, terá que detectar pelo menos uma similaridade ou analogia entre as duas classes de objetos em questão.

De fato, constata Burkhardt (1990), ao se tentar explicar o fenômeno da metáfora, nenhum autor se absteve da noção de similaridade ou analogia. Assim como Searle, Burkhardt acredita que a comparação não é aquilo expressado pelo proferimento metafórico, mas aquilo que torna a expressão sensível e compreensível. Segundo esses autores, se não houver o reconhecimento de uma símile ou analogia entre as duas classes de objetos, as expressões metafóricas não farão sentido.

Assim, as teorias tradicionais pecam ao tratarem as metáforas como afirmações literais de similaridade juntamente com o princípio de elipse. Como vimos, nessas abordagens, a metáfora é entendida como uma versão reduzida da comparação (símile) literal. E como a comparação literal não exige nenhum conhecimento extralingüístico especial para a sua compreensão, a maior parte do conhecimento necessário para a metáfora já está contido na competência semântica do falante e do ouvinte, juntamente com o conhecimento geral básico do mundo que faz o sentido literal compreensível.

Nós já vimos vários defeitos dessa visão, destacando-se o fato de que afirmações metafóricas não podem ser equivalentes em sentido a afirmações literais de similaridade, porque as condições de verdade dos dois tipos de declaração são freqüentemente diferentes. Por isso, segundo Searle, o vício endêmico das teorias tradicionais é não entender a distinção entre o sentido da

sentença, ou da palavra, que nunca é metafórico, e o sentido do falante ou do proferimento, que pode ser metafórico. Geralmente elas procuram localizar um sentido metafórico na **sentença**, ou em algum conjunto de associações com a **sentença**. Mas, de acordo com muitos autores, como veremos no capítulo II, a metáfora diz respeito à **intenção do falante**. A metáfora é, portanto, um fenômeno pragmático.

2. Uma Nova Abordagem Semântica da Metáfora: A Metáfora Cognitiva Interacionista

Max Black (1962) foi o precursor do pensamento moderno de que a metáfora não é apenas ornamental, mas é **cognitiva**, isto é, ela **produz conhecimento**. O proferimento metafórico não pode, portanto, ser parafraseado, porque o processo de compreensão da metáfora envolve um exercício intelectual específico, cujo valor cognitivo é único e intransponível. Ao se tentar traduzir um proferimento metafórico, perde-se totalmente o valor cognitivo deste, resultando também numa compreensão inadequada do ato realizado pelo falante ao usar um proferimento metafórico: afinal, o falante poderia optar por utilizar um proferimento literal.

Dessa forma, o filósofo Max Black marca uma nova era do pensamento e do tratamento filosófico dado até então à metáfora e revoluciona ao proclamar que a metáfora possui uma função específica e necessária dentro da comunicação humana, não podendo ser substituída ou desprezada por nenhum outro recurso lingüístico: é a metáfora em si que é cognitiva porque ela produz conhecimento. Black tira a metáfora do plano puramente ornamental, e a redimensiona no âmbito cognitivo, inserindo-a como elemento fundamental em todos os domínios de conhecimento, não só no âmbito poético.

Segundo Burkhardt (1990), a visão interativa foi introduzida por Bühler (1934), Richards (1936) e Black (1962). De acordo com Burkhardt, em sua Sprachtheory Bühler ilustra sua visão de metáfora através do modelo de dois discos opacos feitos de papelão nos quais se fazem orifícios. Se esses discos são dispostos um sobre o outro em um ângulo de 90° e colocados numa máquina de

projeção em lugar de um slide, aparece sobre a tela uma “grade dupla” ou um “filtro duplo”: uma parte dos orifícios do primeiro disco é encoberta por aqueles do segundo. Bühler concebe a metáfora em termos desse processo de “cobertura/ocultamento” e de “ênfase ou destaque”: duas esferas conceituais se tornam “unidas”. Bühler, segundo Burkhardt, fala também de uma mistura ou combinação de esferas de tal modo que aquelas características das duas esferas conceituais que não se adaptam uma à outra são cobertas ou canceladas, ou desaparecem.

Assim, a metáfora, para Bühler, segundo Burkhardt, consiste no processo semântico de uma mistura/combinação de esferas através do qual as propriedades compatíveis de dois conceitos são quase automaticamente enfatizadas e as propriedades incompatíveis são parcialmente filtradas, sem entretanto serem completamente extintas. Da ação recíproca de duas esferas conceituais resulta um novo complexo semântico que é ao mesmo tempo mais, e também menos, do que a soma de suas partes. As similaridades se tornam visíveis e todas as outras propriedades são desprezadas, pois apenas o reconhecimento de similaridades pode evocar a composição de mistura de esferas. Assim, Bühler descreve metáforas como as barras de ferro da grade dupla que resulta do desaparecimento de dois conceitos ou, para ser mais preciso, de duas esferas conceituais.

Esta projeção torna possível ver o mundo sob uma nova luz, através das barras criadas por ela, de tal modo que as barras bloqueiam algumas partes daquilo que veríamos e realçam outras partes. Dessa forma, as barras iluminam, ao mesmo tempo que obstruem, a visão.

Ainda segundo Burkhardt, apenas dois anos depois de Bühler, I.A Richards apareceu com uma teoria similar que era, entretanto, expressa menos figurativamente. Na visão de Richards, dois pensamentos atuam conjuntamente para constituir uma metáfora, i.e., são dois componentes lexicais que formam a expressão metafórica. Richards introduziu os importantes termos: “suporte” e “veículo” de uma metáfora (Richards, 1936,1961), e seu conteúdo foi posteriormente adotado por Max Black que, entretanto, criou seus próprios termos “foco” e “moldura”. (Black, 1962:28). Segundo Richards:

Na formulação mais simples, quando usamos uma metáfora temos dois pensamentos de coisas diferentes que atuam conjuntamente e são sustentados por uma única palavra, ou sentença, cujo sentido é uma resultante de sua interação. (Richards, 1936:93)⁹

Para Burkhardt, Black, que nem ao menos menciona seu precursor Bühler, adotou sua teoria da “interiluminação” de dois pensamentos como o ponto de partida para sua própria versão de metáfora. Ele tomou as palavras de Richards como uma primeira, e talvez preliminar, formulação de uma teoria de interação, de acordo com a qual, segundo Burkhardt, numa sentença metafórica como

(26) Os pobres são os negros da Europa,

em um dado contexto, a palavra focal ‘negros’ adquire um novo sentido, que não é absolutamente seu sentido dos usos literais, nem absolutamente o sentido que qualquer substituto literal teria. O novo contexto (a “moldura” da metáfora, na terminologia de Black) impõe uma extensão do sentido sobre a palavra focal que ganha um sentido metafórico. Segundo Burkhardt, Black recupera a idéia de Richards ao dizer que, para a metáfora funcionar, o leitor deve estar consciente desta extensão do sentido – deve prestar atenção ao velho e ao novo sentidos em conjunto.

Assim, a metáfora, para Black, é uma extensão de sentido, mas segundo Burkhardt, não fica claro se Black quer significar uma expansão da extensão ou da intensão ou de ambos. Burkhardt acredita que ele quer dizer que metáfora é uma expansão local, espontânea, de extensão do sentido de uma palavra da qual resulta uma mudança espontânea, local, contextual e transitória de sua intensão.

Black também critica a visão tradicional de metáfora. Segundo ele, embora seja correto que proferimentos metafóricos são sempre desvios ou predicados contraditórios, i.e. usos no qual as restrições seletivas normais de uma palavra são violadas, e, que, por isso, o contexto de uma metáfora é sempre tal que outra

⁹ Tradução nossa: In the simplest formulation, when we use a metaphor we have two thoughts of different things active together and supported by a single word, or phrase, whose meaning is a

palavra não metafórica ou expressão seria esperada, tal teoria é superficial porque, segundo o autor, ilustra com muitos casos, mas não explica nada. Ela não possui poder explicativo.

Sua crítica mais forte, no entanto, refere-se ao fato de que a visão clássica, como já sabemos, se sustenta na idéia de que todo proferimento metafórico é usado em lugar de algum proferimento literal equivalente. De acordo com Black, entretanto, pode não existir nenhuma expressão equivalente disponível na língua utilizada. Em outras palavras, podem existir casos em que se use uma expressão metafórica em virtude de não existir nenhuma expressão literal equivalente, porque não há outras formas de palavras tão convenientes para dizer rapidamente o que o falante de fato quer dizer. A metáfora, dessa forma, contribuiria para tapar os buracos do vocabulário literal. Nesse caso, de acordo com o autor, a metáfora, para as teorias tradicionais, seria uma espécie de catacrese, que ele define como o uso de uma palavra em algum sentido novo de modo a remediar uma lacuna do vocabulário. Catacrese seria, então, para ele, a atribuição de sentidos novos a palavras velhas. Ela satisfaria uma necessidade real, e o novo sentido se tornaria logo parte do sentido literal. Black cita o exemplo do termo ‘laranja’ que pode ter sido usado originalmente para indicar cor por meio de catacrese; mas que é utilizada hoje em dia tanto para cor propriamente (e não-metaforicamente) como para a fruta.

Nós veremos, mais adiante, no capítulo reservado à abordagem pragmática, que Davidson tem uma visão bem semelhante com relação às chamadas “metáforas mortas”, isto é, termos cuja origem pode ter sido metafórica, porém convencionalizaram-se de tal forma que já não são mais vistos como uma metáfora. Assim, tanto Black como Davidson acreditam que metáforas mortas não são mais metáfora, mas sim palavras que ganham um outro sentido literal. Segundo Black, as metáforas mortas se opõem às metáforas autênticas, vitais ou ativas. A metáfora cria, portanto, polissemia.

resultant of their interaction.

Black argumenta, entretanto, que, dentro da abordagem tradicional, aquelas metáforas, às quais as virtudes atribuídas à catacrese não podem ser aplicadas, podem ser substituídas por um equivalente literal, porque existe, ou se supõe existir, algum equivalente literal prontamente disponível e igualmente conciso. E é esta afirmação que ele negará. Assim, na visão clássica, a sentença

(27) Ricardo é um leão,

expressa o sentido literal presente em

(28) Ricardo é bravo.

Neste caso, segundo o autor, não se espera que a metáfora enriqueça o vocabulário.

Segundo Black, a teoria substitutiva postula que, quando a catacrese não pode ser evocada, as razões para empregar uma expressão indireta, metafórica, são consideradas estilísticas. A metáfora, sob esse ponto de vista, é uma matéria de pura decoração. Seu propósito é entreter e divertir. Seu uso, nesta visão, constitui sempre um desvio do estilo natural e estritamente apropriado. Assim, constata Black que, de acordo com essa visão, se os filósofos têm algo mais importante para fazer do que dar prazer a seus leitores, a metáfora não pode ocupar nenhum lugar sério no discurso filosófico.

Porém, para Black, um proferimento metafórico não pode ser um substituto de uma comparação formal ou de qualquer outro tipo de afirmação literal, porque tem suas próprias capacidades e realizações distintivas. Quando se diz, por exemplo, que 'X é M' metaforicamente, Black argumenta que X e M evocam conexões entre o M e um L atribuído a ele pelo senso comum (ou, antes, a um sistema indefinido L1, L2, L3, etc.); casos em que, sem a construção da metáfora, nós teríamos nos dedicado arduamente a encontrar alguma semelhança literal entre M e L. Em função disso, de acordo com o autor, seria mais esclarecedor em alguns desses casos dizer que a metáfora **cria** a similaridade do que dizer que ela formula alguma similaridade que preexiste. Eis aqui um dos

aspectos do caráter cognitivo da metáfora, que Black inaugura na história de construção deste conceito.

A teoria de Black evita o conceito de similaridade (recurso das teorias tradicionais) e o substitui pela noção de “característico”, de “implicações associadas” do sujeito secundário, que são projetadas para o sujeito primário. Como já vimos anteriormente, Black, como Bühler antes dele, sugere uma visão do processo metafórico como um **processo de projeção**, usando a imagem de um “filtro”, ou de um pedaço de vidro esfumado em que algumas linhas são deixadas claras. O aspecto cognitivo da metáfora consiste em *apresentar* o sujeito primário através das lentes do sujeito secundário. Vamos mais adiante explicar melhor este processo.

Black, apesar de não mencionar Bühler, assume que a visão interacionista é, na realidade, um desenvolvimento e modificação das valiosas contribuições de I. A. Richards, como uma oposição às tradicionais visões substitutiva e comparativa, em que a primeira considera “a sentença inteira” como o “locus” da metáfora, isto é, como o substitutivo de um conjunto de sentenças literais, enquanto que a segunda considera a paráfrase literal como a expressão de alguma similaridade ou analogia, e assim considera toda a metáfora como um “similar condensado ou elíptico”. Ambas dependem da tradução da metáfora para uma paráfrase literal.

Apresentamos, abaixo, os postulados que constituem a teoria interacionista proposta por Black. Trata-se de uma teoria semântica porque, como dissemos, a palavra foco estende seu significado, ganha um sentido metafórico. Os postulados de Black são os seguintes:

- 1) Uma expressão metafórica possui dois sujeitos distintos - O sujeito primário e o sujeito secundário.
- 2) Esses sujeitos são em geral melhor considerados como “sistemas de coisas” do que como “coisas”.

3) A sentença metafórica funciona **projetando** sobre o sujeito primário um conjunto de “implicações-associadas”, compreendidas no complexo implicativo, que são predicáveis do sujeito secundário.

4) Essas implicações consistem usualmente de “lugares-comuns” a respeito do sujeito secundário, mas podem, em casos adequados, consistir de implicações desviadas, estabelecidas *ad hoc* pelo escritor.

5) No contexto de uma expressão metafórica particular, os dois sujeitos “interagem” da seguinte forma:

A presença do sujeito primário

- (a) incita o ouvinte a selecionar algumas propriedades do sujeito secundário;
- (b) convida-o a construir um complexo-de-implicações paralelo que pode se adequar ao sujeito primário e;
- (c) reciprocamente induz mudanças paralelas no sujeito secundário.

Isto envolve mudanças de sentido das palavras foco, conforme foram usadas naquela ocasião particular, que pertencem à mesma família ou sistema de expressão metafórica; e algumas dessas mudanças podem ser transferências metafóricas.

6) Não existe, em geral, um “fundamento” simples para as mudanças de sentido necessárias - não há uma razão abrangente que explique porque algumas metáforas funcionam e outras não.

A interação de “sujeitos”, descrita por Richards, é de fato, segundo Black, produzida nas mentes do falante e do ouvinte; são eles que são levados a se empenhar na seleção e organização da metáfora. Ele concebe uma expressão metafórica como uma ação verbal que requer essencialmente capacidade de apreensão, uma resposta criativa de um leitor competente. Assim, segundo Black, quando usamos uma metáfora, temos pensamentos de duas coisas diferentes que são ativadas conjuntamente e são indicadas por uma só palavra, ou frase, cujo

sentido resulta da interação entre eles. Por exemplo, na sentença (26), segundo Black, os pensamentos a respeito dos pobres europeus e dos negros (americanos) são ativados conjuntamente e interagem para produzir um sentido que é uma resultante dessa interação.

Black explica que, no contexto dado, como já dissemos no começo da seção, a palavra focal ‘negro’ adquire um sentido novo, que não é o sentido dos usos literais nem o sentido que qualquer substitutivo literal teria; e o novo contexto (a “moldura” da metáfora) impõe uma extensão do sentido da palavra focal. Para que a metáfora funcione, constata ele, o leitor deve permanecer consciente da extensão do sentido – deve atentar para o velho e o novo sentido conjuntamente.

A sentença

(29) O presidente lavrava através do discurso,

é um caso de metáfora, porque implica que pelo menos uma palavra (aqui a palavra ‘lavrava’) está sendo usada metaforicamente, e que pelo menos uma das palavras restantes está sendo usada literalmente. Ele chama a palavra usada metaforicamente de **foco**, e as restantes de **moldura**.

Black, para melhor explanação do processo metafórico, pede para que pensemos na metáfora como um filtro. Consideremos a expressão,

(30) O homem é um lobo.

Podemos dizer, segundo o autor, que aqui existem dois sujeitos – o sujeito primário, homem (ou homens) e o sujeito secundário, lobo (ou lobos). A metáfora não transmitirá o sentido pretendido se o leitor é ignorante a respeito de lobos. O que é preciso não é tanto que o leitor conheça o sentido literal de ‘lobo’ mas que ele conheça o “sistema de lugares-comuns associados” trazido á tona por ‘lobo’. No caso da palavra ‘lobo’, trata-se das crenças que são consideradas verdadeiras a respeito deste animal. Não se está assumindo que em qualquer cultura as afirmações a respeito do lobo seriam muito semelhantes. Do ponto de vista de um

especialista, de acordo com Black, o “sistema de lugares-comuns” pode incluir meias-verdades ou erros completos (como quando uma baleia é considerada como um peixe); entretanto, o que é importante para a eficiência da metáfora não é que os “lugares-comuns” sejam verdadeiros, mas que eles possam ser evocados naturalmente e espontaneamente na imaginação das pessoas de uma sociedade (por essa razão, uma metáfora que funciona em uma sociedade pode não ter sentido em uma sociedade de cultura diferente). Se, por exemplo, conclui Black, uma pessoa acredita que lobos são reencarnações dos seres humanos, ela entenderá a metáfora (30) com uma interpretação diferente da nossa.

Segundo o autor, a natureza da aplicação pretendida – no caso, de lobo para homem - ajuda a determinar o caráter do sistema a ser utilizado. Se chamamos um homem de lobo para colocá-lo sob uma luz especial, a metáfora faz o lobo parecer mais humano do que ele seria em uma outra situação.

O efeito de (metaforicamente) chamarmos um homem ‘lobo’ equivale a evocar o “sistema lobo de lugares-comuns-associados” e o projetarmos sobre homem: se um homem é um lobo, ele é um predador, é feroz, raivoso, envolvido em constante luta, carniceiro, e assim por diante. Em outras palavras, segundo Black, a idéia de um lobo é a parte de um sistema de idéias, não delineado com grande precisão mas definido de modo o suficiente para admitir emoções detalhadas. Este sistema, ao ser projetado sobre homem, o apresenta lobamente.

Cada uma das afirmações convocadas deve, então, ser adequada ao sujeito primário (o homem), e, se a metáfora for apropriada, isto pode ser feito- pelo menos até um certo ponto. A metáfora, dessa forma, organiza uma nova visão do homem, portanto, cria uma nova realidade ao enfatizar alguns aspectos sobre o homem, e esconder outros. Dessa forma, Black retira a metáfora da função puramente ornamental, e a insere no plano do cognitivo, isto é, a metáfora produz conhecimento porque apresenta o sujeito principal de uma maneira única.

Segundo o autor, há uma similaridade, analogia ou, mais genericamente , uma identidade de estrutura entre o complexo-de-implicação secundário de uma

metáfora e o conjunto de assertivas, o complexo-de-implicação primário, que ele mapeia. Em

(31) Pobreza é um crime,

‘crime’ e ‘pobreza’, por exemplo, de acordo com Black, são módulos de redes isomórficas, nas quais as afirmações a respeito de crime são correlacionados uma-a-uma com as afirmações correspondentes a respeito de pobreza. Daí, continua o autor, pode-se afirmar que toda metáfora medeia uma analogia ou uma **correspondência estrutural**¹⁰. Pode-se afirmar também, segundo ele, que toda expressão metafórica implica uma expressão de similaridade e uma expressão de comparação, cada uma mais fraca do que a declaração metafórica original.

Mas, para Black, perceber que a metáfora é fundamentada em similaridade e analogia não é concordar com as teorias tradicionais. Segundo este autor, implicação não é o mesmo que identidade encoberta: olhar uma cena através de óculos azuis é diferente de comparar aquela cena com alguma outra coisa. Para melhor explicar esse processo, ele faz o seguinte comentário:

Suponha que eu contemple o céu à noite através de um vidro esfumado no qual algumas faixas foram deixadas limpas. Eu verei apenas as estrelas situadas sobre essas faixas, e as estrelas que eu vejo parecerão organizadas pela estrutura das faixas. Podemos pensar na metáfora como um tal vidro- ou tela - , e o sistema de “lugares-comuns-associados” da palavra focal como a rede de faixas sobre a tela. Podemos afirmar que o sujeito principal é “visto através” da expressão metafórica, ou que o sujeito principal é “projetado sobre” o campo do sujeito subsidiário. (Black, 1962:75)¹¹

¹⁰ Veremos essa correlação estrutural mais detalhadamente no capítulo 3, por Lakoff.

¹¹ Tradução nossa: Suppose I look at the night sky through a piece of heavily smoked glass on which certain lines have been left clear. Then I shall see only the stars that can be made to lie on the lines previously prepared upon the screen, and the stars I do see will be seen as organised by the screen's structure. We can think of a metaphor as such a screen, and the system of “associated commonplaces” of the focal word as the network of lines upon the screen. We can say that the principal subject is “seen through” the metaphorical expression – or, if we prefer, that the principal subject is “projected upon” the field of the subsidiary subject.

Em resumo, segundo Black, a explicação interacionista para o modo de funcionamento das metáforas requer que o leitor use um sistema-de-implicações (um “sistema-de-lugares comuns” ou um sistema especial para o propósito pretendido) como um meio para selecionar, enfatizar, e organizar relações em um campo diferente. Este uso de um “sujeito secundário” para aumentar a compreensão de um “sujeito primário” é, segundo o autor, uma operação intelectual distintiva, que requer uma consciência simultânea de ambos os objetos mas não redutível a uma comparação entre os dois.

O objetivo principal de Black em seu trabalho é ressaltar o poder cognitivo e criativo da metáfora. Nesse sentido, ele utiliza a situação de um participante em uma prática regulada que é mais restrita que a linguagem- o jogo de xadrez - , o qual, assim como a metáfora, apesar de ser estabelecido via um conjunto de regras, não pode ser considerado como uma simples símile ou comparação porque seu aspecto criativo e inovador permanece no meio de todas as regras. Porém, as regras gerais de uso funcionam como limitações da liberdade do falante para significar o que lhe apraz e para o reconhecimento e interpretação de uma metáfora, que requerem atenção para as circunstâncias particulares de seu proferimento.

Suponha que eu deva descrever uma batalha através de palavras obtidas do vocabulário do jogo de xadrez. Esses termos determinam um sistema de implicações que controlarão minha descrição de batalha. A escolha do vocabulário de xadrez enfatizará alguns aspectos de batalha enquanto negligenciará outros. O vocabulário de xadrez filtra e transforma: ele não apenas seleciona mas destaca aspectos de batalha que não poderiam ser vistos através de outro meio. Aí também o aspecto criativo aparece prontamente, porque, mesmo se todos os erros estão à sua espera, o jogador precisa procurar e, em última instância, escolher sua jogada: na maioria das posições do xadrez não há procedimento de decisão e nem qualquer jogada é comprovadamente correta. Entretanto, o escopo de criatividade do jogador é severamente limitado pelas regras inflexíveis do jogo, que lhe fornecem um conjunto de opções finitas e bem definidas.(Black, 1962:75)¹²

¹² Suppose I am set the task of describing a battle in words drawn as largely as possible from the vocabulary of chess. These latter terms determine a system of implications which will proceed to control my description of the battle. The enforced choice of the chess vocabulary will lead some

No caso de metáforas, apesar de ela ser limitada, porque os recursos empregados são convencionais, uma vez que ela usa apenas recursos sintáticos e semânticos padronizados de sua comunidade de linguagem, seu sentido, (principalmente daquelas interessantes), de acordo com Black, é tipicamente novo ou criativo e não pode ser inferido do léxico padronizado. Uma tarefa para os teóricos de metáfora é, portanto, explicar como um tal resultado – surpreendente por toda a sua familiaridade - é produzido. É precisamente esta tarefa que não é cumprida pelas teorias clássicas. Black, porém, ao conceituar a metáfora através da projeção de um domínio sobre o outro, acredita ter explicado como se dá essa criação do novo.

Suponha que tentamos expressar o conteúdo cognitivo de uma metáfora-interação em “linguagem clara”. A inevitável paráfrase literal diz coisas demais- e com a ênfase errada. Um dos pontos que eu mais desejo enfatizar é que a perda nesses casos é uma **perda de conteúdo cognitivo**; a fraqueza relevante de paráfrase literal não é que ela pode ser cansativamente prolixa ou tediosamente explícita – ou deficiente em qualidade de estilo; ela fracassa como tradução porque não é capaz de transmitir o entendimento que a metáfora consegue. (grifo meu. Black, 1962:79)¹³

A metáfora não pode ser traduzida porque seu valor cognitivo irá se perder. Portanto, diferentemente das visões tradicionais de metáfora, cuja bandeira reside justamente na possibilidade da paráfrase literal das metáforas, Black afirma que paráfrases não são possíveis porque perdem o valor cognitivo.

O aspecto cognitivo de metáforas é encontrado seja na ciência, na filosofia, na teologia ou na vida ordinária e seu poder é apresentar, de forma distintiva e

aspects of the battle to be emphasized, others to be neglected, and all to be organized in a way that would cause much more strain in other modes of description. The chess vocabulary filters and transforms: it not only selects, it brings forward aspects of the battle that might not be seen at all through another medium. There, too, a creative aspect is readily discernible, because even if all the mistakes are waiting to be discovered (as a matter once said) a player must still search for and ultimately *choose* his move: In most chess positions, there is no decision procedure and no demonstrably “correct” move. Yet the player’s scope for creativity is sharply limited by the game’s inflexible rules, which provide him always with a finite and well-defined set of options.

¹³ Tradução nossa: Suppose we try to state the cognitive content of an interaction-metaphor in “plain language”. The literal paraphrase inevitably says too much - and with the wrong emphasis. One of the points I most wish to stress is that the loss in such cases is a loss in *cognitive* content; the relevant weakness of the literal paraphrase is not that it may be tiresomely prolix or boringly

insubstituível- o famoso insight (iluminação) - a respeito de como as coisas são. Segundo Black, a metáfora não é de forma alguma um desvio do uso apropriado de uma linguagem. Assim, quando uma pessoa pronuncia uma sentença metafórica, significa, de acordo com ele, que ela está querendo exprimir realmente aquilo que disse; em nenhum momento ela quis cometer uma aberração ao proferir aquele proferimento. Aquelas palavras foram as que mais se enquadravam naquele momento à realidade que ela queria expressar, foram as palavras que melhor exprimiam aquela situação, aqueles sentimentos, emoções, pensamentos e atitudes. A metáfora, portanto, não é uma questão de intenção do falante.

Dessa forma, de acordo com o autor, alguém que faça seriamente uma declaração metafórica como, digamos,

(32) O Senhor é meu Pastor,

afirma que ele quer dizer exatamente o que ele está dizendo, tendo escolhido as palavras mais aptas para expressar seu pensamento, atitudes e sentimentos, e que não está dizendo nenhum absurdo.

Para o autor, a metáfora se distingue do literal ao produzir um efeito semântico novo que foge de qualquer regra ou padrão convencional. A dificuldade para fazer julgamentos firmes e decisivos em tais assuntos está presente em todos os casos de proferimentos metafóricos. Assim, segundo Black, desde que nós devemos necessariamente ler atrás das palavras, não podemos estabelecer limites precisos para as interpretações admissíveis: ambigüidade é um subproduto necessário de sugestividade da metáfora.

O reconhecimento de um proferimento metafórico depende, segundo Black, essencialmente de duas coisas: nosso reconhecimento geral do que deve ser um proferimento metafórico, e nosso julgamento específico de que uma leitura metafórica de uma declaração é preferível a uma leitura literal. A razão decisiva para a escolha de interpretação é freqüentemente a falsidade óbvia ou a

explicit – or deficient in qualities of style; it fails to be a translation because it fails to give the

incoerência da leitura literal - mas poderia ser também a banalidade daquela verdade lida, ou sua insignificância ou sua falta de congruência com o contexto ou ambiente não verbal. Esta situação, para o autor, é a mesma que em outros casos de ambigüidade.

Qualquer tentativa de ser mais preciso acerca dos critérios de identificação e individualização das afirmações metafóricas será prejudicada, de acordo com Black, pela seguinte dificuldade: uma mesma afirmação pode receber apropriadamente diversas leituras diferentes e até parcialmente conflitantes. Assim, um proferimento pode ser considerado como metafórico por um leitor, mas não por um outro. Em outras palavras, pode ser uma metáfora ou uma falsidade, dependendo do ouvinte, e, segundo o autor, nós podemos admitir que ambos os intérpretes estão certos a respeito de duas diferentes metáforas ou, de modo menos plausível, que um leitor pode estar errado. Há uma indeterminação inescapável na noção de uma dada afirmação-metafórica, segundo o autor.

O uso de metáforas se dá porque, ainda segundo o autor, nós podemos fazer isso, uma vez que as fronteiras conceituais não são rígidas, mas elásticas e permeáveis; e porque freqüentemente nós precisamos fazer isso, uma vez que os recursos literais disponíveis são insuficientes para expressar nossa percepção das ricas correspondências, inter-relações e analogias de domínios convencionalmente separados; e porque o pensamento e os proferimentos (expressões do pensamento) metafóricos muitas vezes incorporam um “insight” que não pode ser expressado de nenhuma outra forma.

Black cita, para melhor explicar o poder cognitivo e, conseqüentemente, criativo da metáfora, o caso da cena da aparência em câmara-lenta de um cavalo a galope, em que ele se pergunta: essa visão existia antes da invenção do cinema?

Segundo ele, a visão do cavalo em câmara lenta é necessariamente mediada por um instrumento feito pelo homem. E, entretanto, o que é visto no filme em câmara lenta torna-se parte do mundo desde que foi visto. Dessa forma,

insight that the metaphor did.

algumas metáforas são instrumentos cognitivos indispensáveis para a percepção de conexões que, quando percebidas, tornam-se então verdadeiramente presentes. As metáforas, para ele, funcionam realmente como instrumentos cognitivos. Elas nos capacitam a ver aspectos de realidade que a sua produção ajuda a construir. E por isso, para o autor, não surpreende mais se alguém acredita que o mundo é necessariamente um mundo segundo uma certa descrição – ou um mundo visto de uma certa perspectiva - porque algumas metáforas podem criar tal perspectiva.

Dessa forma, o objetivo de Black é demonstrar que uma metáfora pode algumas vezes produzir conhecimento e “insight” novos por mudar as relações entre as coisas designadas (os sujeitos principal e secundário). A metáfora então, segundo esta perspectiva, cria similaridade, não formula uma similaridade preexistente. Como o próprio Black afirma, as metáforas nos capacitam a ver aspectos da realidade que a própria produção de metáfora ajuda a construir.

Com isto, o autor inaugura um novo paradigma para as abordagens lingüísticas e filosóficas da metáfora. Ao invés de mera tradução, o processo de interpretação da metáfora se dá através de um filtro que, ao mesmo tempo que apresenta certos aspectos do cenário, encobre outros. Esse filtro organiza uma perspectiva do evento descrito. Dessa forma, a metáfora nos faz ver um evento filtrado por referência a um outro evento. É bem verdade que essa explicação sofreu críticas por não explicar de fato como essa operação de projeção se dá. Em outras palavras, assumir a metáfora do filtro para explicar o fenômeno metáfora, não foi o suficiente para muitos autores. O primeiro artigo de Black (1962), assim, para muitos, pecou por vagueza.

No seu segundo artigo (Black, 1979), o autor caracteriza melhor o funcionamento da metáfora ao mostrar que temos a capacidade de ver A como B. Com o exemplo da estrela de David, ele mostra que a estrela pode ser vista de várias formas. Isso significa dizer que esse mesmo processo de “ver como” está presente na interpretação de metáforas, mas também está presente na nossa percepção de qualquer objeto, inclusive na de um objeto geométrico simples como uma estrela. O autor conclui que esse “ver como” é necessário para alcançarmos

qualquer possibilidade de organização para a descrição de qualquer coisa¹⁴. O mundo perceptual é função de uma descrição, a partir de uma certa perspectiva. A metáfora representa um novo prisma de um objeto. E é justamente esse novo prisma de mundo proporcionado somente pela metáfora, que a faz cognitiva, produtora de conhecimento. Independentemente das críticas sofridas pela teoria de Black, como vaga, abstrata, etc., esta teoria vem marcar uma nova era, um novo paradigma, uma nova forma de conceber metáfora. A metáfora não é mais apenas uma questão de estilo, mas é produtora de conhecimento.¹⁵

3. Um exemplo de Teoria Semântica Contemporânea

Levin (1992) vê também a metáfora como construtora de uma nova realidade. Sua abordagem é semântica, porque em sua teoria a metáfora é um desvio semântico. Entretanto, segundo ele, o desvio semântico que a metáfora provoca implica em trabalhar em fronteiras que não são severas, mas negociáveis. A metáfora, portanto, envolve negociação de sentido, e, de acordo com esse autor, essa negociação não anula o potencial semântico da sentença mas, ao contrário, aumenta-o. Black também acredita que a metáfora se caracteriza por um desvio, que, por sua vez, pode ser pragmático. O processo de interpretação descrito por Black, porém, é diferente do de Levin. Como já vimos, Black enfatiza não a oposição binária de traços semânticos, por exemplo [+/- humano], mas a interação de sistemas de “lugares-comuns associados”, instanciados pelos termos de uma sentença. As propriedades do “sistema-de-lugares-comuns associados” a um termo são levadas a interagirem com as propriedades do “sistema-de-lugares-comuns” dos outros termos na sentença.

O processo de negociação, segundo Levin (1992), implica num ato de fusão de significados. Vejamos sua análise da sentença

(33) As colinas se alegram.

¹⁴ Essa mesma idéia será explorada por Davidson, como veremos no próximo capítulo.

¹⁵ Muitos autores seguem a abordagem interacionista. Dentre eles Indurkha (1997) formalizou o processo de projeção.

O autor afirma que, para tal sentença adquirir um significado, é necessário haver uma negociação de sentidos. Em outras palavras, ocorre, no exemplo dado, uma troca de traços associados ao verbo 'alegrar-se' para 'colinas' e de 'colinas' para 'alegrar-se'. Trata-se, desse modo, de experimentar e exprimir uma entidade (+) humana em termos de outra (-) humana, ou vice-versa. Nesse processo de experimentação são recategorizados todos os verbos pertencentes à subclasse do verbo 'alegrar-se' e todos os substantivos pertencentes à subclasse do substantivo 'colina'. Há uma troca entre os traços da subclasse de 'colina' e da subclasse de 'alegrar-se', com o fim de se obter um sentido para a expressão.

A natureza do processo semântico envolvido é portanto de fusão. Percebe-se que, mais do que uma expansão de significados, há aqui uma mistura de significados em que as subclasses dos verbos e substantivos, respectivamente, vão se integrando conjuntamente. (Aqui nós percebemos uma certa influência da visão interacionista de Black). Em outras palavras, ao se fazer a listagem dos traços semânticos do verbo 'alegrar-se', suas características semânticas vão restringir a natureza do sujeito na relação. Assim, o verbo 'alegrar-se', caracterizado como (+) humano, pede também um sujeito (+) humano. Desse modo, a sentença (33) torna-se um desvio semântico, porque 'colina' não possui o traço semântico (+) humano. Todavia, a introdução da negociação proposta por Levin permite que a sentença adquira um novo sentido.

Neste processo, 'colina', que possui características (-) humanas, passa a ter características (+) humanas e 'alegrar-se' ganha conotação de (+) natureza. Assim, nessa construção de significados para a sentença (33), importa-se um sentido de humanidade para 'colina', ou o sentido de natureza topográfica para 'alegrar-se'. No primeiro caso, o significado de 'colina' é personificado, no segundo, 'alegrar-se' tem seu sentido despersonificado. Desse modo, Levin, ao caracterizar os traços distintivos (+) e (-) dos elementos, concebe os casos metafóricos como negociações semânticas que consistem em tornar elementos com traços (+) humanos em traços (-) humanos, e/ou vice-versa.

O autor afirma que a caracterização dada à metáfora de ser ou figurativa ou literal não é pré-especificada, mas depende do sentido que o leitor desenvolve, de

qual tipo de construção fornece a visão metafísica mais explicativa, ou seja, depende de qual concepção metafórica o leitor acha que melhor explica a realidade. Assim, de acordo com as crenças individuais de cada indivíduo e o sistema de referência adotado por cada indivíduo, uma sentença pode ser metafórica ou literal. Por exemplo, a sentença

(34) A mente é um computador,
é vista por alguns como metafórica, e, por outros, como literal.

Para Levin (1992), a concepção metafórica é uma função individual, cujo ponto inicial é o desvio semântico, e tal linguagem, tomada literalmente, promove uma concepção de como o mundo seria se envolvesse estados de coisas contrafactuais, isto é, estados que vão contra a nossa visão de realidade, como no exemplo (33), em que colinas se alegram. Esse estado de coisas, projetado da concepção de desvio de linguagem, constitui parte do mundo metafórico. Assim, para Levin, as nossas concepções metafísicas ordinárias fazem a mediação entre uma linguagem desviante e a projeção de um mundo possível. Neste caso, a sentença metafórica esconde uma estrutura contrafactual do tipo ‘é como se as colinas se alegrassem’. Em outros termos, a metáfora nos leva a imaginar um mundo em que colinas se alegram.

Levin afirma que a interpretação metafórica de uma sentença envolve um contrafactual. A estrutura da sentença (34) concebe metaforicamente a mente como se ela fosse um computador, ou seja, imagina-se um mundo em que mente é uma extensão de computador. Se interpretada literalmente, a sentença (34) afirma que no mundo atual o predicado ser um computador se aplica à mente humana.

Tanto Levin quanto Black acabam por minar a idéia de que a identificação e interpretação da metáfora são estritamente semânticas. “Para interpretar o enunciado ‘tá quente aqui’ metaforicamente, o ouvinte, primeiramente, sabe o que é um enunciado metafórico, em seguida, julga, avalia que essa ‘leitura’ se adequa melhor à situação em que se encontra. No fundo, a interpretação, qualquer que seja, depende da contextualização: não é possível falar em enunciados metafóricos se não os ‘referencializarmos’, isto é, um enunciado é metafórico para um grupo,

num momento, sob determinadas condições”, como afirma Pires de Oliveira (1991).

4. Conclusão

O presente capítulo teve como objetivo analisar o paradigma semântico da metáfora que, como visto, foi, durante muito tempo, bastante influenciado pela leitura renascentista de Aristóteles. A visão aristotélica, cuja influência nós vimos nos modelos substitutivo e comparatista, propõe que a metáfora seja resolvida somente a nível de deslocamento lexical, visto que, nessa abordagem, ela é entendida como um desvio semântico e não se constitui em um fenômeno de construção de conhecimento. É por isto que a metáfora pode ser perfeitamente substituída por uma palavra ou sentença literal, sem alterar em nada o conhecimento do objeto que ela nomeia. A metáfora é desprovida de valor cognitivo, servindo apenas de enfeite para o discurso. Por outro lado, ainda dentro do paradigma semântico, vimos que Black, ao afirmar que a metáfora organiza uma nova visão do objeto, permitindo a organização de novas realidades e outras formas de representar o mundo, inaugura um novo conceito de metáfora como recurso de linguagem que cria e modifica a percepção e o pensamento. A metáfora é possuidora de conteúdo cognitivo intransponível e insubstituível por qualquer paráfrase literal, porque a substituição implicaria em perda cognitiva.

A metáfora é, pois, tratada na abordagem semântica como um desvio semântico ou pragmático (vide Black e Levin), e sua interpretação repousa na constatação de que ela atribui às palavras um outro sentido, um sentido metafórico dentro da estrutura sentencial. A metáfora envolve, dessa forma, uma **mudança no sentido da palavra** e é interpretada no **nível de sentença**. Em resumo, a identificação da metáfora pode ocorrer semanticamente (visão comparatista e substitutiva) ou pragmaticamente (Black, Levin) levando em consideração conhecimento compartilhado e/ou conhecimento de mundo, mas sua interpretação só ocorre no nível semântico. Como vimos, a abordagem semântica de metáfora, inaugurada a partir de Black, diferencia-se das anteriores, principalmente por atribuir um estatuto **cognitivo** a ela. Segundo Black, como já foi dito, o poder cognitivo instaurado pela metáfora reside no fato de que a metáfora permite a

organização de um evento a partir de uma perspectiva. Surge uma nova realidade. Em outras palavras, ao se tentar traduzir uma metáfora, aquela organização de um evento engendrada pela perspectiva criada pela própria metáfora se perde totalmente. O caráter cognitivo da metáfora reside, justamente, no fato de que, ao traduzi-la, o modo de apresentarmos o evento muda totalmente.

De acordo com Black, a descrição de mundo, diferentemente das abordagens semânticas tradicionais – comparativa e substitutiva -, se dá não a partir da descoberta de traços comuns, mas através das relações de semelhanças e diferenças, instituídas pela própria metáfora que, como já vimos, ocorre através da operação “ver como”. As coisas não estão já estabelecidas *a priori*, mas dependem da nossa capacidade de organizar semelhanças nas diferenças.

Levin, por sua vez, parece distanciar-se da visão aristotélica, deixando-se influenciar por Black.

Dessa forma, podemos concluir que o paradigma semântico concebe a metáfora como um desvio lingüístico, em que o sentido das palavras sofre uma alteração. Porém, a metáfora, caracterizada como um desvio, pode ser entendida ou como uma mera questão de estilo ou como proporcionadora de conhecimento.

Capítulo II

Entendendo a Metáfora Pragmaticamente

0. Introdução

Na perspectiva semântica a metáfora envolve mudança de sentido da palavra; na pragmática, como veremos, a metáfora se resolve a nível da intenção do falante. Assim, a sentença

(1) Marcos é um palhaço,

embora não apresente um desvio semântico na sentença, pode, via contexto, receber uma leitura metafórica. Numa situação em que os interlocutores sabem que Marcos age como um palhaço, a sentença torna-se metafórica porque a intenção de quem a proferiu não foi a de afirmar o significado literal da sentença (1), mas construir uma metáfora (Marcos é criança, infantil, etc.). Em outras palavras, na perspectiva pragmática, reconhece-se no proferimento uma metáfora porque o significado da sentença diferencia-se daquilo que o falante quer dizer. A intenção do falante em (1), então, não é dizer que Marcos é palhaço de profissão, mas que seu comportamento é infantil, de criança, etc. O paradigma pragmático introduz na explicação sobre a metáfora o conceito de **intenção** ou significado do falante. Assim, a interpretação da metáfora não se dá a nível do significado da sentença, mas a nível da recuperação da intenção do falante.

Neste capítulo, veremos o paradigma que recobre diferentes teorias pragmáticas de metáfora, porque alguns autores proclamam a idéia de que não pode existir uma teoria de metáfora, pois não há um procedimento mecânico para alcançar a intenção do falante, em contrapartida a outros, que não só concebem uma teoria de metáfora, como também explicitam as regras necessárias para a sua formação e interpretação. Neste sentido, a metáfora passa de arte de interpretação a máquina de interpretação. O primeiro grupo será representado pelo filósofo Donald Davidson, e o segundo grupo será representado pelo filósofo John Searle. Citaremos também os trabalhos de Grice e Sperber e Wilson como pontos

intermediários entre as duas correntes, pois eles argumentam que, embora existam pistas, máximas, para o reconhecimento de metáforas, não há regras mecânicas que garantam o sentido do falante.

É preciso dizer, no entanto, que o percurso que faremos não será um percurso histórico, mas de agrupamento por identidade teórica. Se fosse histórico, começaríamos por Sperber e Wilson (1986), em seguida Searle (1979), depois Davidson (1974 (1992))¹⁶, e por último Grice (1967 (1982))¹⁷.

1. A Metáfora sem sentido de Donald Davidson

É interessante, antes de nos adentrarmos na noção de metáfora de Davidson, compreendermos um pouco sua teoria sobre o funcionamento da comunicação, uma vez que a metáfora, a princípio, deve estar inserida dentro desse contexto comunicativo. Ressaltamos, logo de início, que esse procedimento será estendido a todas as outras abordagens. É preciso, no entanto, salientar que a teoria da metáfora de Davidson aparece em 1974, quando o autor ainda utilizava o conceito de significado literal como aquele que ocorre sem contexto. Como veremos, sua concepção de literal irá mudar, mas a teoria da metáfora permanecerá a mesma.

Em Davidson (1986) não existe um significado literal das palavras compartilhado por todos e independente de contexto, ou seja, não existe um significado convencional das palavras. Por isso, ele não vai falar mais em significado literal/convencional, mas em significado primeiro. Este significado é dependente do contexto. Em outras palavras, ele é efêmero, volátil e circunstancial.

Nesta perspectiva, o falante tem a expectativa de que suas palavras sejam interpretadas como ele próprio o faz, porque tem a intenção de ser compreendido. Deve haver uma convergência entre a intenção do falante, ao dizer algo, e a interpretação do ouvinte, que deve se aproximar da intenção do falante. É justamente essa relação de convergência de significados que caracteriza o

¹⁶ Utilizamos o texto em português de 1992. A primeira publicação, porém, é de 1974.

significado primeiro. Como nós não podemos padronizar a convergência entre intenções e interpretações, não podemos falar em significados convencionais ou padronizados, ou seja, não se pode falar em significados literais independentes de contexto.

O autor propõe uma explicação para o fenômeno da comunicação, procurando analisar quais as condições necessárias e suficientes para que ela aconteça. Convenção, regra, norma não são, segundo Davidson, nem necessárias nem suficientes para a comunicação. Para ele, a comunicação ocorre através de um esforço mútuo entre falante e ouvinte. O falante empenha-se para ser entendido pelo ouvinte; este, para entender aquele. Essa troca de esforço entre os interlocutores é guiada pelo Princípio de Caridade, cuja função é aplicar ao ouvinte e ao falante uma racionalidade recíproca, ou seja, cada um acredita que será compreendido. O ouvinte, guiado pelo Princípio de Caridade, esforça-se por preencher a expectativa do falante. Quando o entendimento do ouvinte se une com a expectativa do falante, o significado convergiu. A comunicação não ocorre, portanto, em função de um código compartilhado, mas em virtude da capacidade humana de convergir significados, ou seja, não há nenhuma intervenção de regras e convenções para a compreensão do significado, pois, a compreensão do significado acontece durante o ato de comunicação e é sempre diferente a cada vez. A convenção é antes o resultado de convergências bem-sucedidas.

Esta convergência de significado é chamada de 'significado primeiro', e é justamente aí que, segundo o autor, se estabelece a comunicação. O significado foi construído pelos interlocutores, e não decifrado por eles, surgiu no ato da comunicação.

Para que essa convergência de significado num diálogo aconteça é necessário que cada indivíduo possua um sistema lingüístico próprio. Com efeito, cada indivíduo possui um sistema lingüístico individual, formal e recursivo. Individual, porque a formação de seus próprios conceitos requer experiência individual de mundo, de língua, conhecimento individual do outro, etc.; recursivo para manter a

¹⁷ Utilizamos a tradução de Grice de 1982, mas a primeira publicação é de 1967.

unidade do sistema; e formal, porque envolve uma máquina de interpretação que, a partir de sentenças e regras finitas, gera sentenças infinitas.

Assim, a palavra ‘epitáfio’, que irei utilizar bastante a seguir, significa para uma determinada pessoa todos os “lugares” em que ‘epitáfio’ aparece. Em outras palavras, o conjunto de sentenças em que ‘epitáfio’ está inserido para aquela pessoa forma o significado de ‘epitáfio’ para ela. Daí, seu significado pode ser diferente para cada indivíduo, porque é fruto da experiência individual de cada um, e, portanto, não é governado por regras comuns a todos. Esse nível de significado, porém, segundo Davidson, não caracteriza a comunicação, mas é necessário para que a comunicação aconteça. Num diálogo, a comunicação ocorre porque o sistema lingüístico de um interlocutor ajusta-se ao sistema lingüístico do outro, e provoca, assim, a convergência de significado - o significado primeiro.

Depois do diálogo, o significado que convergiu se desfaz, e cada um volta a seu sistema lingüístico anterior. Naturalmente, o sistema lingüístico de cada um pode se modificar com acréscimo de informação, descrença, etc, isto é, novos conhecimentos de mundo, e com isso, novas sentenças podem ser acrescentadas ao sistema. O sistema, porém, é, de uma certa forma, estável, ou seja, previsível. Assim, a sentença

(2) A porta é preta,

significa todos os “lugares” em que (2) aparece na linguagem de uma certa pessoa. Trata-se de um significado de natureza lógica, que pode ser determinado e previsível: se a sentença (2) é verdadeira, então, a sentença

(3) A porta não é preta,

é falsa. O significado, neste nível, é estável, e cabe à semântica estudá-lo.

É necessário, também, um método de interpretação, um modo de interpretar o proferimento do outro. O método é baseado no Princípio de Caridade, ou seja, o pressuposto de que o outro tem uma racionalidade igual à

minha, e, por isso, ele pode me entender. Há também uma máquina de interpretação que capacita o intérprete a entender sentenças que nunca ouviu antes, a partir de um número finito de palavras e sentenças (uma máquina de base finita e recursiva).

A convergência de significados entre interlocutores num dado contexto ocorre quando o sistema lingüístico de um, com todos os seus conceitos, se ajusta ao sistema lingüístico do outro. A comunicação, no entanto, segundo Davidson, nunca dar-se-á cem por cento, visto que nunca se poderá saber totalmente o que se passa na cabeça de uma outra pessoa. As intenções, ou significados, são, assim, impossíveis de serem totalmente alcançados. No entanto, para que a comunicação aconteça, é necessário que haja no mínimo convergência no “significado primeiro” ou intenção semântica.

Para melhor explicar a teoria proposta por Davidson utilizarei alguns exemplos retirados do texto de Tavares (1999) sobre a teoria de linguagem deste autor. O exemplo a seguir é uma adaptação de Tavares:

Ex.1) Numa palestra, o palestrante utiliza-se de vários nomes para designar uma única palavra:

Palestrante: Nossa Senhora, também conhecida por Virgem Maria, Mãe Protetora, Mãe Divina, Intercessora Divina, Protetora dos Fracos e Oprimidos, Mãe dos Pobres, Mãe Gloriosa Ah, é também conhecida como Maria, Rosa Mística, Mãe da Igreja, Imaculada Conceição, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora de Salette, Nossa Senhora de Fátima, Musa Divina, Dádívosa Senhora, Venturosa Virgem, Venturosa Gloriosa, Divina Venturosa, Senhora Gloriosa, Mãe Eterna, Mãe Celestial, Santa Onipresente, Senhora dos Céus....

No auditório, dois ouvintes conversam durante a exposição do palestrante.

Maria: Que bela confusão de epitáfios!

João: Ah, ah, ah. Realmente, eu acho que ele quer sepultar de vez a Nossa Senhora, desde Protetora dos Pregos a Mãe dos Zíperes.....

Segundo Tavares, Maria pode ter trocado as palavras de forma intencional ('epíteto' por 'epitáfio'), para provocar riso em seu colega, pelo fato do palestrante ter utilizado muitos epítetos para explicar um termo. A troca intencional levaria João, naquele momento, a procurar por outras intenções além da intenção semântica. Assim, se Maria de fato trocou as palavras intencionalmente, no seu sistema 'epitáfio' significa epitáfio e 'epíteto' significa epíteto e João sabe disto, por isso acredita que ela quis fazer uma piada.

Tavares, no entanto, sugere que 'epitáfio', de outro lado, pode significar epíteto para Maria, e, neste caso, ela proferiu a sentença para expressar o excesso de epítetos utilizados pelo palestrante. No sistema lingüístico de Maria, 'epitáfio' significa epíteto. Neste caso, não houve troca de palavras.

A fala de João fornece indícios acerca do que supôs que 'epitáfio' signifique para sua amiga; sugere que para ele 'epitáfio' é epitáfio e que é possível brincar com as semelhanças de som e significado entre 'epitáfio' e 'epíteto' ("ele quer sepultar de vez Nossa Senhora"). Ou seja, prossegue Tavares, independentemente do que significa 'epitáfio' para Maria, João entende que a amiga está se referindo ao que para ele, João, é epíteto. Ou seja, percebe que Maria está afirmando que o palestrante está fazendo uma confusão com epítetos. Portanto, João convergiu no significado primeiro, naquilo que Maria pretendia comunicar em primeiro lugar. Mas se a intenção de Maria não era fazer piada, então não houve convergência neste nível. Com efeito, constata Tavares, não se pode saber se João imaginou que Maria trocou intencionalmente as palavras (fazer com que João percebesse essa troca intencional poderia ser uma das intenções de Maria) ou se imaginou que, para Maria, 'epitáfio' de fato significa o que para ele, João, é epíteto. Como, de acordo com Tavares, o seu proferimento coloca em jogo epitáfios ('sepultar') e epítetos (denominações para Nossa Senhora), talvez João tenda à primeira interpretação. De qualquer forma, conclui a autora, atingindo ou não todas as intenções de Maria ao proferir

(4) Uma bela confusão de epitáfios,

João e Maria convergem com relação ao significado primeiro, a intenção semântica.

Citarei um outro exemplo também adaptado de Tavares:

Ex.2) Durante a palestra referida no exemplo anterior, uma senhora idosa sussurra a seu marido, zangada:

Anciã: Que loucura desse palestrante. Ele está fazendo uma bela confusão de epítafios.

Marido: Ah, ah, ah! De fato: Mãe eterna, Mãe Celestial..... É muito engraçado.

Tavares argumenta que, neste segundo exemplo, ‘epitáfio’ deve significar epíteto para a senhora idosa, visto que ela está zangada e provavelmente sua intenção não seria a de fazer seu marido rir com uma troca intencional de palavras. A fala do ancião, por sua vez, segundo a autora, pode ter duas interpretações:

- 1) ‘epitáfio’ pode significar para ele epitáfio, e ‘epíteto’, epíteto. No entanto, ele percebeu que o que para sua esposa significa epitáfio para ele significa epíteto, e prosseguiu normalmente a conversação. Como, porém, ele percebeu isso?

A anciã diz ‘epitáfio’, que significa ‘epíteto’ para o marido. Nesse caso, diz Tavares, o ancião emprega sua máquina de interpretação, fazendo a seguinte transposição: ‘epitáfio’ na língua dela é ‘epíteto’ na minha. Esta transposição lhe permite compreender o que a mulher quis dizer. Nesse momento de convergência entre a intenção do falante e a interpretação do enunciado pelo ouvinte, temos de fato “alcançado” a comunicação, porque chegou-se à convergência do significado. Apesar do ancião e da anciã possuírem sistemas lingüísticos diferentes, no momento do diálogo os diferentes significados convergem e a conversa está apta a seguir em frente. Assim, não importa qual palavra seja utilizada, o importante é que haja convergência de significado das palavras no momento em que são ditas.

2) pode ser que, para o ancião, ‘epitáfio’ signifique epíteto, ou seja, signifique o “mesmo” que para sua esposa.

Neste caso, a convergência é trivial.

Porém, alerta Tavares, não podemos ter certeza do significado individual de ‘epitáfio’ do ancião, pois, depois de interpretar o proferimento da esposa, ele prosseguiu a conversa sem corrigi-la. Tavares ressalta que todo conhecimento que o ancião detém acerca de sua esposa pode lhe indicar que não deve discutir o significado de palavras com ela. Em ambos os casos a intenção pretendida pela esposa e o entendimento do esposo convergiram, ou seja, o ancião compreendeu o que ela quis que ele compreendesse.

Assim, segundo a teoria de Davidson, o importante no presente exemplo não é a palavra que a anciã usa para designar o acontecimento na palestra, o relevante é que o ancião entende a intenção da mulher a partir da sentença (4). Houve uma convergência no “significado primeiro”. Porém, ressalta Tavares, pode não ter havido convergência com relação a outras intenções. A esposa, como estava zangada com o que ouvira, provavelmente pretendesse que o marido também ficasse. O ancião, porém, ao invés de se zangar, achou engraçada a confusão de epítetos feita pelo palestrante.

No terceiro caso, também adaptado de Tavares, um terceiro casal, assistindo à palestra, ficou indignado com o palestrante:

Ex.3) Homem (furioso): Que falta de preparo, percebe-se que ele não tem costume de preparar palestras. Uma bela confusão de epitáfios, na minha opinião!

Mulher: De fato, meu querido, não há necessidade de tantas denominações. Existem termos que eu, inclusive, nem conheço. Sinceramente, ele só quer se mostrar!

Segundo Tavares, a intenção do homem, ao proferir a sentença (4), não era provocar o riso, mas repreender o palestrante. Sua mulher compreendeu a intenção, e não riu. Tavares mostra que, independentemente do significado da

palavra para a esposa - 'epitáfio' pode significar epitáfio ou epíteto para ela -, ela compreendeu a intenção do falante. Assim, ocorreu a convergência entre a intenção do falante e a compreensão do ouvinte. De acordo com Tavares, o significado do falante e do intérprete, nesse caso, é semelhante, independentemente de qual palavra cada pessoa utiliza, ou costuma usar, para significar o que é epíteto.

Nas três situações, diz a autora, o que o falante pretendia significar com 'epitáfio' é entendido pelo intérprete, ou seja, há convergência. Em todos os três casos, mostra Tavares, o ouvinte, para entender o intérprete, de acordo com a teoria de Davidson, não precisou saber um significado prévio de 'epitáfio', "mas sim, se valeu de informações contextuais e de informações que obteve em experiências anteriores de comunicação. Fatores como quem é o interlocutor (sexo, idade, escolaridade, etc), qual é a natureza do relacionamento entre os participantes da troca lingüística (grau de intimidade, etc), qual o estado de ânimo dos participantes no momento da fala, reações (riso, zanga, os quais podem ser avaliados pelo tom da voz, por exemplo), conhecimento de mundo em geral, etc, são pistas para o intérprete chegar ao significado (e demais intenções) pretendido pelo falante." (Tavares, 1999). A comunicação é minimamente bem sucedida quando os interlocutores convergem, alcançando o significado primeiro e, como mostra Tavares, de acordo com Davidson, independentemente de os significados individuais serem distintos ou não.

Davidson acredita que sua teoria de comunicação se justifica em razão de haver casos em que o falante chega até a inventar palavras num contexto, e o ouvinte, por sua vez, compreende a intenção do falante. Ele conclui que não há necessidade de signos convencionais para a comunicação. Em outras palavras, a convenção não é uma propriedade fundamental da língua, visto que uma regra lingüística não permitiria a interpretação do novo presente por exemplo no malapropismo. É para explicar a criatividade semântica que ele tem que abdicar do conceito de convenção. Não podemos, assim, falar mais em significados literais ou convencionais calcados em convenções lingüísticas. O significado primeiro não se dá a partir de uma convenção já preestabelecida do significado dos termos, mas pela convergência em cada momento da fala, ou seja, o

significado se estabelece no momento em que a intenção semântica do falante é alcançada pelo ouvinte. Não há regras preestabelecidas, mas negociação de significados.

É importante ressaltar que, com todas essas observações, Davidson não rompe com a semântica. A semântica vai tratar do significado individual das palavras e sentenças, que, como vimos, fazem parte do sistema semântico interno de cada indivíduo. Dentro desse sistema, o significado é sistemático e recursivo, constituindo-se num conjunto de predicados e regras de combinação que permitem gerar um conjunto infinito de sentenças advindas das experiências do indivíduo com o mundo.

Vejamos, agora, a teoria de metáfora de Davidson, lembrando que ela é anterior a sua reflexão sobre “A comunicação sem convenção”. Davidson (1992) defende a idéia de que a metáfora pertence ao domínio da intenção; não é propriamente semântica, porque o falante, ao proferir uma metáfora, tem a intenção de mostrar uma semelhança no mundo. Assim, a metáfora é uma intenção para além da intenção semântica. Segundo o autor, interpretar um proferimento metafóricamente é perceber semelhanças novas no mundo. Por exemplo, se alguém diz,

(5) Ela é o sol da minha vida,

percebemos imageticamente e não-proposicionalmente que o falante está apontando semelhanças no mundo entre a pessoa e o sol. Se alcançarmos este “insight”, esta percepção não-proposicional, podemos atribuir-lhe interpretações proposicionais. No exemplo citado, algumas possíveis interpretações seriam:

(5') Sem ela eu não posso viver.

(5'') Ela é a alegria da minha vida.

(5''') Ela é o que me aquece.

(5'''') Ela é destrutiva como o sol.

Nenhuma destas interpretações esgota a metáfora. Na verdade, a paráfrase de uma metáfora faria com que perdêssemos o significado das outras interpretações, diminuindo o seu valor cognitivo que é o de ver o mundo de forma diferente, de ver algo como outro algo. Vale notar que antes de mais nada é preciso que o falante e intérprete convirjam com relação ao significado da sentença.

Ao discordar da idéia de Black de que a metáfora tem, além do seu sentido ou significado literal, um outro sentido ou significado, Davidson faz uma clara distinção entre o que as palavras significam e aquilo para que são usadas. O significado situa-se no nível da intenção semântica enquanto que a metáfora é um uso possível desta sentença. Por exemplo, na sentença

(6) O homem não é uma ilha,

o significado da palavra 'ilha' é o seu significado literal, isto é, o significado recorrente que aparece em inúmeros outros usos da palavra, como em

(7) Florianópolis é uma ilha.

(8) A ilha de Manhattan, etc.

Falante e ouvinte convergem com relação ao significado de 'ilha'. Neste sentido, é óbvio que o homem não é uma ilha. Portanto, o intérprete supõe que o falante tem a intenção de fazer uma metáfora, ou seja, temos que admitir, se somos caridosos, que o falante quer apontar semelhanças no mundo. Não há sentido metafórico, afirma Davidson se contrapondo a Black, porque as palavras significam o que elas significam. Por isto, a metáfora é sem sentido, uma afirmação muito mal compreendida.

Segundo Davidson, uma metáfora faz com que o ouvinte perceba as mesmas semelhanças que seu símile correspondente. Assim, se profiro a sentença (6), quero apontar para as mesmas dessemelhanças no mundo entre homem e ilha que ao proferir a símile correspondente,

(6') O homem não é como uma ilha.

Na metáfora as palavras significam aquilo que significam. Não existe um sentido metafórico como Black propõe. De acordo com Davidson - afirma Finger (1996) -, se supuséssemos que há significado metafórico que se soma ao significado literal dos termos de uma sentença, e que esse significado metafórico de uma sentença, do tipo S é P, é claramente expresso por uma comparação literal, do tipo S é como P, seríamos obrigados a admitir que os termos S e P do contexto metafórico são meros homônimos dos termos S e P do contexto literal. Mas isto implicaria aceitar que todo termo que possa ser utilizado metaforicamente seja ambíguo, o que é obviamente absurdo. E se o significado metafórico depende do significado literal, não podem ser atribuídos valores de verdade a ele, ou seja, a metáfora não pode ser nem verdadeira nem falsa.

Desse modo, embora a identificação da sentença como metafórica dependa do significado literal das palavras 'ilha' e 'homem', isto é, seja semântica, sua interpretação é função da atribuição de uma intenção ao falante. Assim, embora existam casos em que a obviedade semântica da sentença, como no exemplo (6), ajuda na identificação da metáfora, exemplos como (9), a seguir, apesar de não apresentar qualquer desvio semântico podem ser interpretados metaforicamente. Vejamos o exemplo:

(9) Hamlet: Assassinei meu irmão¹⁸,

Para entender o sentido intencional desta sentença, precisaríamos estar situados nas referências contextuais da peça de Shakespeare. De fato, embora a sentença seja semanticamente possível, ou seja, o predicado 'assassinar' pode aplicar-se a 'irmão', Hamlet não possui irmão e, assim, a sentença passa a ser falsa, ganhando uma interpretação metafórica, porque sabemos que o homem a quem Hamlet se refere, e que ele mata, era um grande amigo seu.

¹⁸ O exemplo aparece na entrevista que Pires de Oliveira faz com Davidson (1996).

Como para o autor não há determinação do uso pelo significado (nem vice-versa), uma mesma sentença pode ser utilizada de inúmeras maneiras ou com várias intenções. Ao proferir uma sentença, posso ter inúmeras intenções que ultrapassam o significado literal das palavras ditas. A intenção do falante, ao produzir uma sentença metafórica, é levar o leitor a perceber ou descobrir uma semelhança nova entre dois objetos. O próprio leitor é incitado a descobrir tais semelhanças, visto que a metáfora apenas insinua algo que vai além das palavras ditas.

Neste modelo, a metáfora é um recurso lingüístico, um uso de palavras para reestruturar ou reorganizar o mundo. O falante faz uma metáfora para chamar a atenção sobre uma semelhança no mundo não percebida anteriormente. Com a metáfora, o falante tem a intenção de revelar um novo mundo, de criar um novo mundo. Há uma distinção para Davidson, já estabelecida por Wittgenstein, entre “ver como” e “ver que”. A metáfora é um “ver como”, ou seja, ela nos faz ver uma coisa como outra. Quando digo (5), não afirmo que de fato ela é o sol da minha vida, isto é, que ela possui raios solares, é redonda e tão quente que não posso tocá-la, etc., mas utilizo a sentença para que o ouvinte a veja como o sol da minha vida, que ele perceba semelhanças relevantes. Não há, no entanto, regras para isto.

Segundo Davidson, a elaboração de um projeto naturalista de uma teoria pragmática, ao contrário do que ocorre com a teoria semântica, é difícil de conceber, porque não há regras para chegarmos às intenções do falante. O que pode existir são pistas. Assim, quando a sentença é claramente óbvia ou falsa, somos levados a pensar que o falante quer mostrar semelhanças no mundo, ou seja, está fazendo metáfora. Se bem sucedida, entendemos a metáfora ao descobrirmos semelhanças no mundo sem, entretanto, termos certeza de que eram aquelas semelhanças que o falante pretendia apontar. Eis aí o poder cognitivo da metáfora.

Reconhecemos que a sentença (6) é metafórica por causa dos significados das palavras que a compõem. Ela afirma, como já dissemos, uma verdade óbvia demais. Esta é a pista para que o ouvinte perceba que, ao proferi-la, o falante tem

a intenção de chamar sua atenção para algo fora da sentença. A metáfora é um convite para que o ouvinte veja algo como um outro algo, construindo semelhanças no mundo. Por isto, Davidson diz que o processo de interpretação da metáfora é um “seeing as”, um “ver como”, recorrendo às reflexões filosóficas do segundo Wittgenstein, em que se apontam semelhanças no mundo. Essa percepção da semelhança, como já dito, é não-proposicional. Assim, ao proferir a sentença (6), não se quer aprender um novo sentido para a palavra ‘ilha’, mas usa-se o termo ‘ilha’ no seu sentido literal, já conhecido, para apontar semelhanças ou dessemelhanças no mundo, para destacar uma nova forma de recortar o mundo, de percebê-lo. A linguagem, assim, interage com o mundo e o pensamento simultaneamente.

Dessa forma, Davidson estabelece uma diferença entre “aprender um novo uso para uma palavra” e “usar uma palavra já conhecida”. A metáfora faz com que utilizemos termos já conhecidos com a intenção de criar uma nova semelhança no mundo, ou seja, os significados das palavras não são modificados, apenas são usados de maneira diferente. Assim, ao usarmos a palavra ‘gilete’, para referirmos ao aparelho de barbear, nós não fazemos uma metáfora, mas ampliamos o seu significado. ‘Gilete’, que é um nome de uma marca registrada, refere-se agora a um objeto, mais especificamente, a um aparelho de barbear¹⁹. Assim, aprendemos um novo uso para uma palavra. O novo uso de ‘gilete’ passa a fazer parte do sistema semântico. Aqui nós aprendemos um novo uso para um termo. A metáfora, todavia, se estabelece por usar de forma diferente um termo já conhecido. Na metáfora não há, pois, extensão de significado, porque o novo significado se tornaria comum, e sua essência é provocar algo diferente ou inovador.

Nada me impede, entretanto, de usar o termo conhecido ‘gilete’ de uma maneira diferente:

(10) A língua de Ricardo é uma gilete.

¹⁹ Na realidade, nós temos aqui um caso de metonímia, e não de metáfora.

Nesse caso, a palavra ‘gilete’ não expandiu seu conjunto de significados. O significado de ‘gilete’ permaneceu o mesmo, o que o falante fez foi utilizar o termo para apontar semelhanças no mundo entre gilete e a língua de Ricardo. A palavra ‘gilete’ foi utilizada pelo falante para fazer uma metáfora.

Desse modo, diferentemente da concepção de Aristóteles e seus seguidores, e na trilha aberta por Black, Davidson mostra que a metáfora não é uma questão ornamental à linguagem, mas uma forma diferente de conceber o mundo. Por isso, aprendemos com ela. Sua discordância com Black está na existência de um significado metafórico: a metáfora, para Davidson, não é uma mudança de sentido, mas um uso particular das palavras.

Outra forma de se reconhecer uma metáfora, como já dito, é quando a sentença é linguisticamente falsa, ou seja, falsa a nível de significado literal. Por exemplo, a sentença,

(11) A vida é um mar de rosas,

é claramente falsa. Esta é a pista para o ouvinte começar a procurar as semelhanças no mundo. É por isto que Davidson afirma que a metáfora é como o enigma da Esfinge: decifra-me ou devoro-te. Na metáfora, o intérprete é instigado a “ver como”, a ver a vida pelo prisma do mar, que é visto pelo prisma de rosas; o que o leva a procurar semelhanças entre vida e mar, e mar de rosas, caracterizando o processo metafórico.

A metáfora tem a característica de ser inovadora. Por exemplo, a expressão ‘boca de garrafa’ pode ter tido um uso metafórico há um tempo atrás; hoje porém, não mais. Essa expressão tornou-se, assim, parte do sistema semântico, isto é, ela não se caracteriza mais por ser uma metáfora, porque se tornou uma expressão convencionalizada, ou seja, adquiriu um sentido literal. O falante, ao pronunciar essa expressão, não aponta para uma relação nova entre boca e garrafa, mas apenas estende o significado de ‘boca’. Aprendemos, desse modo, um novo significado de boca. O termo ‘boca de garrafa’ faz parte agora do sentido estendido de boca, ou melhor, trata-se de um uso sistemático. O que ocorre na

metáfora, como vimos nos exemplos, é usar um termo conhecido de forma diferente, isto é, a metáfora apresenta um novo uso para um termo conhecido.

Se a falsidade da sentença é indicativo de uso metafórico, alguém poderia afirmar que fazer metáfora é o mesmo que mentir. Afinal, tanto num como noutro caso, dizemos algo falso. Segundo Davidson, a comparação é adequada porque tanto mentir como metaforizar não dizem respeito ao significado das palavras, que permanecem sempre constantes, mas sim a seus usos. O paralelo entre fazer metáfora e contar mentira é legitimado pelo fato de que uma mesma sentença pode ser usada, com significado inalterado, para qualquer um desses e de inúmeros outros propósitos. Assim, uma sentença como

(12) Ela é uma bruxa,

pode ser utilizada para diversos fins: dizer mentira, fazer metáfora.....

Como para Davidson não há um método mecânico que garanta que apreendamos a intenção do falante, pode haver casos em que não se saiba se o falante proferiu uma mentira ou usou uma metáfora. Há, porém, diferenças entre estes dois atos. No primeiro caso, o falante afirma algo que acredita ser falso, com a intenção de fazer o ouvinte acreditar que ele acredita no que está dizendo. Na metáfora, o falante afirma algo que acredita ser falso, mas quer que seu intérprete perceba que ele, falante, sabe que é falso o que está dizendo, mas que esta falsidade pode levar à descoberta de semelhanças interessantes no mundo.

O autor esclarece porém que, para criar metáforas, é necessário saber a linguagem. Para traçar a diferença entre aprender uma palavra e usá-la metaforicamente, Davidson nos conta a estória de um saturnino que, em visita à Terra, resolve aprender inglês. Seu professor, após apontar vários tipos de chão consegue levá-lo a aprender que 'floor' significa chão, estabelecendo-se, assim um primeiro "ver como". Lembremos que Black (1979) também afirma que a operação "ver como" é necessária para a formação de qualquer conceito, seja literal ou metafórico. Depois deste processo de "ver como", o conceito de chão é estabilizado, caracterizando o "ver que". Ao retornar a Saturno, o saturnino

convida seu professor a acompanhá-lo. O professor, ao olhar da janela da espaçonave para a Terra, diz:

(13) O chão redondo e pequeno nos faz apaixonados. (Davidson, 1992:40)

Neste caso, o professor está usando a palavra ‘chão’ para fazer uma metáfora. Ele não está ensinando um novo sentido da palavra, mas usando seu significado literal para chamar atenção do saturnino para a semelhança entre chão e Terra. Foi necessário, entretanto, que primeiro o saturnino dominasse o significado literal de ‘chão’, o “ver que”, que só é apreendido por meio do primeiro “ver como” para depois entender o segundo “ver como”, na metáfora construída pelo professor.

Semelhantemente, uma criança que aprende a linguagem, ao dizer ‘caroço’ no lugar de ‘osso’, não está fazendo metáfora, porque ela não tem a intenção de mostrar semelhanças entre osso e caroço, mas está apenas aprendendo os termos. Somente no momento que ela dominar a linguagem e “ver que”, ou seja, ‘caroço’ refere-se a caroço, e ‘osso’ a osso, é que ela poderá fazer metáforas. Assim, a metáfora se caracteriza por uma transgressão voluntária dos sentidos literais de uma sentença. Ela desestabiliza o “ver que” e instaura um “ver como” sobre o já aprendido, provocando um insight.

Como já dissemos, o texto sobre metáfora de Davidson é anterior a seu artigo sobre comunicação. Em seu primeiro artigo, o autor muitas vezes faz uso do termo “significado literal”, que, mais tarde, em sua teoria sobre comunicação, será rechaçado. Tal alteração reflete a mudança de Davidson com relação à maneira de conceber a comunicação, linguagem e o significado, que de social passa a individual, mas ela não interfere em sua teoria de metáfora, que é a mesma e compatível com as inovações propostas. Desta forma, a sentença (5) repetida abaixo:

(5) Ela é o sol da minha vida,

é metafórica se os interlocutores convergem quanto ao seu significado primeiro, o que implica em convergir que a sentença é falsa, para depois chegar na

convergência de que o falante tem a intenção de proferir uma metáfora. A metáfora continua a ser um apontar semelhanças no mundo. O mesmo acontece para com uma sentença obviamente verdadeira como a que vimos,

(6) O homem não é uma ilha.

Antes de mais nada, os interlocutores precisam convergir sobre o fato de que essa sentença é obviamente verdadeira. A partir desta pista, o ouvinte pode convergir na segunda intenção do falante, que é a de fazer metáfora.

Assim, nessa teoria, a convergência de significados é fundamental não somente para a construção da metáfora, como também para o significado em si. Comunicar-se significa convergir todo o tempo. Essa capacidade que nós temos de convergir é, segundo Davidson, uma arte, não previsível e não redutível a um conjunto mecânico de regras. Dessa forma, a autor chega à conclusão de que uma teoria sobre como ocorre a interpretação de uma metáfora é impossível de ser estabelecida, por dois motivos: não há como prever a intenção das pessoas, e não há regras que ditam como procurar as semelhanças no mundo.

2. As implicaturas de Grice

Uma melhor compreensão da teoria da metáfora segundo Grice (1982) requer, aqui também, entendermos um pouco sua teoria sobre os mecanismos de comunicação que, segundo ele, se rege por máximas conversacionais, definindo-se a metáfora como uma violação de uma dessas máximas. O foco da teoria consiste em explicar quais os mecanismos que permitem um proferimento transmitir muito mais informações do que está contido na sentença literal, ou seja, em explicar o processo que torna o ser humano capaz de extrair de um proferimento aquilo que está para além do dito. Como é possível compreender a partir de um proferimento as implicaturas almejadas pelo falante?

Estes questionamentos apontam para a necessidade de uma diferenciação entre significado da sentença e significado do falante. Quando alguém profere a sentença

(14) Está chovendo,

todo intérprete, que fala português, entende o significado da sentença: chove no momento em que a sentença é proferida. O falante, porém, ao proferi-la pode ter outras intenções especificáveis apenas contextualmente: pode tratar-se de um namorado que não está a fim de sair com sua namorada; ou de uma moça que quer justificar para a amiga o atraso do namorado; alguém que não quer sair mas ficar em casa e alugar um filme; ou de uma situação em que foi feita uma aposta de que, se chovesse no dia seguinte, quem faria as compras do mês seria quem apostou que não choveria, etc. Enfim, há inúmeras situações em que o proferimento da sentença (14) produz significados diversos em função da intenção do falante. E é justamente o entendimento de como esse reconhecimento das intenções se dá, que Grice define como o ponto crucial para a compreensão da natureza da comunicação. Grice (1967) é o primeiro a esquematizar a diferenciação entre significado da sentença e significado do falante que, posteriormente, será utilizado por outros autores.

A sentença (14) produz o efeito desejado pelo falante somente quando sua intenção é reconhecida pelo ouvinte. Assim, o falante, ao proferir uma sentença, pode implicar algo que é diferente do significado da sentença. Há casos em que o significado da sentença equivale ao significado do falante, que será justamente o caso, no presente exemplo, em que alguém profere a sentença (14) porque quer informar que está chovendo naquele momento.

Essa intenção do falante captada pelo ouvinte é chamada de implicatura. Na maior parte de nossos atos comunicativos, ou talvez em todos eles, queremos dizer mais do que dizemos. A comunicação humana se caracteriza pela capacidade que temos de inferir.

Grice parte da idéia de que a conversação é regida por um princípio que permite seu bom funcionamento. Esse princípio é como um guia que norteia os passageiros para que eles tomem o caminho certo e não se percam. Chamado de Princípio da Cooperação, ele é constituído por um conjunto de Máximas de Conversação que regem o processo de comunicação de modo inconsciente por

parte dos interlocutores. Essas máximas, por sua vez, não são arbitrárias e governam não só aspectos do comportamento lingüístico, mas também os não-lingüísticos, e possuem caráter universal.

Eis a formulação do Princípio de Cooperação por Grice (1982:86-87):

Princípio de Cooperação:

Faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado.

As Máximas de Conversação são:

I Máxima de Quantidade

Esta máxima é composta de duas sub-máximas e se refere à quantidade de informações que deve ser transmitida em uma mensagem. As sub-máximas são:

- i) faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto requerido para o propósito corrente da conversação;
- ii) não faça sua contribuição mais informativa que é requerido.

II Máxima da Qualidade

“Procure fazer contribuições verdadeiras”. É composta por duas sub-máximas:

- i) não afirme o que você acredita ser falso;
- ii) não afirme algo para o qual você não possa fornecer evidência adequada.

III Máxima de Relação

É relacionada à máxima “seja relevante”.

IV Máxima de modo

Diz respeito à máxima “seja claro”, e possui quatro sub-máximas:

- i) evite obscuridade de expressão;
- ii) evite ambigüidades;
- iii) seja breve (evite prolixidade desnecessária);
- iv) seja ordenado.

O Princípio de Cooperação sempre deve ser seguido de modo a permitir o êxito da conversação. Vejamos alguns exemplos retirados de Levinson (1994), adaptados por nós:

(15) - Onde está meu lápis?

- Emerson passou por aqui.

Esse diálogo parece violar o Princípio de Cooperação, mais precisamente a sub-máxima de quantidade: “i) faça sua contribuição tão informativa quanto o necessário para os objetivos da troca”. Para que a resposta seja compreensível, o ouvinte tem que assumir que o falante está de fato observando o Princípio de Cooperação, porém em um outro nível. A partir desse pressuposto, o ouvinte busca encontrar conexões entre a pergunta e a resposta. Analisando a pergunta e a resposta, seguindo o Princípio de Cooperação, o ouvinte pode inferir que a resposta do diálogo (15) implica que Emerson levou a caneta e que não adianta procurar por ela.

Aparentemente a sentença violava o Princípio de Cooperação, mas, dado que sempre seguimos este Princípio, acreditamos que o falante está sendo cooperativo, o que nos leva, através de inferências (a partir do material lingüístico e do conhecimento compartilhado), ao significado do falante. Dessa forma, verifica-se, através das inferências, que o princípio foi preservado.

Conforme visto neste exemplo, nem sempre os interlocutores aderem às máximas de uma forma trivial. Mas Grice afirma que as implicaturas ocorrem em função da obediência a alguma máxima em algum nível. São as implicaturas, segundo o autor, que esclarecem porque a comunicação vai além do conteúdo semântico proporcionado pela sentença, implicando um novo tipo de conteúdo lingüístico, uma nova forma de entender a linguagem, colocando-a no campo da pragmática. Dessa forma, a comunicação transcende os limites da semântica, que não é capaz de explicar todas as peculiaridades da comunicação. Podemos falar agora, segundo Levinson (1994), em conteúdo semântico e conteúdo pragmático. O estudo do significado se bifurca agora em estudo semântico e estudo pragmático.

O termo implicatura é entendido como a inferência cujo significado é derivado do contexto conversacional e suas máximas, e se opõe a termos como implicação lógica, acarretamento, consequência lógica, etc., que são usados para referir-se a inferências derivadas somente da lógica ou do conteúdo semântico. Assim, a sentença

(16) Maria se separou do marido²⁰,

acarreta,

(17) Maria era casada,

ou seja, aqui utilizamo-nos de relações lógicas presentes na sentença propriamente dita.

Agora, digamos que a sentença (16) é dirigida a João, numa situação em que o falante sabe que ele é apaixonado por Maria. João, através da sub-máxima de quantidade: “i) faça sua contribuição tão informativa quanto necessário para os objetivos de troca”, infere que

(18) Maria agora está livre.

Porém, essa implicatura pode ser facilmente cancelável, caso o falante acrescente esta passagem:

(19) Maria se separou do marido Jonas, para se casar com Pedro.

O termo implicatura, assim, é utilizado com relação ao falante, ou seja, a implicatura correspondente ao proferimento, não diz respeito apenas á sentença propriamente dita, mas á intenção do falante. Como ela depende, como já dito, do contexto conversacional, também é chamada de implicatura conversacional.

²⁰ Sentença de Melo Moura (1999).

Outro exemplo claro de acarretamento versus implicatura pode ser encontrado em Levinson (1994). Se digo,

(20) Nigel tem 14 crianças,

eu implico que Nigel tem somente 14 crianças, e isso é aceito tanto para o ouvinte quanto para o falante. A adição do *somente* à sentença é uma inferência pragmática, ou seja, uma implicatura. Porém, seria compatível com a verdade da sentença (aqui já é a análise semântica da sentença) que Nigel tivesse 20 filhos. Se Maria tem 20 crianças, ela logicamente também possui 14 crianças (20 inclui 14). Mas, ao se submeter à máxima de quantidade “seja tão informativo quanto necessário numa situação”, implica-se, pragmaticamente, que Nigel tem somente 14 crianças, e seria, assim, pragmaticamente incorreto dizer que Nigel tem mais de 14 crianças. O funcionamento, portanto, entre os dois domínios é diferente, e, para entendermos melhor o fenômeno da linguagem, segundo Levinson, é necessário que saibamos distinguir os dois processos.

As sentenças abaixo,

(21) João casou e teve filhos,

(22) João teve filhos e casou,

possuem significados diferentes porque a partir da quarta sub-máxima de modo “iv) seja ordenado” nós damos, pragmaticamente, seqüência aos eventos. Assim, João se casar e então ter filhos difere substancialmente de João ter filhos e então se casar. Dessa forma, temos duas sentenças diferentes. Entretanto, fazendo uma análise puramente semântica, o conteúdo semântico dessas sentenças é igual. A conjunção ‘e’ serve apenas como um elemento de ligação entre as duas sentenças indicando que, se ambas as sentenças, – ‘João casou’ – e – ‘João teve filhos’ - forem verdadeiras, então as sentenças complexas (21) e (22) são verdadeiras. Assim, temos

- (23) João casou = V e João teve filhos = V
- (24) João teve filhos = V e João casou = V
- } Semanticamente: (23)=(24)

Mas o respeito à máxima de modo constrói implicaturas diferentes. Uma observação interessante a respeito dessa máxima é que é por causa dela que nós esperamos que casos sejam contados da maneira linear como eles acontecem. E, por isso, nos assustamos com casos do tipo:

(25) *O cavaleiro solitário cavalgou em direção ao por-do-sol e saltou sobre seu cavalo²¹.

Nós a consideramos inaceitável porque a nossa expectativa, de acordo com a sub-máxima “iv) seja ordenado”, é a de que primeiro o cavaleiro teve que saltar sobre seu cavalo, para depois cavalgar em direção ao por-do-sol.

É necessário salientar que sentenças com a conjunção ‘e’, cujo objetivo é produzir o efeito de sequencialidade - isto é, o sentido ‘e então’ em sentenças como (23), (24) e (25) – , são casos de implicaturas convencionais, que, segundo Levinson (1994), provêm um acréscimo pragmático ao conteúdo semântico de ‘e’ sempre que as descrições de dois eventos, que poderiam estar ordenados sequencialmente, são feitos conjuntamente. Elas são consideradas implicaturas convencionais por indicarem sempre sequencialidade, porém, assim como as implicaturas conversacionais, como vimos no exemplo (18), surgem pela necessidade do próprio contexto.

As implicaturas decorrem, então, da observância das máximas. Segundo Grice, elas são de conhecimento mútuo, canceláveis, não-destacáveis, calculáveis e não-convencionais.

²¹ Sentença retirada de Levinson (1994).

É necessário salientar, entretanto, que o desprezo ou violação aparente de uma máxima, de acordo com Grice, origina também implicaturas. Justamente quando a máxima de qualidade é violada é que surgem casos de metáfora, ironia, meiose, eufemismo e hipérbole. Quando as máximas de modo são abandonadas, surgem os casos de ambigüidade, obscuridade, etc.. Uma máxima é abandonada quando o falante tem a intenção de comunicar uma outra coisa, diferente do sentido literal da sentença, como no caso de metáforas, ou quando pretende priorizar uma outra máxima. por exemplo, no diálogo apresentado por Levinson (1994) e adaptado por nós,

(26) - Onde está Verônica?

- Aqui ela não está,

a máxima de quantidade foi violada, já que a contribuição não foi tão informativa quanto requerido. Quem respondeu à pergunta, porém, optou por preservar a sub-máxima de qualidade “ii) não afirme algo para o qual você não possa fornecer evidência adequada”, visto que a pessoa que respondeu à pergunta (caso não esteja mentindo) não sabia de fato onde Verônica estava. O falante possui total liberdade de optar por obedecer ou não a uma máxima, e qualquer que seja sua atitude, ela gera implicaturas.

Grice especifica dois tipos de comportamentos lingüísticos que geram implicaturas: a observância de máximas e a sua aparente não-observância. As metáforas enquadram-se neste último caso.

Num proferimento metafórico, de acordo com a teoria de Grice, o falante despreza uma máxima com o objetivo de dizer algo diferente do que foi efetivamente dito pela sentença. O ouvinte reconhece que a sentença é falsa, mas o Princípio de Cooperação permite dar sentido e coerência ao enunciado. A partir daí, o ouvinte pode inferir o conteúdo da intenção do falante. No exemplo metafórico dado por Grice,

(27) Você é o açúcar do meu café,

ocorre, segundo ele, um erro categorial, pois a sentença é semanticamente falsa. Mas, ocorre aí um caso de metáfora, visto que, pelo Princípio de Cooperação, assume-se que o falante pretende dizer algo diferente do significado da sentença, relevante para a comunicação. A inferência poderia ser a seguinte: eu não sou açúcar de fato, ou seja, há uma falsidade categorial ou semântica, pois possuo propriedades definicionais diferentes de açúcar, mas posso possuir algumas propriedades do açúcar, como ser doce, etc. Essas propriedades são, no entanto, acidentais e dependentes de contexto.

Apesar de a metáfora relacionar semelhanças entre duas categorias, essas semelhanças são arbitrárias. Como se processa, porém, essa relação de semelhança entre duas entidades distintas não é bem explicado por Grice. Como Searle diz,

Similaridade é um predicado vácuo: duas coisas quaisquer são similares em algum respeito ou outro. (Searle, 1979:95).²²

Segundo Pires de Oliveira (1991), o reconhecimento de uma metáfora não se dá pelo princípio da falsidade categorial, mas porque os interlocutores, que estão inseridos no contexto, sabem que a conversação está direcionada para um determinado alvo.

Na sentença,

(28) Ele é um animal,

a autora argumenta que só poderíamos saber se a sentença é literal ou metafórica pelo contexto (se estamos falando de cachorro ou comportamento humano), porque, pelo princípio da falsidade categorial, não há nenhum tipo de anomalia, visto que o homem é de fato um animal.

²² Tradução nossa: Similarity is a vacuous predicate: any two things are similar in some respect or other.

Grice parte da idéia de que podemos reconhecer casos metafóricos mesmo fora de contexto, em sentenças do tipo:

(29) Patrícia é uma porta.

(30) Ele é uma mala.

(31) Ela é uma anta.

O processo ocorre da seguinte forma: a metáfora é reconhecida porque, a nível de significado de sentença, existe uma anomalia categorial. Estamos no nível semântico de condições de verdade e suficiência de uma sentença. A nível sentencial, o falante de fato violou a máxima de qualidade, pois afirmou algo que sabe ser falso. A metáfora, então, é reconhecida por meio de uma análise semântica da sentença. Essa é a primeira parte de todo o processo metafórico. Ao reconhecer a metáfora, o ouvinte infere - observando inconscientemente o Princípio da Cooperação -, que o falante não tem a intenção de falar uma falsidade, mas tem a intenção de dizer outra coisa diferente daquilo que foi literalmente proferido. Agora, estamos já no nível de significado do falante. Falsidade categorial ou sentencial não implica em falsidade intencional, trata-se de duas coisas distintas: significado da sentença e significado do falante. Uma coisa é reconhecer uma metáfora por falsidade categorial, no sentido da presença de termos que a princípio não se relacionam - essa é uma das características peculiares da metáfora e o que a diferencia de outras figuras como a ironia -, e outra coisa é compreender uma metáfora. São dois processos distintos, um semântico e outro pragmático. A interpretação da metáfora não pode ser trabalhada com uma noção de verdade lógica porque ela está a nível de intenção e não de sentença. Só o reconhecimento dela, através de uma falsidade categorial, pode ser concebido através das condições de verdade. A interpretação da mesma, no entanto, não pode se basear na noção de verdade com recorrência ao mundo, porque está a nível de intenção. Neste sentido, colocar a metáfora no âmbito de expressão de verdades requer, com certeza, que a noção de verdade seja ampliada ou modificada²³.

²³A concepção linguística tradicional diz que a metáfora não tem valor de verdade porque não corresponde à realidade de mundo. Pires de Oliveira (1991) narra um caso em que cientistas não conseguiam desenvolver um pincel atômico artificial até que, por alusão à metáfora, sugere-se que

De acordo com Grice, a metáfora seria uma violação da máxima de qualidade a nível sentencial, não a nível intencional, visto que o falante, ao proferir uma metáfora, não tem a intenção de comunicar uma mentira, mas de dizer algo diferente da sentença expressada, e a inferência para a compreensão da metáfora é regida pelo Princípio de Cooperação. Assim, a intenção do falante, ao fazer um proferimento metafórico, não é dizer algo que acredite ser falso, porque neste caso fazer uma metáfora e fazer uma mentira seriam dois atos iguais. Grice sugere que o Princípio de Cooperação faz com que o ouvinte, ao ouvir uma sentença metafórica, infira que o falante quer dizer outra coisa diferente do sentido literal e não uma mentira. O falante, ao proferir uma metáfora, não tem a intenção de dizer uma mentira, mas de comunicar ao ouvinte sua verdadeira percepção sobre determinado aspecto do mundo, e o uso da metáfora foi a maneira mais adequada para o falante se expressar.

Dessa forma, a metáfora caracteriza-se, para Grice, pela intenção de dizer algo diferente da sentença literal expressada, e sua compreensão só se dá através do Princípio de Cooperação. Não é a falsidade categorial que dá sentido à metáfora, mas o Princípio de Cooperação, que permite inferir a intencionalidade do falante, que não se caracteriza por ser uma mentira.

Segundo Pires de Oliveira (1991), o ouvinte, ao ouvir um proferimento, está bastante ciente do nível de significação reclamado pelo contexto, tanto que, ao ouvir um proferimento metafórico, responde dentro desse contexto e não em outro. Exemplo da autora adaptado por nós:

(32) Daniel não é um pão!!

(33) Ah, demais! Ele é uma gracinha.

Neste diálogo, o que se afirma não é a verdade literal, ou seja, Daniel não é aquela massa feita de farinha de trigo, sal, etc. O que se afirma é a verdade metafórica, ou seja, ele é bonito, boa pinta, etc.

o pincel artificial seria como uma bomba hidráulica que, ao pressionado faria jorrar jatos de tinta, e então, o pincel finalmente funcionou. A metáfora, neste caso, não correspondeu a uma realidade de mundo? Não descreveu um fato no mundo? Como a noção de verdade entra neste caso?

Muitos autores constataram que, diferentemente do que sugere Grice, as metáforas não são necessariamente falsidades categoriais. Existem sentenças que podem ser verdadeiras literal e metaforicamente ao mesmo tempo, como vimos no exemplo (28), dependendo do contexto.

Acreditamos que, no caso da sentença (28), ocorre o mesmo processo que explicamos anteriormente. Contextualmente o ouvinte percebe que o predicado animal irracional está sendo atribuído a um homem, que, entretanto, por conhecimento de mundo, sabemos fazer parte da categoria de animais racionais. Há, neste aspecto, uma anomalia categorial. A metáfora é reconhecida e depois, com base no Princípio de Cooperação, é interpretada adequadamente.

Levinson (1994) ressalta que a maior falha na teoria de Grice reside no fato de que ele não explica como do reconhecimento de uma metáfora chegamos à sua interpretação. Levinson, inclusive, reformula a abordagem geral de implicatura proposta por Grice num processo de dois estágios (onde o falante S fala p para o ouvinte H e assim implica q)²⁴, e chega à conclusão de que a teoria de Grice não dá conta de explicar adequadamente como as metáforas se diferenciam de outros tropos, e como elas são interpretadas.

Alguns autores, de fato, afirmam que Grice falha ao explicar a natureza da metáfora (muitos teóricos, por exemplo, dizem que Grice coloca a ironia no mesmo nível de metáfora porque ambas são vistas como violação da máxima de qualidade). Dizer que a metáfora é uma violação da máxima de qualidade realmente não é suficiente para caracterizar o fenômeno da metáfora, pois outros tipos de implicaturas também nascem do abandono desta máxima. Acreditamos, porém, como já dito antes, que, ao salientar a questão da falsidade categorial, Grice diferencia a metáfora de outros atos-de-fala, ao menos a nível de identificação, embora essa diferenciação não seja suficiente, pois falta explicar o processo de interpretação.

²⁴ Ver Levinson (1994:157-158).

O trabalho de Grice, entretanto, constata o próprio Levinson (1994), sugere modos como mecanismos comunicativos importantes como a implicatura podem ser trazidos para dentro do escopo de uma teoria pragmática. Segundo Levinson, muito havia sido dito sobre as figuras de linguagem, mas, até as sucintas observações de Grice, havia poucas tentativas para explicar o mecanismo inferencial envolvido na sua interpretação, ou para explicar como esses mecanismos podem ser reconciliados com qualquer teoria semântica padrão. O autor acrescenta ainda que uma vantagem surgida da abordagem de violação de máximas está no fato de que uma tentativa de abordagem completa do poder comunicativo da língua nunca poderá ser reduzida a uma série de regras ou convenções de uso da linguagem. Sempre que surge uma convenção ou expectativa de explicação sobre o uso da linguagem, surge também a possibilidade do abandono ou da exploração não convencional daquela convenção ou expectativa.

3. A Comunicação governada pela Relevância

Sperber e Wilson (1986) também acreditam que a comunicação não se faz apenas através da linguagem comum, mas que esta exerce papel de coadjuvante no processo de comunicação. Eles partem do pressuposto de que nós comunicamos muito mais do que aquilo que é estabelecido pelo código lingüístico, e que este fato ocorre todo o tempo. Por exemplo, na sentença

(34) Está pegando fogo aqui!

o significado é compreendido por todos. A convenção estabelecida pela língua, a partir da codificação dos significados em sons, e a decodificação desses sons em significados, permite-nos entender essa sentença, isto é, dizer em que condições ela pode ser verdadeira. Entretanto, do mesmo modo como já havia feito Grice (1967), eles acreditam que a sentença pode ser utilizada com diversas intenções diferentes, em diferentes ocasiões. A sentença (34) acima, por exemplo, pode ter diversos significados: no meio de uma discussão fervorosa, indicando o clima tenso; na sala de aula, como uma indireta para a professora abrir a porta ou a janela; ou como desculpa para a aluna sair de sala e matar aula; ou numa outra

situação, informando que está pegando fogo no momento e no lugar do proferimento da sentença. Nos primeiros usos do exemplo (34), a sentença proferida, ou o significado da sentença, levou a um outro significado, ao significado pretendido pelo falante, enquanto que no último uso, o significado do falante é igual ao significado da sentença. Percebe-se aqui que Sperber e Wilson fazem a distinção entre significado do falante e significado da sentença, já também proposto por Grice, e chegam à conclusão de que podemos comunicar muito mais do que aquilo que é estabelecido por um código lingüístico. O significado literal, na teoria de Sperber e Wilson, ocorre quando o significado da sentença coincide com o significado pretendido pelo falante. Por exemplo, se digo

(35) Vou para casa,

com a intenção ou pensamento de afirmar que num tempo t posterior a t' estarei me deslocando realmente para casa, ocorre aqui um caso de literalidade.

Quando o significado da sentença não coincide com o significado do falante, o significado do falante é obtido através do processo de inferências, isto é, fazem-se considerações iniciais, a partir de várias situações, incluindo a situação do proferimento, até se chegar a uma conclusão. Essas inferências são contextualmente determinadas. E, segundo os autores, é essa capacidade de inferência ou dedução que torna a comunicação possível. Mas essa capacidade de dedução, condição necessária para a comunicação, dizem Sperber e Wilson, é anterior à língua. Por exemplo, explicam os autores, se vemos alguém consertando uma bicicleta e conseguimos extrair daquela cena não apenas movimentos, mas considerações de que essa pessoa está consertando o veículo porque quer passear, ou porque quer dar umas voltas com a namorada, ou namorado, etc., estamos realizando um ato de dedução e, em nenhum momento, utilizamos a linguagem verbal. A comunicação, para os autores, se dá de fato pela capacidade que temos de representar na nossa mente representações de outras pessoas, isto é, de fazer representação de representação, ou seja, metarepresentação. Essa capacidade, entretanto, não é lingüística, é cognitiva.

Sperber e Wilson defendem, portanto, a idéia de que toda comunicação humana, lingüística ou não, tem caráter essencialmente dedutivo. A língua exerce aí um papel secundário, como um meio facilitador ou acelerador da comunicação, enquanto que a capacidade de dedução é o pilar sustentador de toda a estrutura comunicativa que, sem ela, desmorona. A língua, pois, é secundária, e o que é relevante de fato para a comunicação é o processo de inferência ou dedução.

De acordo com Sperber e Wilson, portanto, nós inferimos na maior parte do tempo em que comunicamos, ou seja, deduzimos outros significados do significado da sentença, sendo justamente esse processo de sobreposição de um significado sobre o outro que realiza a comunicação. Em outras palavras, diferentemente do que ensinam as teorias tradicionais, não é, segundo Sperber e Wilson, a linguagem literal que faz a comunicação, mas o ato de inferir. Dentro desta teoria, a metáfora, que é um tipo de inferência, pois seu uso implica em dizermos algo com um sentido diferente do sentido da sentença, ocupa o lugar de uma “norma” lingüística, é legítima e comum, porque o ato de inferir é constitutivo da comunicação. E é justamente esse aspecto da legitimidade da metáfora que Sperber e Wilson irão defender em sua abordagem sobre metáfora. Eles argumentam que a metáfora não se constitui num desvio lingüístico, mas é um ato-de-fala, um componente legítimo da linguagem. Segundo eles, as metáforas se baseiam em mecanismos psicológicos fundamentais que são a um tempo naturais e universais. Elas não são, para eles, como já dito, abandono de uma norma ou ruptura de uma regra ou máxima de comunicação, como acredita Grice, que trata a metáfora, a ironia, e a hipérbole, como violações de uma norma lingüística, mais precisamente, como uma violação da máxima de qualidade.

Sperber e Wilson observam que, segundo Grice, quando o falante diz, ou faz como se dissesse, alguma coisa que viole ostensivamente a máxima de qualidade, o ouvinte assume que a máxima está sendo observada em um outro nível, e tentará recuperar como uma implicatura algumas proposições relacionadas em que o falante, observando a máxima, pode ter querido converter sua expressão. Por exemplo, na situação em que a mãe diz para o filho,

(36) Você é um porquinho,

a criança inferirá que sua mãe não poderia ter pretendido afirmar verdadeiramente e literalmente que ele é um porquinho, mas ela deve ter fortemente implicado a proposição relacionada de que ele é uma criança suja.

Diferentemente de Grice, Sperber e Wilson concebem a metáfora não como um desvio da máxima de qualidade, mas como uma exploração criativa e evocativa de uma característica básica de toda a comunicação verbal: o fato de que todo proferimento se assemelha, com grau de fidelidade determinado por considerações de **relevância**, a um pensamento do falante. Falaremos mais adiante do papel da relevância comunicativa para a teoria de Sperber e Wilson, adiantando que, segundo eles, toda a comunicação humana se torna possível ou significativa apenas em função do Princípio da Relevância, que, segundo sua teoria, subjaz a qualquer ato comunicativo. E, como dissemos, a metáfora se constitui num instrumento legítimo da linguagem na busca dessa relevância. Neste sentido, o que quer que ela seja, ela não é desvio.

A metáfora, para os autores, não possui uma função puramente decorativa. Ela tem um conteúdo cognitivo genuíno que, particularmente nas metáforas mais criativas, não é parafraseável sem perda. Neste aspecto, eles se aproximam das considerações de Max Black (1962).

A comunicação ordinária, então, para Sperber e Wilson, está cheia de metáforas, pois, na maioria das vezes, o falante, ao buscar ser relevante, abandona o conteúdo literal da sentença, e busca algo diferente. Ao proferir uma metáfora, afirmam os autores, o falante não tem o objetivo de comunicar um único conteúdo fechado, mas pretende, através deste único proferimento, declarar uma série de pensamentos complexos, muitos dos quais são mais claramente percebidos, enquanto que outros podem não estar conscientemente presentes na própria mente do falante. Assim, a sentença²⁵

(37) Berenice é uma anta,

²⁵ A parafrase é feita só para melhor esclarecimento da situação, pois segundo Sperber e Wilson o caráter cognitivo da metáfora não permite parafrase, visto que diminuiria em muito o seu valor cognitivo.

num contexto Sa, formado por várias proposições, e informações compartilhadas, como por exemplo,

P1: Berenice é gorda,

P2: Berenice fez uma ação estúpida,

P3: Berenice é uma pessoa,

leva à conclusão de que:

C1: Berenice não é muito inteligente.

C2: Ela não entende as coisas com muita facilidade.

C3: Ela é devagar, etc.

A interpretação da sentença (37) no contexto Sa resulta num pensamento complexo formado por muitos pensamentos simples (C1, C2, C3, etc.) e outros pensamentos não muito claros, meio confusos para o próprio falante.

De acordo com Sperber e Wilson, para se chegar a essas inferências o ouvinte necessita fazer certos esforços mentais, ou seja, deve esforçar-se por construir um contexto apropriado e tirar, então, as implicações pertinentes. No exemplo (37), porém, a sentença já é, de certa forma, padronizada, de modo que o esforço que se faz para se chegar às expressões implicadas é relativamente pequeno, fácil de se processar, resultando, porém, numa relativa pobreza de conteúdo, isto é, as implicações obtidas por essa sentença são restritas.

É importante salientar que, para casos metafóricos e também para outras inferências, a lógica reside no fato de que a interpretação literal da sentença, como no caso (37), se diferencia do pensamento que o falante propõe comunicar. O exemplo (37), no entanto, poderia ser interpretado de forma literal se alterássemos a situação:

Sb = contexto

Sb1: falante e ouvinte estão no zoológico.

Sb2: eles estão em frente à jaula das antas.

Sb3: uma anta é nomeada por um dos interlocutores de Berenice.

Proferimento: Berenice é uma anta.

A conclusão derivada do contexto pretende enunciar uma série de proposições:

C1: Berenice possui quatro patas.

C2: Berenice é um animal.

C3: Berenice não come carne, etc.

Na situação anterior – Sa -, o falante não pretende comunicar que Berenice é aquele animal invertebrado, de quatro patas, que come plantas, etc. O falante pretende que o ouvinte infira outras proposições, que, no caso de metáforas padronizadas já são convencionais, a partir das informações compartilhadas.

Num proferimento metafórico, mesmo do tipo (37), o falante, de acordo com os autores, muitas vezes de forma obscura, pode ter em mente algo mais do que as implicações padronizadas, o que explicaria também sua opção por escolher um caminho que exige mais esforço, ou seja, optar por utilizar uma sentença metafórica, ao invés de pronunciar logo as inferências: ela é burra, não raciocina, etc.. A metáfora permite que o falante e o ouvinte tirem várias interpretações de uma única sentença, as quais, muitas vezes, como já dito, não estão claras nem para o falante nem para o ouvinte. Entretanto, essa característica da metáfora, bem como o grau de liberdade e de extensão das interpretações, e ainda a natureza obscura que ela muitas vezes possui, fazem com que metáforas não possam ser traduzidas. Dessa forma, concluem os autores, nem mesmo exemplos de metáforas padronizadas podem ser parafraseadas sem perda, visto que sua interpretação pode ser estendida para interferências não padronizadas. No caso (37), o falante pode ter a intenção de querer revelar não somente a burrice de Berenice, mas o tipo de burrice dela, o modo como a burrice dela se modela, a relação entre ser gorda, lerda e burra, e que, por sua vez, pode não estar totalmente claro para ele próprio. A idéia que o falante quer comunicar só pode ser expressa de forma mais completa através da sentença (37). A tradução dessa sentença resultaria numa perda de interpretação. Nós acrescentaríamos que uma tentativa de traduzir acarretaria até um erro de interpretação, visto que a metáfora - por sua

característica de dar indicações da semelhança entre, no caso (37), Berenice e uma anta, não de forma explícita, mas de forma obscura, fato que gera, inclusive, implicações não padronizadas e difusas - não permitiria uma paráfrase de cunho fechado do tipo 'ela é burra', que poderia levar o falante a dizer: "... é, mas não é bem assim, é uma burrice diferente....."

O falante, ao proferir a sentença (37), pretende que o ouvinte alcance alguns efeitos não parafraseáveis. Ele está sendo mais irônico, ou talvez menos rude, ao chamar Berenice de anta e não de burra. O falante, segundo os autores, pretende que o ouvinte considere as proposições mais proeminentes na cabeça dele, e que construa sobre elas um pensamento complexo, que mantém apenas algumas semelhanças com o dele. O falante quer que o ouvinte perceba bem claramente que ele pensa que Berenice não é inteligente, e capte pelo menos uma insinuação de seus pensamentos associados. Os autores sugerem que algumas implicações são mais fortemente transmitidas, enquanto que outras são mais fracamente transmitidas.

As metáforas, segundo os autores, variam em grau de criatividade. Metáforas mais criativas, aquelas que não são vistas mais como metáforas padrão, como o exemplo,

(38) A manhã é uma esponja²⁶,

são mais criativas, porque requerem do ouvinte um esforço maior na construção de um contexto apropriado, e geram na derivação um escopo mais amplo de implicações. Assim, segundo eles, quanto maior for o âmbito de implicações potenciais e a responsabilidade do ouvinte em constituir-las, tanto mais criativa será a metáfora. Nos casos mais bem sucedidos, o ouvinte pode ir além da exploração do contexto imediato e do conhecimento prévio invocados diretamente, podendo acessar uma área mais ampla de conhecimento, alimentar presunções *ad hoc*, que podem ser elas próprias metafóricas, e obter implicações bem mais fracas, com sugestões para um processamento ainda mais longo. O resultado, ainda segundo eles, é um quadro bastante complexo, pelo qual o

²⁶ Este exemplo foi retirado de Pires de Oliveira (1997).

ouvinte tende a assumir uma grande parte da responsabilidade, mas cuja descoberta foi provocada pelo falante. A surpresa, ou a beleza, de uma metáfora criativa, bem sucedida, segundo os autores, repousa nesta condensação extrema, no fato de que uma simples expressão, que foi usada livremente, determina um vasto âmbito de implicações fracas aceitáveis. O efeito cognitivo engendrado pela metáfora pode, pois, ser muito grande, o que compensa o esforço interpretativo. Assim, o exemplo (38) vai exigir muito mais esforço e responsabilidade por parte do intérprete. Neste caso, a partir da exploração do contexto imediato, o intérprete pode acessar um número mais amplo de implicaturas. O passo principal, entretanto, é contextualizar a metáfora. Segundo Pires de Oliveira (1997), o leitor da sentença (38) sabe que havia chovido muito antes do amanhecer. Assim, o contexto elimina uma série de inferências que os leitores eventualmente poderiam fazer (a manhã limpa algo, apaga algo, etc.). Do contexto explicitado acima, o intérprete pode fazer uma série de inferências como: a manhã absorveu a chuva do dia anterior, absorveu as marcas da chuva, absorveu toda a umidade da noite, etc. A metáfora criativa, como podemos perceber, aumenta o grau de responsabilidade do intérprete, dando-lhe a oportunidade de um grau maior de liberdade de interpretação, embora restringida pelo contexto.

Passemos agora para a noção de literal proposta por Sperber e Wilson para que possamos melhor entender a posição que a metáfora ocupa na sua teoria. Todo proferimento lingüístico representa a interpretação de um pensamento concebido pelo falante. Ou seja, comunicar significa interpretar, usar a capacidade que temos de deduzir, fazer representações em cima de representações. Quando o pensamento que o falante tem em mente se assemelha ao significado da sentença, ocorre a literalidade. Literalidade é o caso limite de semelhança interpretativa, que é uma noção de comparação entre dois extremos: de um lado, nenhuma semelhança, que acarreta nenhuma implicação compartilhada, enquanto que, no outro lado, literalidade é a pura identidade proposicional.

No caso da metáfora, o proferimento se afasta da literalidade porque o pensamento que o falante quer comunicar não coincide com o significado da sentença. As metáforas diferem do discurso literal somente em grau de semelhança interpretativa, porém são entendidas da mesma forma. A diferença

entre discurso literal, metafórico e vago reside no fato do quão distante a proposição expressa está do pensamento pretendido pelo falante, ou seja, é questão de grau de semelhança e não de natureza.

Os autores definem semelhança interpretativa como uma noção dependente do contexto: duas proposições P e Q podem assemelhar-se intimamente uma à outra, num contexto, e menos intimamente, em outro contexto. Assim, como já foi dito, quando uma representação é usada interpretativamente para representar uma outra, com a qual ela compartilha a grande maioria das implicações, ela é uma interpretação literal da outra.

Entretanto, como já salientamos, segundo os autores, o ouvinte não precisa esperar uma interpretação literal do pensamento do falante, nem tal interpretação é sempre necessária para que a comunicação seja bem sucedida. Pode haver situações em que uma interpretação não literal é adequada, ou até melhor, que uma interpretação literal. Expressões metafóricas são um exemplo disso.

O que faz, porém, com que o falante opte por utilizar, em algumas ocasiões, um proferimento metafórico, ao invés de um literal, reside no Princípio da Relevância. Segundo os autores, o Princípio de Relevância estabelece que comunicar-se é, entre outras coisas, reclamar a atenção de alguém, e assim demandar o emprego de algum esforço interpretativo. Consideremos a seguinte argumentação desses autores:

As pessoas não prestam atenção a menos que esperem obter informação que seja rica o suficiente em efeitos relevantes para elas. Daí, comunicar-se é implicar que o estímulo utilizado (i.e, o proferimento) merece a atenção da audiência . Qualquer proferimento endereçado a alguém transmite automaticamente a presunção de sua própria relevância. (Sperber e Wilson, 1986:161)²⁷.

²⁷Tradução nossa: People will not pay attention unless they expect to obtain information that is rich enough in effects to be relevant to them. Hence, to communicate is to imply that the stimulus used (e.g. the utterance) is worth the audience's attention. Any utterance addressed to someone automatically conveys a presumption of its own relevance.

O objetivo do falante ao proferir uma sentença, de acordo com os autores, é conduzir o ouvinte a uma relevância máxima e não a uma verdade literal. Há muitas situações em que o proferimento literal não é de relevância máxima, porque o esforço necessário para processar não é compensado pelo ganho de informação transmitida. Por exemplo, se ganho R\$ 929, 65 por mês e, numa situação informal, sou incitado a dizer o quanto ganho, é mais econômico e mais relevante que eu diga que ganho 930 reais por mês, e os mesmos objetivos serão alcançados: mostrar que ganho pouco, que o salário está defasado, etc. O que foi levado em consideração não foi a verdade literal, mas o grau de relevância.

A metáfora é regida pelo mesmo princípio: ao ouvir uma metáfora, o ouvinte tem que começar a computar, em ordem de acessibilidade, aquelas implicações que podem ser relevantes para ele, e continuar a acrescentá-las à interpretação global do proferimento, até que seja relevante o suficiente de acordo com o Princípio de Relevância. Nesse ponto, as escolhas serão realizadas como um subproduto na procura de relevância, e não requererão nenhum esforço específico.

É importante salientar que as inferências são implicações lógicas e contextuais deduzidas a partir do significado da sentença. Existem casos, mostram os autores, em que o critério de consistência do Princípio de Relevância impõe que a intenção do falante coincida estritamente com a proposição expressa. No caso do censo em Florianópolis, se uma estudante da UFSC, que mora numa cidade vizinha, diz que mora em Florianópolis, a proposição dita é extremamente relevante e a pessoa estará mentindo. Mas, consideremos uma situação em que uma estudante que mora numa cidade próxima a Florianópolis, porém passa a maior parte do seu dia em Floripa, na universidade, conhece um recém-chegado colega na universidade, que procura alguém que o ajude a se adaptar à cidade. Se a estudante está disposta a ajudá-lo, ao ser perguntada ‘Você mora aqui?’, poderá responder, ‘moro’.

Com esta resposta, a estudante espera que o colega infira mais rapidamente que ela está disposta a ajudá-lo. Foi a maneira mais econômica de transmitir as implicações pretendidas, pois se a estudante dissesse que não morava em Floripa,

o colega poderia concluir que ela não estava disposta a ajudá-lo, e ela teria que se esforçar mais, explicar-se melhor, para que a sentença surtisse o efeito que ela queria produzir, que fosse suficientemente relevante para ele.

Note que a relevância é situacional: numa situação de censo, o relevante é dizer onde de fato mora, assim como numa situação de imposto de renda, o relevante é dizer que ganha 929,25. Porém, numa conversa informal, o relevante não é dizer onde se mora realmente, nem se faz necessário dizer exatamente quanto se ganha.

Assim, o Princípio de Relevância assume que, afirmam os autores, os seres humanos têm por meta, inconscientemente, a relevância máxima, i.e., o efeito cognitivo máximo para o esforço mínimo de processamento.

No caso da metáfora, o esforço envolvido no processamento de uma informação é maior do que o normal. Todavia, para o efeito que o falante quer produzir naquele momento, o uso da metáfora vai exigir menos esforço do ouvinte para compreender a idéia que se quer comunicar, do que o uso de uma outra estratégia. Em outras palavras, o falante opta pela utilização da metáfora porque consegue um efeito cognitivo máximo para o esforço máximo de processamento, que acaba, pelas circunstâncias, tornando-se mínimo. Apesar da metáfora exigir um esforço extra no processamento de uma informação em geral, o seu uso é justificado porque, naquele momento, optando-se por um outro mecanismo, o esforço processual seria ainda maior.

Assim, o Princípio de Relevância é que indica quando devemos usar um proferimento literal, metafórico ou impreciso. Esses proferimentos, como visto, não são diferentes em tipo, mas somente em grau de liberdade, de acordo com a semelhança interpretativa, determinada pelo Princípio de Relevância. Em todos os casos, argumentam os autores, o ouvinte deve assumir que o falante quer transmitir alguma sub-implicação das implicações lógicas e contextuais da proposição expressa. Quando as implicações lógicas e contextuais do proferimento se assemelham inteiramente com o pensamento que se quer expressar, tem-se um caso de literalidade, ou seja, o proferimento tem a mesma

forma proposicional do pensamento. Quando o proferimento não possui a mesma forma proposicional do pensamento, ou quando o ouvinte procede na suposição de que forma proposicional possui algumas implicações lógicas e contextuais em comum com o pensamento expressado pelo proferimento, podemos ter casos de metáfora, conversa imprecisa, hipérbole, sinédoque ou metonímia.

Assim, os autores se preocuparam com um tipo restrito de semelhanças: semelhanças lógicas entre formas proposicionais (onde duas formas proposicionais assemelham-se uma com a outra se, e somente se, elas compartilham propriedades lógicas). E a identificação dessas semelhanças, como qualquer outro aspecto de compreensão, é guiada pelo Princípio de Relevância.

Segundo os autores, o Princípio de Relevância difere de qualquer outro princípio, máxima, convenção, ou presunção propostos na pragmática moderna, porque não é algo que as pessoas precisam saber ou aprender para se comunicarem efetivamente, muito menos algo que elas obedecem ou desobedecem: é uma generalização, sem exceção, do comportamento comunicativo humano. A única coisa que as pessoas precisam saber, e de fato sabem, continuam eles, é que, quando um proferimento é dirigido a elas, o falante pretende que esse proferimento particular pareça relevante o suficiente para merecer sua atenção. De acordo com os autores, o Princípio de Relevância por si é suficiente para explicar como a indeterminação lingüística é contextualmente recuperada, ou seja, como as estruturas lingüísticas e o conhecimento básico interagem para determinar a compreensão verbal.

Os autores partem do pressuposto de que sua abordagem de comunicação não abandona a semântica das condições de verdade, apesar de as relações de semelhança entre representações envolver interpretação, ao invés da descrição do uso da linguagem. Não há nenhuma garantia de verdade nas implicações da proposição, afirmam eles: alguns aspectos de suas implicações lógicas e contextuais são acompanhados por uma garantia de verdade regular, enquanto outras são ignoradas. A relação entre as condições de verdade da proposição e o estado de coisas que ela representa se mantém inalterada: o que varia é o quão próximo a proposição chega do pensamento que ela pretende representar.

Segundo eles, o que importa num proferimento impreciso ou metafórico não é se ele é verdadeiro ou falso, mas o fato de que um uso impreciso ou metafórico de linguagem pode ser aceitável porque muito das implicações lógicas e contextuais são verdadeiras, enquanto que um outro uso pode não ser relevante no momento, pois o ouvinte não é capaz de derivar dele virtualmente nenhuma informação descritivamente verdadeira sobre o estado de coisas que ele pretende representar.

Sperber e Wilson chegam à conclusão de que os ouvintes em geral abordam os proferimentos sem expectativas fixas quanto ao seu uso - literal, impreciso, metafórico, etc. Os ouvintes, de acordo com os autores, esperam apenas uma semelhança interpretativa entre a proposição expressa pelo proferimento e o pensamento que o falante pretende transmitir. Esta expectativa deriva de, e é apoiada por, uma expectativa mais básica: uma expectativa de relevância, que é encorajada previamente por qualquer ato de comunicação.

Acreditamos que, ao estabelecer a diferença entre discurso literal, discurso metafórico e discurso impreciso apenas através de uma relação de grau de semelhança entre um pensamento e seu proferimento expresso, Sperber e Wilson não esclarecem as características básicas e peculiares de cada uma dessas formas de linguagem, seu reconhecimento e processo de produção.

O princípio de Relevância tem o papel de indicar qual o ato-de-fala pelo qual o falante deve optar em determinada ocasião, mas não explica como o ouvinte reconhece os diferentes atos-de-fala, e como é produzido cada ato de fala em particular pelo falante. Em outras palavras, como é que o ouvinte sabe que está diante de uma metáfora, uma imprecisão, etc.. Esta pergunta fica sem resposta em Sperber e Wilson. Ao assumirem que o Princípio de Relevância é requerido em toda manifestação verbal do ser humano, a explicação se torna muito ampla, e omite, como já dito, a formação do processo de produção e interpretação dos atos-de-fala, incluindo a metáfora, que é o objeto de interesse desse trabalho.

Além disso, o Princípio de Relevância, a nosso ver, já estava implícito no Princípio de Cooperação proposto anteriormente por Grice (1967), e não difere de outros princípios quanto à característica de estar subjacente a todo processo de comunicação, visto que o Princípio de Cooperação de Grice também não precisa ser aprendido pelas pessoas para que estas possam se comunicar efetivamente. Trata-se de algo inconsciente, inerente ao comportamento humano racional em geral.

Também, as máximas que regem o Princípio de Cooperação proposto por Grice são “desobedecidas” pelo fato de que o falante, para conseguir o seu objetivo na comunicação, achou irrelevante utilizar-se delas naquele momento, optando, aparentemente, por desobedecê-las. Daí, o conceito de relevância, para nós, já está implícito no Princípio de Cooperação proposto por Grice.

E mais, com as máximas, Grice consegue explicar melhor como as diferentes rupturas se caracterizam, isto é, quais são os mecanismos que fazem surgir uma metáfora, metonímia, etc. Já Sperber e Wilson, apenas com seu Princípio de Relevância, não conseguem fazer essa diferenciação.

Em suma, o conceito de metáfora proposto por esses autores, como exploração criativa e evocativa de uma característica básica de toda a comunicação verbal – o fato de que todo proferimento se assemelha, com grau de fidelidade determinado por considerações de relevância, a um pensamento do falante -, não explica muito sobre a natureza da metáfora, seu reconhecimento e sua produção, não contribuindo significativamente para o esclarecimento do fenômeno metáfora.

4. Metáfora em Searle: do significado da sentença ao significado do falante

A teoria de metáfora de Searle (1979) também tem como base uma diferenciação entre significado do falante e significado da sentença. O proferimento metafórico está a nível do significado do falante. Para Searle, o significado do falante pode ser metafórico ou não. O falante pode ter, ou não, a

intenção de dizer algo diferente daquilo que foi literalmente dito. Mas o significado da sentença, ou das palavras de uma sentença, será sempre literal. O proferimento metafórico não altera o significado das palavras. A alteração metafórica se faz quando o falante fixa uma intenção à sentença.

Segundo este autor, o proferimento metafórico significa de fato alguma coisa diferente do sentido das palavras e sentenças, mas isto não ocorre porque houve qualquer mudança no sentido dos elementos lexicais, mas porque o falante significa alguma coisa diferente através deles; o sentido do falante não coincide com o sentido da sentença ou da palavra. Assim, num proferimento metafórico, as palavras possuem sempre os mesmos significados literais, sem adquirir qualquer alteração semântica de significado. O elemento metafórico não faz parte do significado da sentença, porque metáfora não é uma questão semântica, mas pragmática. Neste sentido, sua proposta aproxima-se da dos demais autores apresentados neste capítulo. Esta concepção diverge, no entanto, daquela proposta por Black (1962), que vê a metáfora como parte do significado da sentença. Para Black, como vimos no capítulo 1, a metáfora é um processo semântico que, a nível sentencial, cria um significado ou sentido metafórico.

Searle, no entanto, concorda com Black em que o que torna o conteúdo semântico de um proferimento metafórico verdadeiro não é sempre a realidade, mas as crenças que os falantes possuem da realidade. Assim, a símile literal de uma metáfora nem sempre possui as mesmas condições de verdade de um proferimento metafórico. A paráfrase correspondente à metáfora pode ser falsa enquanto o conteúdo semântico da metáfora pode ser verdadeiro, ou vice-versa. Searle apresenta como exemplo - que, inclusive, já vimos no capítulo 1 - , a sentença,

(39) Ricardo é um gorila,

que tem o objetivo de traçar similaridades entre Ricardo e um gorila. É do senso comum que gorilas são agressivos, intolerantes, repulsivos, etc. O falante, ao proferir a sentença (39) tenta estabelecer uma conexão entre o comportamento de gorilas e o de Ricardo. Ricardo se caracteriza por se comportar de maneira

agressiva, intolerante, etc, como se assume que os gorilas se comportam. Essa crença sobre gorilas projetada sobre Ricardo, segundo Searle, pode não se aplicar a gorilas de fato, visto que foi averiguado que, gorilas, na realidade, são seres dóceis e retraídos. Assim, a símile literal,

(39') Ricardo é como um gorila,

é falsa. Porém as características referentes a Ricardo continuam verdadeiras para quem proferiu a sentença, ou seja, Ricardo, de fato, é agressivo e intolerante. É claro que, segundo Searle, as expressões que usamos para exprimir um conteúdo metafórico normalmente dependem daquilo que acreditamos que os fatos são. Entretanto, muitas vezes aquilo que é visto como um fato, de fato não o é.

Dessa forma, concordando com Black, Searle chega à conclusão de que os proponentes da visão interacionista vêem corretamente que os processos mentais e os processos semânticos envolvidos na produção e compreensão de proferimentos metafóricos não podem eles mesmos envolver referências, mas devem estar a nível de intencionalidade, isto é, devem envolver relações a nível de crenças, sentidos, associações, e assim por diante.

Desse modo, segundo Searle, o proferimento metafórico (39) pode ser verdadeiro mesmo se os gorilas não tiverem as características que a ocorrência metafórica de gorila serviu para transmitir. Não é necessário que os proferimentos metafóricos sejam equivalentes em sentido às declarações literais de similaridade.

Assim, segundo Searle, a sentença,

(40) Sam age como um gorila,

proferida por um falante, não compromete a verdade de que os gorilas são de tal sorte que seu comportamento parece com o de Sam. Searle faz uma distinção entre comparações (símbolos) figurativas e afirmações literais de similaridade. Comparações (símbolos) figurativas não precisam necessariamente comprometer o falante com uma declaração literal de similaridade. Na sentença (39), nós temos o

caso de uma comparação figurativa, em que gorila possui um sentido figurativo, e não real.

A similaridade funciona, de acordo com Searle, apenas como uma estratégia de compreensão, não como um componente de sentido. Na sentença (39), segundo o autor, compreendemos a metáfora porque conseguimos perceber que o falante quer mostrar alguma similaridade entre Ricardo e gorila. Assim, chegamos à símile literal

(39') Ricardo é como um gorila.

Essa sentença diz que Ricardo tem certas características e que, para descobrirmos quais são elas, devemos considerar as características associadas a gorilas. A símile literal, porém, conclui Searle, não indica em quais aspectos a similaridade acontece, por isso a similaridade é um predicado vago. O reconhecimento da similaridade, segundo o autor, apenas leva o ouvinte a estabelecer uma relação de semelhança. Seu reconhecimento se constitui numa estratégia de produção e compreensão da metáfora, mas não faz parte do sentido do conteúdo metafórico.

Davidson também defende a tese de que a símile não é suficiente para explicar o fenômeno de produção de metáfora. Porém, diferentemente de Searle, ele acredita que os proferimentos metafóricos não são nem verdadeiros nem falsos, mas uma forma de mostrar semelhanças no mundo. Já Black, como Searle, defende a idéia de que metáforas podem ser julgadas verdadeiras ou falsas, pelo falante ou pelo ouvinte, haja vista que um ouvinte pode discordar, ou não, de um proferimento metafórico proferido por um falante.

Divergências à parte, todos parecem concordar que a símile em si não dá conta de explicar o fenômeno metáfora, uma vez que não distingue os aspectos da semelhança que o falante tem a intenção de evocar ao proferir um proferimento metafórico.

Para Searle, a única forma do falante produzir, e o ouvinte compreender, um proferimento metafórico é através de **princípios** que governam a fala humana.

O proferimento literal é aquele em que o falante diz ‘S é P’ significando ‘S é P’, isto é, penso ‘S é P’ e digo ‘S é P’. Um proferimento metafórico seria aquele em que se diz ‘S é P’, pretendendo significar ‘S é R’. Esta passagem na interpretação da metáfora do significado da sentença ‘S é P’ para o significado do falante ‘S é R’ se dá através de três princípios propostos por Searle:

Primeiro, o ouvinte deve ter alguma estratégia partilhada com o falante para saber se deve ou não procurar uma interpretação metafórica do proferimento. A mais comum, porém não a única, estratégia, de acordo com Searle, baseia-se no fato de que o proferimento é obviamente deficiente se tomado literalmente. Segundo, quando o ouvinte decidir procurar uma interpretação metafórica, deve ter um conjunto de estratégias ou princípios que associam o termo P (seja o sentido, ou as condições de verdade, ou a denotação, se houver) com um conjunto de possíveis valores de R. Terceiro, o ouvinte deve ter um conjunto de estratégias ou princípios compartilhados, dado seu conhecimento do termo S, para restringir a abrangência dos Rs – de modo a poder decidir quais Rs o falante está possivelmente afirmando a respeito de S. Por exemplo, na sentença (39), S é Ricardo, P é gorila, e R são os valores possíveis de P {agressivo, peludo, violento, temível, intolerante, repulsivo, etc.}

Primeiro, o ouvinte, ao ouvir a sentença (39), percebe, por meio de alguma estratégia, que a sentença é falsa se tomada literalmente, ou seja, Ricardo é um homem, portanto, não pode ser um gorila. Em seguida, por algum outro princípio, ele consegue associar o termo P = gorila a um conjunto de valores possíveis R {agressivo, violento, peludo, etc}. Assim, o ouvinte estabelece uma conexão entre P = gorila e seus possíveis valores. Por último, dado o conhecimento que o ouvinte tem de S = Ricardo, ele restringe a abrangência de R. Nessa fase, o ouvinte faz uma conexão entre S = Ricardo e os possíveis valores de R. Desse modo, S = Ricardo restringe a abrangência dos valores de R {agressivo, violento, peludo, etc}. Nesse processo de encontrar conexões entre as características de Ricardo e as características de gorila, o ouvinte pode chegar à seguinte sentença:

(41) Ricardo é intolerante e repulsivo.

Como vimos, o termo S restringiu as possibilidades de R. De acordo com Searle, não há uma interação entre S e P, de modo a criar um R específico, ou melhor, um significado novo de R, oriundo dessa interação. Searle acredita que a metáfora é a mesma, porém o termo S especificará valores diferentes para R. Assim, cada termo S seleciona os valores possíveis de R. O processo é diferente daquele proposto por Black, onde há uma interação intensa, homogênea, por parte de S e P, criando um novo R.

Segundo Searle, o processo de interpretação de uma metáfora, que se resume em **calcular** os valores possíveis de R a partir de S, se dá através de oito princípios²⁸, que reproduzimos abaixo. Após cada princípio, faremos alguns comentários. Percebemos claramente que, segundo essa visão, há regras estritas regendo a comunicação. Aqui podemos falar de uma máquina de interpretação.

Apresentamos, a seguir, os oito princípios de Searle:

1)“Coisas que são P são, por definição, R. Geralmente, se a metáfora funciona, R será uma das características salientes definidoras de P”. Na sentença,

(42) Margarete é um computador,

Margarete é S, ser computador é P, e armazenar informação é R. Se coisas que são P são, por definição R, então ser computador é armazenar substância. Se S é P, e P é R, então S é R. Assim, Margarete armazena informação.

2)“Coisas que são P são, contingentemente, R. Novamente, se a metáfora funciona, a propriedade R deveria ser uma propriedade saliente ou bem conhecida de coisas P. Pequenas variações no termo podem criar profundas modificações nos termos R.”

Ainda com respeito à sentença (42), teríamos entre as características contingentes de um computador: ser feito de plástico, ser preto, etc. Assim, a Margarete pode

²⁸ As traduções dos princípios foram retiradas de Finger (1996:54-56).

ser atribuída qualquer destas características. Como é fácil notar, as regras se tornam frouxas, no momento que vale tudo, ou seja, valem todas as propriedades de R, sejam as essenciais sejam as contingentes.

3)“Mesmo que falante e ouvinte saibam que R é falso a respeito de P, é comum que se diga que coisas que são P são R.”

Aqui R é associado às crenças do falante. É o caso do gorila. Note-se, mais uma vez, a frouxidão da regra.

4)“Em nossa mente, automaticamente, estabelecemos conexões e associamos o proferimento de P com as propriedades de R, mesmo que coisas que são P não sejam R nem significativamente semelhantes a R e tenhamos consciência disso.”

Assim, segundo a regra, para que haja uma metáfora, não é preciso haver similaridades entre as propriedades dos objetos. Há muitos proferimentos nos quais não há similaridade literal correspondente relevante entre S e P. E se houvesse, tais similaridades teriam que ser comparações metafóricas, e assim a explicação seria circular. No clássico exemplo de Searle,

(43) Sally é um bloco de gelo,

que implica a paráfrase literal,

(43') Sally é como um bloco de gelo,

que, por sua vez, nos remete a

(43'') Sally é muito fria,

a palavra 'fria' tem um sentido metafórico, de modo que tanto (43') quanto (43'') querem dizer que

(44) Sally é não-emocional.

O problema, como já vimos no capítulo 1, segundo o autor, é que não parece haver quaisquer similaridades literais entre objetos que são frios e pessoas que são não-emocionais, que justifique a visão de que quando nós dizemos metaforicamente que alguém é frio, o que nós queremos dizer é que ele, ou ela, é não-emocional. Em que respeito exatamente as pessoas não-emocionais são como objetos frios?, pergunta-se o autor.

Com respeito à sentença (43'), não existe predicado de R, segundo o qual Sally seja literalmente como uma pedra de gelo com respeito a R. O autor chega à conclusão de que (43) literalmente significa (44) não por similaridade entre os dois objetos. Ser não-emocional, segundo ele, não é uma característica de blocos de gelo, porque eles não se situam nessa dimensão da realidade absolutamente.

Além disso, continua o autor, há muitas comparações (símiles) que não se pretende que sejam literais como, por exemplo, a sentença que já vimos no capítulo 1,

(45) Meu amor é como uma rosa vermelha, vermelha.

Segundo o autor, a relação entre coisas frias e pessoas não-emocionais, que justificaria o uso de 'frio' como uma metáfora para a falta de emoção, é simplesmente que, em matéria de percepções, sensibilidades, e práticas lingüísticas, as pessoas acham a noção de frieza associada em suas mentes com falta de emoção. A noção de ser frio é simplesmente associada com ser não-emocional. Searle cita outros exemplos desse tipo, como o caso de metáforas de temperatura, que não derivam de quaisquer similaridades literais. Assim, fala-se de 'argumento requentado', 'uma acolhida calorosa', 'uma amizade morna', e 'frigidez sexual'. As numerosas metáforas espaciais para duração temporal tampouco são baseadas em similaridades literais, segundo o autor, conforme se pode verificar na seguinte citação:

Em "o tempo voa", ou "as horas se arrastaram", o que é que o tempo faz, e as horas fizeram, que é literalmente como voar ou arrastar-se? Nós somos tentados a dizer que eles passaram rapidamente ou

lentamente, respectivamente, mas evidentemente “passam rapidamente” e “passou lentamente” são metáforas espaciais adicionais. Do mesmo modo, metáforas de gosto para características pessoais não são baseadas em propriedades comuns. Nós falamos de uma ‘doce disposição’, ou uma ‘pessoa amarga’ sem implicar que a ‘doce disposição’ e a ‘pessoa amarga’ tenham características literais em comum com o sabor doce e o amargo que esgotam o sentido do enunciado do proferimento metafórico. (Searle, 1979:99).²⁹

Evidentemente, segundo o autor, ‘disposições doces’ e ‘coisas doces’ são ambas agradáveis, mas, para ele, muito mais é transmitido pela metáfora do que a referência a meras sensações agradáveis.³⁰

5)“Coisas P não são como coisas R, e nem se acreditam que o sejam, embora a condição de ser P seja semelhante à condição de ser R”. No exemplo (46)

(46) João é um aristocrata,

onde S é João, P é ser aristocrata e R é ser pedante, a condição para ser P, ou seja, ser aristocrata, é semelhante à condição de ser R, ou seja, ser pedante.

6)“Há casos em que P e R são iguais ou semelhantes em significado, mas em que um deles, geralmente P, é restrito em sua aplicação, e não se aplica literalmente a S. Assim, ‘estragado’ é dito literalmente somente em referência a ovos. Mas podemos dizer metaforicamente:

O soufflé está estragado.

Esse parlamento está estragado

Sua mente está estragada.”

²⁹ Tradução nossa: In “time flies”, or “the hours crawled by”, what is it that time does and the hours did which is literally like flying or crawling? We are tempted to say they went rapidly or slowly respectively, but of course “went rapidly” and “went slowly” are further spatial metaphors. Similarly, taste metaphors for personal traits are not based on properties in common. We speak of a “sweet disposition” or a “bitter person”, without implying that the sweet disposition and the bitter person have literal traits in common with sweet and bitter tastes which exhaust the utterance meaning of the metaphorical utterance.

³⁰ Como veremos no próximo capítulo, Lakoff tem uma explicação bem diferente para este tipo de metáfora.

Uma crítica possível aos exemplos apresentados é que Searle está falando de metáforas em desuso, ou mortas, que não são mais tidas, pelo próprio autor, como metafóricas.

7)“Este não é um princípio independente, mas somente um modo de aplicar os princípios 1 a 6 a casos simples que não sejam do tipo ‘S é P’, mas metáforas relacionais e de outras formas sintáticas. O objetivo do ouvinte não é ir de ‘S é P’ para ‘S é R’, mas ir de ‘S P- relação S’ para ‘S R- relação S’. Ele tem que achar uma relação R que é diferente da relação P mas similar a ela em algum respeito. Assim, P- relações são por definição R- relações.”

Este princípio trata das metáforas relacionais e das metáforas verbais ou adjetivas. No caso, a metáfora,

(47) Sam devora livros,

significa dizer que a posição de Sam na relação de ler livros é semelhante à sua posição de devorar alimentos, no sentido de ingerir rapidamente. Nesse sentido, chegamos à conclusão de que (47) significa

(48) Sam lê rapidamente livros.

8)“Sinédoque e metonímia são casos especiais de metáfora. Ao dizer ‘S é P’, significando ‘S é R’, o falante pode estar associando P a R e utilizando um pelo outro em relações como o efeito pela causa, o continente pelo conteúdo, a matéria pelo objeto. Assim, o conteúdo semântico do termo P transmite o conteúdo semântico do termo R por algum princípio de associação.” Vejamos alguns exemplos:

(49) É preciso muitos braços para construir esse prédio.

Nesse exemplo de sinédoque a associação é entre a parte e o todo (braço/mão).

(50) Eu comi dois pratos de feijão.

Essa metonímia apresenta uma relação de contiguidade.

Com os oito princípios descritos acima, Searle acredita ter dado as regras mecânicas que permitem sair do sentido da sentença para o sentido do falante. Em outras palavras, se as condições de verdade de um proferimento metafórico forem as mesmas de sua paráfrase literal ou símile, as paráfrases literais expressam exatamente as intenções do proferimento metafórico.

Burkhardt (1990) resume a teoria de metáfora de Searle com as seguintes proposições:

1. Nos proferimentos metafóricos, as palavras e sentenças têm seus sentidos regulares, que não mudam.
2. Os proferimentos metafóricos são usados para significar mais do que aquilo que foi dito realmente, entretanto o sentido metafórico não é um caso de sentido desviado de sentença mas de sentido do proferimento do falante que, por sua vez, depende das intenções do falante.
3. O que o falante realmente pretendia comunicar deve ser deduzido pelo ouvinte daquilo que foi dito por meio de oito princípios interpretacionais.
4. Os sentidos da sentença determinam as condições de verdade.
5. Consequentemente, os proferimentos metafóricos podem ser verdadeiros ou falsos.
6. Proferimentos metafóricos, com seus sentidos literais e as condições de verdade correspondentes, têm a capacidade fundamental de “trazer à mente” do ouvinte os sentidos literais de outras sentenças com suas condições de verdade correspondentes.
7. Assim, podemos parafrasear proferimentos metafóricos descrevendo as condições de verdade das sentenças que eles “trazem à mente.”

Segundo Burkhardt (1990), as paráfrases literais que dizem explicitar, através de uma pretensa construção de similaridade clara, o proferimento metafórico, não possuem as mesmas condições de verdade do conteúdo metafórico pretendido e, além disso, há também proferimentos metafóricos que não possuem extensões. Searle, no entanto, considera que as paráfrases de proferimentos metafóricos não

descrevem os sentidos da sentença e as correspondentes condições de verdade dos proferimentos realmente expressados, mas os sentidos de uma sentença supostamente pretendida, que não foi expressa pelo falante. Enquanto que a sentença,

(51) Peter é um jogador de ice-hockey,

descreve suas próprias condições de verdade (e o mesmo faz sua paráfrase), como vimos, o proferimento metafórico,

(43) Sally é um bloco de gelo,

aponta vagamente para as condições de verdade de outra sentença (e de sua paráfrase), a saber,

(52) Sally é completamente sem emoção.

Burkhardt alerta, no entanto, que essa outra sentença, no caso a sentença (52), descreveria somente suas próprias condições de verdade e não aquelas do proferimento metafórico (43).

Retornando à contradição entre a possibilidade de tradução de metáforas, Burkhardt explica que uma sentença, como por exemplo (43), seria verdadeira se e somente se Sally fosse realmente um membro da classe de gelo e que, por outro lado, considerando o significado pretendido pelo falante, a descrição das condições de verdade do significado do falante não seria mais uma paráfrase da sentença original. Alguma coisa sempre se perde ao se tentar traduzir, porque se se afasta da sentença original. A paráfrase nunca cobre exatamente e completamente a metáfora. Se as metáforas, ou pelo menos algumas delas, não podem ser adequadamente parafraseadas, então, conclui Burkhardt, elas simplesmente não terão as mesmas condições de verdade. Muitos autores acreditam que proferimentos metafóricos não podem ser nem verdadeiros nem falsos, e, conseqüentemente, não expressam quaisquer condições de verdade. A teoria de Searle, cairia, dessa forma, por terra.

Em resumo, a concepção de metáfora de Searle está associada à substitutividade do proferimento metafórico por uma sentença não-metafórica expressando as condições de verdade, e cujo significado é idêntico ao significado do falante. Segundo Searle, uma vez que, nos proferimentos metafóricos, aquilo que o falante quer dizer é diferente do que ele diz, precisa-se, em geral, de duas sentenças para as metáforas : primeiro, a sentença proferida metaforicamente, e, segundo, a sentença que expressa literalmente o que o falante quis dizer quando proferiu a primeira sentença metaforicamente. Searle admite uma provável perda, porém, para ele, de algum modo, as paráfrases devem aproximar-se daquilo que o falante quer dizer, porque, em cada caso, a afirmação metafórica será verdadeira se, e somente se, a afirmação correspondente, usando-se a paráfrase literal, for verdadeira.

Dessa forma, ele de fato defende uma espécie de visão substitutiva de linguagem. Interessante é que ele mesmo admite que em muitos casos a tradução não é possível pelo fato de muitas sentenças metafóricas - como seu célebre exemplo (43) - poderem ser explicadas somente em termos de outros proferimentos metafóricos, não podendo ser substituídas por formulações de suas condições de verdade sem entrar num regresso vicioso. Assim, Searle assume uma versão moderada da visão substitutiva.

Burkhardt (1990) nos alerta, no entanto, que a linguagem ordinária, por sua vez, está repleta de metáforas mortas, isto é, metáforas convencionalizadas cuja origem metafórica não é mais percebida pelos falantes. Como achar as condições de verdade nesses casos ? Em exemplos como 'o tempo voa', o autor mostra que esta expressão está tão profundamente incrustada em nosso modo de sensibilidade que deve haver uma similaridade, ou até que a associação mesma é uma forma de similaridade. Como depositar valores de verdade nesses casos, se não existe uma correspondência literal em que se basearem as condições de verdade? A verdade, então, já não mais existiria? O objetivo da metáfora é, de fato, mostrar uma relação de condições de verdade semelhantes entre duas sentenças- uma literal e uma metafórica? Vejamos o comentário de Burkhardt:

A afirmação de Searle tem sérias conseqüências, e é desastrosa não somente para a abordagem de metáfora de Searle, mas também para a própria idéia de verdade. A verdade das sentenças que proferimos depende na verdade dos nossos modelos subjacentes de pensamentos ou visões de mundo, e se esses, por sua vez, são constituídos por metáforas centrais catacréticas formando sistemas que guiam nossa percepção de mundo, se nossa linguagem é “um léxico de metáforas desaparecidas” (Jean Paul), se Lakoff/Johnson estão certos em assumir que ‘conceitos metafóricos’ subjazem até mesmo a nossa linguagem ordinária, se a maior parte das palavras de nossas línguas são o resultado de construções metafóricas que se tornaram convencionalmente metáforas “mortas”, então o conceito mesmo de verdade não é mais que uma quimera e verdade então torna-se uma fábula. (Burkhardt, 1990:325).³¹

O autor continua arguindo que se a concepção de Searle está correta e todos os proferimentos metafóricos expressam nada além de suas próprias condições de verdade, então seria o fim da poesia. Segundo ele, o valor da metáfora poética consiste precisamente na sua não exatidão, ambigüidade e infinitude. Seria difícil imaginar qualquer poeta cujo objetivo poético seria a expressão das condições de verdade. Para Burkhardt, além da questão das condições de verdade ser um impedimento invencível para os textos literários, proferimentos metafóricos não podem ser nem verdadeiros nem falsos, isto é, os termos verdade ou falsidade não se aplicam a metáforas de modo algum porque falar da verdade da metáfora, para ele, não faz sentido.

Burkhardt (1990) define metáfora como um engenhoso meio de transcender o reino do dia-a-dia trivial da verdade e falsidade. O autor não saberia dizer, por exemplo, sob quais condições uma sentença do tipo ‘Aquiles é um leão’ seria verdadeira ou falsa.

³¹ Tradução nossa: This claim has serious consequences, and is not only disastrous to Searle’s account of metaphor but also for the very idea of truth itself. The truth of the sentences we utter depends on the truth of our underlying models of thinking or world-views, and if these, in turn, are constituted by central catachrestic metaphors forming systems that guide our world-perception, if our language is “a lexicon of faded metaphors”(ein Wörterbuch erblasseter Metaphern (Jean Paul)), if Lakoff/Johnson are right in assuming that ‘metaphorical concepts’ underly even our ordinary language, if the major part of the words of our languages are the result of metaphorical constructions that have become conventionalized “dead” metaphors, then the very concept of truth is but a quimera and then-under hand-thuth has come down to be a mere “fable”.

Dessa forma, Burkhardt conclui que, no seu ponto de vista, a concepção de Searle deve ser falsa porque envolve a noção das condições de verdade, sendo que proferimentos metafóricos não são nem verdadeiros nem falsos, mas, no melhor, apropriados ou não apropriados para os seus objetos. Segundo ele, proferimentos metafóricos não podem ser por si verdadeiros ou falsos porque metáforas nunca são “seriamente” predicadas de um objeto, embora suas pretendidas paráfrases - que, no entanto, nunca cobrem exatamente e completamente o significado metafórico - possam ser verdadeiras ou falsas. Metáforas, para o autor, não são descritivas, elas são constitutivas da nossa visão de mundo.

Mas, num certo momento do texto, Searle faz a seguinte reflexão:

Além disso, nos proferimentos metafóricos nós fazemos mais do que apenas afirmar que ‘S é R’; como a figura 2 mostra, nós afirmamos que ‘S é R’ através do sentido de ‘S é P’. É neste sentido que nós percebemos que as metáforas de algum modo são intrinsecamente não parafraseáveis. Elas não são parafraseáveis porque, sem usar o proferimento metafórico, não reproduziremos o conteúdo semântico que ocorreu na compreensão do proferimento pelo ouvinte. (Searle, 1979:114)³²

Parece-nos que nem ele está convencido da tradutibilidade de metáforas por seus princípios, ao dizer que as metáforas são, de algum modo, intrinsecamente não parafraseáveis.

5. Conclusão

Neste capítulo nós vimos o paradigma pragmático que entende que a metáfora não é um processo semântico, mas um fenômeno pragmático, não só porque o contexto da enunciação tem que ser levado em consideração na identificação de uma metáfora, mas também porque a metáfora é um uso da linguagem. Como vimos, para a maioria dos pragmaticistas, a metáfora está longe

³² Tradução nossa: Furthermore, in metaphorical utterances, we do more than just state that S is R; as figure 2 shows, we state that S is R by way of going through the meaning of “S is P”. It is in this sense that we feel that metaphors somehow are intrinsically not paraphrasable. They are not

de servir apenas como uma mera decoração, pois faz parte dos atos básicos necessários à comunicação. Com exceção de Searle, eles defendem a tese da intradutibilidade da metáfora. A interpretação metafórica se dá, por sua vez, no nível da intenção/sentido do falante e não na mudança de sentido da palavra. Em outras palavras, a principal diferença entre a abordagem semântica e a pragmática está na descrição de como sua interpretação ocorre. Na perspectiva semântica, como vimos, ela envolve mudança de sentido da palavra; na pragmática, a metáfora se resolve a nível da intenção do falante.

O paradigma pragmático da metáfora, por sua vez, desdobra-se em várias posições diferentes com relação à sua natureza. Como vimos no início do capítulo, Davidson defende a idéia de que fazer metáfora é uma arte ou habilidade humana incapaz de se submeter a qualquer regra. Grice e Sperber e Wilson, por outro lado, permanecem no meio deste contínuo ao proclamar algumas noções de como chegarmos à identificação e interpretação da metáfora. Já no extremo desse contínuo, Searle defende a visão de que a metáfora pode ser vista como uma máquina interpretativa, onde ele explicita as regras necessárias para a sua produção e interpretação.

Tanto a abordagem semântica quanto a pragmática são chamadas lingüísticas, porque entendem que a metáfora é um fenômeno da linguagem – embora ela possa construir conhecimento. Nessas abordagens, a identificação de uma sentença como metafórica é o desvio lingüístico. A metáfora é não somente reconhecida pelo desvio, mas ela envolve algum tipo de desvio. Neste ponto, a tradição lingüística se difere bastante da teoria cognitiva, que veremos no próximo capítulo.

paraphrasable, because without using the metaphorical expression we will not reproduce the semantic content which occurred in the hearer's comprehension of the utterance.

Capítulo III

A Metáfora na Cognição

0. Introdução

A abordagem cognitiva da metáfora, tema deste capítulo, se inicia oficialmente, em 1980, com a publicação de *Metaphors we live by* de Mark Johnson e George Lakoff, um de seus protagonistas mais importantes. Neste texto, já encontramos a seguinte definição de metáfora:

A essência da metáfora é entender e experienciar um tipo de coisa em termos de outro. (Lakoff e Johnson, 1980: 5)³³

O significado dos termos e sentenças, nesta abordagem, é experiencial, porque sua base é nossa experiência corpórea. O significado de 'ir', por exemplo, está atrelado ao fato de que o aprendemos experienciando movimentos corpóreos de deslocamento, que formam um esquema imagético: saímos de um ponto A e nos direcionamos para um ponto B, conforme representado abaixo:



Esquemas imagéticos são também utilizados para estruturar domínios mais abstratos da experiência, como o tempo, ou menos delimitados, como os sentimentos, através de seu mapeamento para estes domínios. As sentenças abaixo exemplificam estes mapas:

- (1) O seminário *foi* de segunda a Sexta.
- (2) Ele *foi* de mal a pior.

³³ Tradução nossa: The essence of metaphor is understanding and experiencing one kind of thing in terms of another.

As sentenças (1) e (2) são metafóricas porque entendemos os domínios, tempo e sentimento, respectivamente, através do domínio espacial.

Além dos esquemas imagéticos, a estruturação da cognição depende dos conceitos básicos, que resultam de uma relação direta entre o corpo e os objetos que o rodeiam. Por exemplo, os conceitos mesa e cachorro, de nível básico, são aprendidos diretamente de nossa relação corpórea com estes objetos concretos. Conceitos de nível básico são estendidos através do procedimento da metonímia, que constrói as relações de sub e super ordenação categorial. Ela funciona de acordo com os seguintes critérios: (a) trata-se do mesmo tipo de atividade para os dois termos da relação e (b) os termos da relação têm que ter características suficientes da mesma estrutura. Exemplos de sub e super categorização dos conceitos cachorro e mesa são, respectivamente: Bidu e animal; mesa cirúrgica e mobília. Outro exemplo é ‘um argumento é uma conversa’, porque ‘conversa’ e ‘argumento’ são da mesma natureza, pois trata-se do mesmo tipo de atividade.

Vale mencionar, no entanto, que Lakoff e Johnson (1980) caracterizam metonímia e metáfora como pontos de um contínuo. Há metonímia se A e B, como vimos, são o mesmo tipo de coisas ou atividades e metáfora se são diferentes tipos de coisas ou atividades. Mas se não está claro se A e B são ou não o mesmo tipo de coisa ou atividade, então a relação A e B cai em algum lugar no meio desse contínuo.

Como o significado depende de esquemas imagéticos e conceitos básicos advindos do nosso corpo, então, ele é sempre motivado e não arbitrário. A metáfora e a metonímia estão presentes em nosso dia-a-dia, não somente na linguagem, mas também no pensamento e na ação, porque através delas podemos estender nossa cognição, ir além dos esquemas imagéticos e conceitos básicos. O sistema conceitual ordinário humano, em termos do que pensamos e agimos, é fundamentalmente figurado, ou, mais especificamente, metafórico. Ele é, ao mesmo tempo, interno e externo ao ser humano. O conceito de ‘chuva’, por exemplo, é delimitado pelo mundo externo, porém só existe através do homem. O mundo conceitual é criado pela cognição humana, que categoriza o mundo, embora ela não possa impor qualquer conceitualização, porque o mundo também

impõe uma ordem. Nossa cognição resulta, portanto, da interação entre um sistema neural (aparato cognitivo) e a experiência corpórea e cinestésica (movimento) no mundo.

Como dissemos, categorizamos diretamente o mundo através da formação de conceitos de nível básico e de esquemas imagéticos, ambos pré-conceituais³⁴. Esquemas imagéticos (memória de movimentos recorrentes) - por exemplo, levantar-se, deitar-se - resultam do fato de termos corpos que nos permitem estes movimentos. Estes esquemas e outros, como sucção, movimento para fora e para dentro, precedem o aparecimento da linguagem, que ganha sentido a partir deles. Neste modelo, a metáfora não é lingüística, mas conceitual, porque é um procedimento de ampliação de conceitos, que permite conceitualizarmos indiretamente. No batismo, por exemplo, o ato de levantar o bebê e molhá-lo tem um significado, que, para Lakoff, é metafórico.

O sistema conceitual difere em certa medida de ambiente para ambiente, porque depende da experiência. Assim, em uma cultura, argumento, por exemplo, pode não ser entendido em termos de guerra, mas em termos de dança. A maneira como cada cultura conceitualiza, via metáfora, não é algo de que o ser humano tenha consciência. Vejamos mais detalhadamente os vários aspectos deste modelo teórico.

1. A Metáfora Conceitual

Os autores, conforme veremos na citação abaixo, afirmam que o nosso sistema conceitual é, com base em evidências empíricas, fundamentalmente metafórico:

Primeiramente, com base em evidência lingüística, descobrimos que a maior parte do nosso sistema conceitual ordinário é metafórico por natureza. Se estivermos certos ao sugerir que nosso sistema conceitual é largamente metafórico, então o modo como pensamos, o que experimentamos, e o que

³⁴ Ver Lakoff (1987) e Lakoff e Johnson (2000).

fazemos todos os dias é com certeza uma questão de metáfora. (Lakoff e Johnson, 1980:4)³⁵

Se a linguagem resulta do nosso sistema conceitual, Lakoff e Johnson (1980) argumentam que ela é, então, importante fonte de evidência para conhecermos a natureza e o funcionamento desse sistema. É a análise da linguagem que mostra ser nosso sistema conceitual inerentemente metafórico. Como explicar, segundo sua teoria, as expressões lingüísticas abaixo?

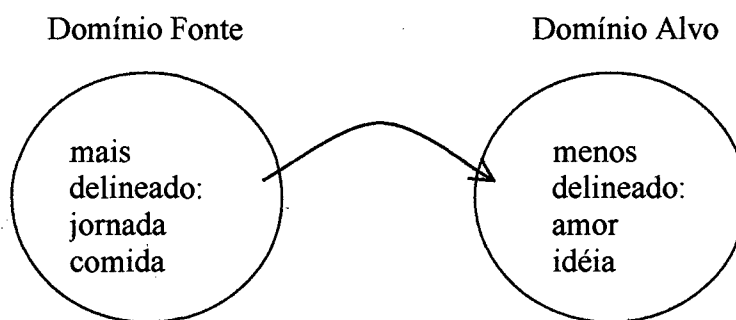
(3) Nosso amor não está conseguindo romper as *barreiras*.

(4) Que idéia *salgada*!

(5) Tenho que *ganhar* tempo.

(6) Eu *venci* na argumentação.

A hipótese é de que elas são atualizações de conceitos metafóricos: AMOR É UMA JORNADA, AS IDÉIAS SÃO COMIDA, TEMPO É DINHEIRO, ARGUMENTO É GUERRA.³⁶ Estes conceitos metafóricos são mapas entre domínios conceituais. As experiências de amor, idéia, tempo e argumento são conceitualizadas em termos de domínios mais delineados das experiências: jornada, comida, dinheiro, e guerra. Estes mapas - trata-se da hipótese da unidirecionalidade - ocorrem sempre do domínio mais concreto (mais delineado) para o menos concreto.



³⁵ Tradução nossa: Primarily on the basis of linguistic evidence, we have found that most of our ordinary conceptual system is metaphorical in nature. If we are right in suggesting that our conceptual system is largely metaphorical, then the way we think, what we experience, and what we do every day is very much a matter of metaphor.

³⁶ Na lingüística cognitiva, os mapas metafóricos são nomeados através de letras maiúsculas. É bom lembrar que a metáfora é o mapa, o nome é apenas um mnemônico que o retoma.

A unidirecionalidade, a propriedade de sempre entendermos o conceito alvo em termos do conceito fonte, e não vice-versa, ocorre porque temos a tendência de estruturar o menos concreto, os conceitos inerentemente mais vagos (como os que expressam emoções), em termos de conceitos mais concretos, que estão mais claramente delineados em nossa experiência. Lakoff afirma que casos como PESSOAS SÃO MÁQUINAS e MÁQUINAS SÃO PESSOAS constituem diferentes metáforas, porque os mapas ocorrem em direção contrária, e coisas diferentes são mapeadas.³⁷

Estes mapas metafóricos são sistemáticos e seus vínculos caracterizam um sistema coerente de conceitos e um sistema correspondente de expressões metafóricas para esses conceitos. A metáfora TEMPO É DINHEIRO, por exemplo, aparece em várias expressões lingüísticas que compõem nossa linguagem ordinária. Ela corresponde ao modo como pensamos sobre o tempo e como agimos: o tempo é um recurso limitado, como o dinheiro, ele pode ser gasto, consumido, economizado, investido, desperdiçado, etc. A sistematicidade metafórica, que nos permite compreender um aspecto de um conceito em termos de outro, necessariamente esconde aspectos do conceito alvo. Assim, as metáforas, enquanto proporcionam uma compreensão, escondem aspectos da realidade. A estrutura metafórica vai expressar a realidade de forma apenas parcial e não total porque, propõe Lakoff, se a correspondência fosse total, um conceito seria de fato o outro, e não uma expressão metafórica do outro. Assim, quando se fala que um conceito é estruturado por uma metáfora, está se dizendo parcialmente estruturado.

Outro exemplo de mapa metafórico é ARGUMENTO É GUERRA. Segundo Lakoff, ele nos permite entender argumento racional em termos de conflito físico, comum em nossa experiência de vida. As batalhas verbais são compreendidas em termos de batalhas físicas. Há sempre uma posição a ser estabelecida e defendida, pode-se ganhar ou perder, tem-se um oponente cujo posicionamento se ataca e se tenta destruir e cujo argumento se tenta desmoronar. Como dissemos, não é

³⁷ A hipótese da unidirecionalidade sofreu várias críticas. Afinal como explicar sentenças do tipo: 'a cidade é uma selva-de-pedra', 'amor é uma loucura', etc, em que o mapa se dá entre dois conceitos cognitivamente equivalentes? Em que medida loucura é mais concreto que amor?

somente a nossa concepção de argumento que está correlacionada à guerra, mas também nossa ação argumentativa se funda em combates físicos. Este mapa se atualiza em expressões como:

(7) Eu *destrui* seu argumento.

Trata-se de uma metáfora porque, de um lado, argumento e guerra são tipos diferentes de atividades, e, de outro lado, argumento é parcialmente estruturado em termos de guerra. Argumento é um tipo diferente de atividade porque envolve conversa em vez de combate. A estrutura é parcial, porque somente alguns elementos do conceito de guerra são utilizados na conceitualização de argumento. Assim, os critérios para metáforas, segundo essa abordagem, são: (a) uma diferença em tipos de atividades e (b) estruturação parcial (uso de certas partes selecionadas).

2. Classificação das Metáforas

Lakoff classifica as metáforas em três classes: estruturais, ontológicas e orientacionais. Metáforas estruturais (como AMOR É UMA JORNADA) estruturam um conceito em termos de outro. Metáforas ontológicas (como INFLAÇÃO É UMA ENTIDADE) permitem-nos ver eventos, atividades, emoções e idéias, etc. como entidades e substâncias. Já metáforas orientacionais (como FELIZ É PARA CIMA) organizam todo um sistema de conceitos interrelacionados uns com os outros, correlacionados experiencialmente, sendo que a maioria deles está associada a orientação espacial: em cima/embaixo; dentro/fora; frente/costa; profundo/raso; central/periférico.

Iniciemos com as metáforas orientacionais. A metáfora FELIZ É PARA CIMA, por exemplo, explica porque utilizamos no nosso cotidiano expressões como:

(8) Estou *para cima* hoje.

(9) Tá tudo *em cima*.

(10) *Levanta* o astral.

(11) *Pra cima* é que se pensa.

(12) Cabeça *erguida*, etc.

As metáforas orientacionais, como aliás toda a nossa cognição, não podem ser arbitrárias porque seu significado é oriundo de experiências físicas. A metáfora FELIZ É PARA CIMA está diretamente correlacionada com o fato de que a postura ereta normalmente denota um estado emocional positivo, ao passo que posturas curvadas normalmente estão associadas com depressão e tristeza, que explica a metáfora TRISTEZA É PARA BAIXO, de onde surgem expressões como:

(13) Eu estou *pra baixo* hoje,

(14) Que *baixo* astral, etc.

Outro exemplo de metáfora orientacional é MAIS É PARA CIMA, e a base física para essa metáfora advém do fato de que, quando se acrescentam mais substâncias em um recipiente, ou mais um objeto a uma pilha, o nível sobe. Essas orientações espaciais, segundo Lakoff & Johnson (1980), fornecem uma base extraordinariamente rica para entendermos conceitos.

A experiência física e cultural provê muitas possibilidades de bases experienciais. Toda metáfora, para ser compreendida, precisa ser inserida dentro de uma base experiencial. O papel desta base é importante para entendermos o problema de metáforas que não se ajustam umas às outras, porque baseiam-se em experiências diferentes. De acordo com Lakoff, nossas crenças não são independentes, mas devem formar um sistema coerente com os conceitos metafóricos com que nós convivemos. Ele parte do pressuposto de que as crenças normalmente sustentam generalizações que assumem todas as coisas como sendo iguais. Mas, porque as coisas normalmente não são iguais, há freqüentemente conflitos entre esses valores e, portanto, conflitos entre as metáforas associadas a eles. Para explicar esses conflitos entre os valores (e suas metáforas), temos que achar as diferentes prioridades dadas a esses valores e metáforas pelas subculturas que os utilizam. Por exemplo, a metáfora MAIS É PARA CIMA, segundo Lakoff, parece ter prioridade entre os “para cima metafóricos” porque tem a base física mais clara. A prioridade da metáfora MAIS É PARA CIMA sobre BOM É PARA CIMA pode ser verificada em exemplos como:

(15) a inflação está *subindo*.

(16) A onda de crime está *aumentando*.

Assumindo que inflação e onda de crime são ruins, essas sentenças significam o que significam porque a metáfora MAIS É PARA CIMA sempre tem prioridade no tópico. Em geral, a relação de prioridade de valor, segundo o autor, é ligada parcialmente à subcultura do sujeito e parcialmente a valores pessoais.

Chega-se à conclusão de que indivíduos, como grupos, variam nas prioridades e no modo com que eles definem o que é bom ou virtuoso. Relativamente àquilo que é importante para eles, seus sistemas de valores individuais são coerentes com a maioria das metáforas da cultura dominante. Logo, nem todas as culturas dão as mesmas prioridades para as mesmas orientações. Há culturas, constata o autor, em que o equilíbrio ou centralidade exercem um papel muito mais importante do que em nossa cultura ocidental. Entretanto, em geral, a maioria das orientações – em cima/embaixo, dentro/fora, centro/periferia, ativo/passivo -, parece estar presente em todas as culturas. Mas, que conceitos são orientados de qual modo, e quais orientações são mais importantes, varia de cultura para cultura.

Além da metáfora orientacional, nossa experiência com objetos físicos e substâncias nos concedem uma base adicional para a compreensão. Entender nossas experiências em termos de objetos e substâncias permite-nos separar partes de nossa experiência e tratá-las como entidades distintas ou substâncias de um tipo uniforme. Trata-se das metáforas ontológicas. Segundo Lakoff, uma vez que podemos identificar nossas experiências como entidades ou substâncias, nós podemos nos referir a elas, categorizá-las, quantificá-las e, por esse meio, meditar sobre elas. Mesmo quando as coisas não estão claramente distintas ou delimitadas, nós as categorizamos como se estivessem. Por exemplo, montanhas, esquinas de ruas, obstáculos, etc, que são objetos não claramente delineados, são categorizados porque propósitos humanos tipicamente requerem a imposição de fronteiras artificiais que os tornam fenômenos físicos distintos assim como nós somos: entidades limitadas por uma superfície.

Nossas experiências com objetos físicos (especialmente nossos corpos) nos fornecem a base para uma extraordinária, imensa variedade de metáforas ontológicas, que permitem vermos eventos, atividades, emoções, idéias, etc. como entidades e substâncias. Eis alguns exemplos de metáfora ontológica:

(17) Nós temos que *combater* a inflação.

(18) A inflação me deixa *doente*.

Nestes casos, concebemos a inflação como uma entidade, o que nos permite fazermos referência a ela, quantificá-la, identificar um aspecto particular dela, vê-la como uma causa, agir com respeito a ela, e talvez até acreditar que nós a entendemos. Metáforas ontológicas, afirmam os autores, são necessárias para lidarmos racionalmente com nossas experiências.

A maioria das expressões como (17) e (18), no entanto, não são percebidas como sendo metafóricas. As metáforas ontológicas, segundo Lakoff e Johnson, são um dos mecanismos mais básicos para compreendermos nossa experiência. Como veremos, metáforas estruturais comportam uma série consistente de metáforas ontológicas como subpartes. Usar uma série de metáforas ontológicas para compreender uma dada situação, dentro dessa teoria, é impor uma estrutura de entidade sobre essa situação. Por exemplo, a metáfora estrutural AMOR É UMA JORNADA impõe a amor uma estrutura de entidade, incluindo um início, um destino, uma passagem, a distância em que você está nessa passagem, etc. Essa imposição de estrutura de entidade, característica da metáfora ontológica, é necessária para a metáfora estrutural AMOR É UMA JORNADA.

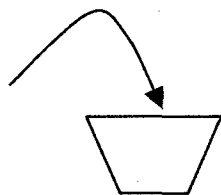
Lakoff cita dois exemplos de como a metáfora ontológica A MENTE É UMA ENTIDADE é elaborada em nossa cultura:

(19) Minha mente não está *funcionando* hoje. (A MENTE É UMA MÁQUINA).

(20) Seu ego é muito *frágil*. (A MENTE É UM OBJETO QUEBRADIÇO).

Essas metáforas especificam diferentes tipos de objetos (máquina e objeto quebradiço) formando diferentes modelos metafóricos para o que a mente é e, em consequência, elas focalizam diferentes aspectos da experiência mental.

Um exemplo muito produtivo de metáfora ontológica vem do conceito de recipiente. Este conceito, de acordo com os autores, têm sua base experiencial no fato de que somos seres físicos separados do resto do mundo pela superfície de nossas peles, e experimentamos o resto do mundo como externo a nós. Cada um de nós é um recipiente com uma superfície envolvente e uma orientação de entrada e saída. Nós projetamos nossa própria orientação de entrada/saída em outros objetos físicos que são revestidos por uma superfície e os vemos como recipientes, com um dentro e fora. Quartos e casas são obviamente recipientes. Mover-se de quarto para quarto é mover-se de um recipiente a outro (neste caso, combinam-se os esquemas do recipiente e do caminho). Mesmo quando não há uma fronteira física natural, que possa ser vista como definidora de um recipiente, nós impomos, via metáfora, fronteiras, marcando territórios para que haja um dentro e uma superfície demarcadora, ou uma parede, ou uma linha abstrata ou um plano.



É esta base corpórea que faz com que o significado não seja arbitrário: ele emerge de nossa interação corpórea com o meio ambiente, por isto é encorpado, corporificado.

Segundo Lakoff (1987), há poucos instintos humanos mais básicos que o territorial. A definição de um território, colocando uma superfície/fronteira ao redor, é um primeiro passo para a quantificação. Objetos delimitados - seres humanos, pedras, ou áreas terrestres - têm espaço interno. Isso permite que sejam quantificados em termos de quantidade de substâncias que eles contém. Kansas, por exemplo, é uma área delimitada - um recipiente -, motivo pelo qual pode-se dizer

(21) Há um monte de terra *em* Kansas.

Também substâncias podem ser conceitualizadas metaforicamente como recipientes. Lakoff mostra que, se temos um tonel de água, por exemplo, e nele entramos, entramos na água. Ambos, o tonel e a água, são vistos como recipientes, mas de diferentes tipos. O tonel é um recipiente objeto, enquanto que a água é um recipiente substância.

Nosso campo visual, afirmam Lakoff & Johnson (1980), são entendidos metaforicamente como um recipiente; o que vemos está dentro desse recipiente. Esta metáfora ancora-se na experiência de que quando olhamos algum território (terra, chão, etc), nosso campo visual define uma fronteira do território, especificamente, a parte que podemos ver. Dado que um espaço delimitado fisicamente é considerado um recipiente e que nosso campo de visão correlaciona-se com esse espaço físico delimitado, o conceito metafórico CAMPOS VISUAIS SÃO RECIPIENTES emerge naturalmente. Assim justificam-se as seguintes expressões lingüísticas:

(22) O navio está *aparecendo*.

(23) Eu o tenho *em* vista.

(24) Não posso vê-lo - árvore está *no* caminho.

(25) Ele está *fora* da minha visão.

Como vimos, usam-se metáforas ontológicas para compreender eventos, ações, atividades e estados. Eventos e ações são conceitualizados metaforicamente como objetos, atividades como substâncias e estados como recipientes. Corrida, por exemplo, é um evento, que é visto como uma entidade distinta. A corrida existe em espaço e tempo, e tem fronteiras bem definidas. Daí, concluem os autores, nós a vemos como um recipiente objeto, que contém participantes (que são objetos), eventos, com começo e fim (que são objetos metafóricos), e a atividade de correr (que é a substância metafórica). Assim, podemos dizer da corrida:

(26) Você está *na* corrida de domingo? (corrida como um recipiente objeto).

(27) Você vai *para* a corrida? (corrida como objeto).

(28) O *fim* da corrida foi realmente excitante. ('fim' como um objeto evento num recipiente).

Vários tipos de estado também podem ser conceitualizados como recipientes. Eis alguns exemplos:

(29) Nós estamos *fora* de perigo agora.

(30) Eu caí *numa* depressão.

Finalmente, a metáfora estrutural é aquela em que um domínio mais delineado, mais concreto é mapeado em outro domínio, menos delineado, menos concreto. As sentenças, repetidas abaixo, exemplificam este tipo de metáfora:

(1) O seminário *foi* de segunda a Sexta.

(2) Ele *foi* de mal a pior.

(3) Nosso amor não está conseguindo romper as *barreiras*.

(4) Que idéia *salgada*!

(5) Tenho que *ganhar* tempo.

(6) Eu *venci* na argumentação.

Elas, as metáforas estruturais, serão o foco de atenção neste capítulo.

3. Consistência e Coerência Metafórica

Cada estrutura individual metafórica é internamente consistente e impõe uma estrutura consistente ao conceito que ela estrutura. Por exemplo, a metáfora TEMPO É DINHEIRO impõe uma estrutura de dinheiro internamente consistente ao conceito de tempo. Quando entendemos amor em termos da metáfora AMOR É UMA JORNADA, impomos a estrutura de jornada internamente consistente ao conceito de amor. A coerência interna ao mapeamento é explicada, como veremos adiante com mais detalhe, pelo Princípio da Invariância, proposto por Lakoff (1987), que afirma que o mapeamento mantém a estrutura topológica do domínio

fonte e do domínio alvo. Cada metáfora individual é também internamente consistente.

Metáforas não são casualidades, mas, ao contrário, formam sistemas coerentes de conceitualização de nossa experiência. Entretanto, Lakoff (1987) mostra que há alguns desafios à hipótese de coerência metafórica. Há, por exemplo, duas organizações de tempo. Enquanto expressões como ‘na nossa frente’, ‘eu olho para frente’, e ‘antes de nós’, orientam tempo com respeito a pessoas, expressões como ‘preceder’ e ‘seguir’ orientam tempo com respeito a espaço. O autor nos esclarece que, visto que o tempo presente está voltado para nós, os tempos que o sucedem, ou seja, todos os tempos futuros se seguem ao tempo presente. As semanas que se seguirão são como semanas à frente de nós.

A importância desse exemplo, dentro da teoria, não é meramente mostrar que não há contradição entre as diferentes metáforas de tempo, mas também mostrar todos os detalhes sutis que estão envolvidos na conceitualização. Na metáfora O TEMPO É UM OBJETO QUE SE MOVE, a orientação frente/trás é dada ao tempo em virtude de ser ele considerado um objeto andante. Daí decorre a utilização consistente de palavras como ‘seguir’, ‘preceder’, e ‘encarar’. Há outros modos, porém, de conceber tempo. Por exemplo, tempo pode ser concebido como estacionário, e somos nós que nos movemos através dele:

(31) À medida que vamos mais adiante *entramos* nos anos 80.

(32) O fim do ano está *se aproximando*.

Num caso nós estamos nos movimentando e o tempo está parado (31); no outro, o tempo está se movimentando e nós estamos parados (32).

Segundo Lakoff, estas duas metáforas não são consistentes (ou seja, não formam uma imagem única), porém se ajustam uma a outra, em virtude de serem subcategorias de uma categoria principal TEMPO É UM OBJETO, e por isso compartilham uma conexão maior. O autor distingue as metáforas que são coerentes (isto é, que se ajustam umas às outras) daquelas que são consistentes

(isto é, instituem uma imagem única). As conexões entre as metáforas normalmente tendem a envolver mais coerência do que consistência.

As diferentes metáforas para um mesmo conceito são normalmente coerentes, mas não são consistentes umas com as outras (ou seja, não formam uma imagem única). É possível, no entanto, achar séries de metáforas que são consistentes. Uma série consistente de metáforas nos permite compreender uma situação em termos de uma estrutura de entidades bem definidas, com relações consistentes entre essas entidades. Neste caso, as diferentes metáforas formam uma imagem única. A metáfora AMOR É UMA JORNADA, por exemplo, transparece em várias expressões:

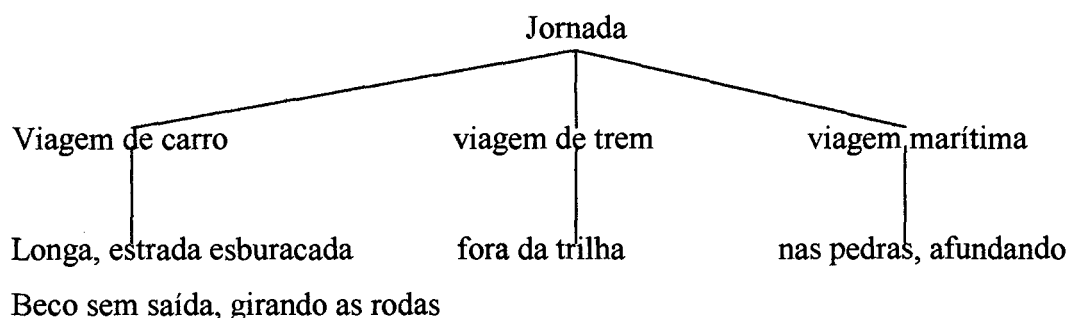
(33) Olhe até onde *andamos*.

(34) Nós estamos *numa cruzilhada*.

(35) Essa relação *chegou num beco sem saída*.

(36) Nosso casamento está *a pique*.

Embora a metáfora básica seja jornada, há vários tipos de jornadas: viagem de carro, de trem ou uma viagem marítima, etc. Lakoff ilustra essas possibilidades no gráfico abaixo:



Podemos notar claramente, através desse gráfico, que não há, de fato, uma imagem única, consistente, em que a metáfora jornada se enquadra. O que faz as diversas versões metafóricas coerentes é que elas são todas metáforas de jornada, embora especifiquem diferentes modos de viagem. O mesmo acontece, de acordo com Lakoff, com a metáfora TEMPO É UM OBJETO ANDANTE, visto que há várias maneiras de algo se movimentar: 'tempo voa', 'se arrasta', 'corre', etc. Por isso, em geral, conceitos metafóricos são definidos não em termos de imagens

concretas; não há uma imagem única, mas uma categoria mais geral, que se ajusta às várias conceitualizações.

4. Vínculos e Coerências Metafóricas de um único Conceito

Como vimos, Lakoff argumenta que as diferentes estruturas metafóricas de um único conceito normalmente enquadram-se umas às outras de maneira coerente. Podemos, inclusive, segundo o autor, refletir sobre o mecanismo de coerência de várias estruturas metafóricas dentro de um único conceito, começando com a metáfora ARGUMENTO É UMA JORNADA. Este conceito, veremos, assim como a grande maioria, é estruturado por mais de uma metáfora.

Segundo ele, se tomarmos uma afirmação como ‘uma jornada define um caminho’, que faz parte do domínio de jornada, e ARGUMENTO É UMA JORNADA, nós concluímos que ARGUMENTO DEFINE UM CAMINHO. Assim, explicam-se expressões sobre argumentação, tais como:

(37) *Você está seguindo meu argumento?*

(38) *Você está rodando em círculos.*

Além disso, caminhos são concebidos como superfícies (o autor pede para pensarmos num tapete desenrolando enquanto passamos; assim criamos um caminho diante de nós). Temos então a afirmação ‘o caminho de uma jornada é uma superfície’, que resulta em expressões como:

(39) *Nós voltamos ao mesmo ponto,*

que podem ser usadas metaforicamente para conceituar argumento.

Dado que UM ARGUMENTO DEFINE UM CAMINHO e o caminho de uma jornada é uma superfície, nós temos: O CAMINHO DE UM ARGUMENTO É UMA SUPERFÍCIE. Daí podemos obter expressões do tipo:

(40) *Nós fomos longe demais* no nosso argumento.

Dessa forma, Lakoff demonstra que temos uma série de sentenças decorrentes da metáfora ARGUMENTO É UMA JORNADA. E justamente o que as torna sistemática, segundo ele, é um par de vínculos metafóricos que são baseados em dois fatos sobre jornadas: uma jornada define um caminho e o caminho de uma jornada é uma superfície. Os vínculos metafóricos são:

UM ARGUMENTO É UMA JORNADA.

Uma jornada define um caminho.

Logo, UM ARGUMENTO DEFINE UM CAMINHO

UM ARGUMENTO É UMA JORNADA

O caminho da jornada é uma superfície.

Logo, O CAMINHO DE UM ARGUMENTO É UMA SUPERFÍCIE.

Aqui vínculos metafóricos caracterizam a sistematicidade interna da metáfora UM ARGUMENTO É UMA JORNADA, isto é, eles tornam coerentes todos os exemplos que derivam daquela metáfora.

Mas ARGUMENTO É UMA JORNADA é somente uma das metáfora para argumento, aquela que usamos para focar ou falar sobre a meta, direção ou progresso de um argumento. Quando queremos falar sobre o conteúdo do argumento, diz o autor, usamos a metáfora estruturalmente complexa UM ARGUMENTO É UM RECIPIENTE porque recipientes definem um espaço limitado (com uma superfície delimitada, um centro e uma periferia) e podem conter uma substância (que pode variar em quantidade, que pode ter um cerne localizado no centro). Usamos esta última metáfora quando queremos focar qualquer um desses aspectos. Nela, a superfície delimitadora do recipiente corresponde à forma do argumento, e o que está dentro do recipiente corresponde ao seu conteúdo.

O autor conclui que, visto que os propósitos das metáforas jornada e recipiente são diferentes, isto é, eles são utilizados para focar diferentes

aspectos de um argumento (propósito e progresso versus conteúdo), não esperamos que essas metáforas se sobreponham completamente. É possível, segundo ele, em alguns casos, focalizar juntamente os dois aspectos do argumento: a jornada (progresso) e recipiente (conteúdo), obtendo um tipo de metáfora mista que mostra ambos os aspectos de uma só vez. Consideremos as expressões:

(41) *Nesse ponto* nosso argumento não tem muito *conteúdo*.

(42) *Até onde nós fizemos*, nós provimos o *coração* de nosso argumento.

Segundo Lakoff, o que faz essa sobreposição possível é que as metáforas derivadas de jornada e recipiente partilham ou possuem vínculos. Em outras palavras, elas nos permitem distinguir a forma do argumento do seu conteúdo. Assim, quando nós andamos em círculos, nós podemos ter um longo caminho, mas não cobrimos muito chão, isto é, o argumento não tem muito conteúdo.

Idealmente, quanto mais superfícies maior o argumento, e quanto mais substância há no argumento mais conteúdo tem o argumento. A sobreposição entre as duas metáforas, conclui o autor, é a criação progressiva da superfície: se o argumento cobre mais chão (via a superfície da jornada), possui mais conteúdo (via a superfície do recipiente). Essa sobreposição é possível pelos seguintes vínculos:

a) um vínculo não-metafórico sobre jornadas:

Quando fazemos uma jornada, mais de um caminho é criado.

Um caminho é uma superfície.

Quando fazemos uma jornada, mais de uma superfície é criada.

b) Um vínculo metafórico sobre argumentos (baseado em jornadas):

UM ARGUMENTO É UMA JORNADA.

Quando fazemos uma jornada, mais de uma superfície é criada.

QUANDO FAZEMOS UM ARGUMENTO, MAIS DE UMA SUPERFÍCIE É CRIADA.

c) Um vínculo metafórico sobre argumentos (baseado em recipientes):

UM ARGUMENTO É UM RECIPIENTE.

Quando fazemos um recipiente, mais de uma superfície é criada.

QUANDO FAZEMOS UM ARGUMENTO, MAIS DE UMA SUPERFÍCIE É CRIADA.

Segundo o autor, neste caso, os dois vínculos metafóricos têm a mesma conclusão. É essa sobreposição de vínculos entre as duas metáforas que define a coerência entre elas e provê o vínculo entre a quantidade de chão que o argumento cobre e a quantidade de conteúdo que ele possui. Isso é o que faz com que elas se enquadrem, mesmo que não sejam completamente consistentes, isto é, não há uma imagem única para enquadrar ambas as metáforas. A superfície de um recipiente e a superfície de um chão são ambas superfícies por virtude de propriedades topológicas semelhantes. Mas, de acordo com Lakoff, nossa imagem de superfícies de chão é muito diferente das nossas imagens de superfícies de recipientes. O conceito topológico abstrato de uma superfície que forma a sobreposição entre essas duas metáforas não é concreto o suficiente para formar uma imagem. Em geral, segundo o autor, quando metáforas são coerentes, mas não consistentes, não se pode esperar delas que formem imagens.

Ainda segundo o autor, a razão por que precisamos de duas metáforas é que não existe uma só metáfora que faça o trabalho, isto é, não há uma metáfora que nos permita manusear simultaneamente os dois elementos: a direção do argumento e o conteúdo do argumento. Esses dois propósitos não podem ser servidos de uma só vez por uma única metáfora. E onde os propósitos não se misturam, as metáforas não se misturam. Assim, temos exemplos de metáforas mistas impermeáveis, resultantes da impossibilidade de uma metáfora única satisfazer ambos os propósitos de uma só vez. Por exemplo, constata o autor, nós podemos falar da direção de um argumento e do seu conteúdo, mas não da direção do conteúdo do argumento ou do conteúdo da direção de um argumento.

As duas metáforas seriam consistentes se houvesse um caminho que satisfizesse completamente ambos os propósitos com um conceito claramente delineado. Ao invés, o que se tem é coerência, onde há uma satisfação parcial de ambos os propósitos.

O autor conclui que as várias estruturas metafóricas de um conceito servem a diferentes propósitos por focar diferentes aspectos de um conceito. Onde há uma sobreposição de propósitos, há uma sobreposição de metáforas e, daí, uma coerência entre elas. Metáforas mistas permissíveis enquadram-se nessa sobreposição. Em geral, consistência completa entre metáforas é raro; coerência, por outro lado, é típico. Os vínculos metafóricos exercem um papel fundamental na ligação de todos os exemplos de uma estrutura metafórica singular de um conceito (como nos vários exemplos da metáfora UM ARGUMENTO É UMA JORNADA). Eles também exercem um papel essencial ao ligar duas estruturas metafóricas diferentes de um único conceito (como nas metáforas jornada e recipiente para argumento). Eles podem desempenhar este papel de ligar estruturas metafóricas, porque eles podem ser compartilhados, estabelecendo uma correspondência cruzada. Por exemplo, o vínculo compartilhado NA MEDIDA QUE FAZEMOS UM ARGUMENTO MAIS SUPERFÍCIE É CRIADA estabelece a correspondência entre a quantidade de chão coberto num argumento (que está dentro da metáfora jornada) e a quantidade de conteúdo no argumento (que está dentro da metáfora recipiente).

De acordo com Lakoff, a metáfora jornada focaliza pelo menos conteúdo e progresso, e a metáfora recipiente focaliza no mínimo conteúdo, e há uma sobreposição baseada no acúmulo progressivo de conteúdo. Mas essas duas metáforas servem para mais propósitos e estão envolvidas em coerências ainda mais complexas. Assim, o autor considera uma terceira metáfora para argumento, ARGUMENTO É UMA CONSTRUÇÃO, que aparece em exemplos como:

(43) Se você não *sustentar* seus argumentos com fatos *sólidos* toda a coisa irá *desabar*.

Vejamos alguns exemplos de como o autor diz que entendemos cada um dos aspectos do argumento em termos dessas metáforas. Os exemplos (44)-(46) são atualizações da metáfora da jornada, o exemplo (47) corresponde a metáfora do recipiente e o (48) a da construção:

(44) *Até agora, nós não cobrimos muito chão.* (progresso/conteúdo)

(45) Esse é um argumento *indireto*. (retidão)

(46) Nós temos que *ver adiante* para *ver claramente* o que está envolvido.
(progresso, obviedade)

(47) Você tem todas as idéias certas *no* seu argumento, mas ele *ainda* não está *transparente*. (conteúdo, progresso, clareza)

(48) Nós temos *fundamentação* para o argumento, agora nós precisamos de uma *estrutura sólida*. (embasamento, força, estrutura)

Na metáfora da construção, a superfície é a parte externa da cobertura, e a fundamentação define um interior para a construção. Nela, diferentemente da metáfora recipiente, o conteúdo não está no interior; a fundação e a parte externa constituem o conteúdo. Para provar isso, o autor cita exemplos como:

(49) A *fundação* do seu argumento não tem *conteúdo* o suficiente para *suportar* suas reivindicações.

(50) A *estrutura* do seu argumento não tem *substância* o suficiente para suportar *crítica*.

(51) Nós agora *construímos* a maioria dos argumentos.

O fato de que tanto a jornada quanto o recipiente definem uma superfície é a base para a transposição entre a metáfora da jornada e a metáfora do recipiente. O fato de uma construção também possuir uma superfície - especificamente, a fundação e a parte externa - , torna possível transposições com as outras metáforas. Em cada caso a superfície define o conteúdo, mas de formas diferentes.

Há exemplos de transposições metafóricas, de acordo com Lakoff, baseados na noção de profundidade. A orientação metafórica de profundidade corresponde ao embasamento nas metáforas de construção e recipiente, mas à

falta de obviedade na metáfora da jornada. Desde que profundidade e progresso são aspectos bastantes diferentes de um argumento, não há nenhuma imagem comum consistente possível dentro de qualquer uma das metáforas de argumento. Mas há coerência metafórica. Essa transposição das três estruturas metafóricas permite metáforas mistas como:

(52) *Até agora nós construímos o coração* do argumento.

‘Até agora’ é da metáfora da jornada, ‘construir’ é da metáfora da construção e ‘coração’ é da metáfora do recipiente.

Dado que o propósito do argumento é prover entendimento não é surpreendente que a metáfora ENTENDER É VER também seja transposta para as várias metáforas de argumentação, como podemos notar em

(53) *Nós observamos* que Tomás de Aquino usou algumas noções platônicas.

(54) *Vindo até aqui, nós podemos ver* como Hegel estava errado.

Como uma jornada pode ter um guia que mostra coisas interessantes ao longo do caminho, nós também temos expressões como

(55) *Nós mostraremos* agora que Green interpretou mal a teoria de Kant sobre desejo. (Neste caso, o autor é o guia que nos conduz ao argumento).

Lakoff afirma que parte da metáfora da jornada envolve ir a fundo numa matéria. A metáfora ENTENDER É VER aplica-se a esse caso também. Num argumento, os pontos superficiais (aqueles na superfície) são óbvios, são fáceis de ver e fáceis de entender. Mas os pontos profundos não são óbvios; exigem esforço para que sejam relevados, para que possam ser vistos:

(56) *Cave mais fundo* no argumento dele e você descobrirá uma grande negociação.

A metáfora ENTENDER É VER também se transpõe para a metáfora construção, onde o que é visto é a estrutura (figura, forma, esboço) do argumento:

(57) Agora nós podemos *ver* a *estrutura* do argumento.

(58) Se nós *olharmos cuidadosamente* para a *base* do argumento...

Esta mesma metáfora pode também ser transposta para a metáfora do recipiente, onde o que vemos é o conteúdo (através da superfície do recipiente), como em

(59) Esse é notadamente um argumento *transparente*.

(60) Seu argumento não tem conteúdo nenhum. Eu posso *ver através* dele.

A metáfora O MAIS É MELHOR também pode ser, segundo o autor, transposta para as metáforas de argumento e permite-nos ver qualidade em termos de quantidade. Eis os exemplos:

(61) Não é *muito* para um argumento.

(62) Seu argumento não *tem nenhum conteúdo*.

(63) Seu argumento é *muito fraco* para suportar suas reclamações.

Outro exemplo de coerência, apontado por Lakoff, aparece na análise da metáfora ARGUMENTO É GUERRA, que se junta às demais. Nela é possível ganhar ou perder, atacar ou defender, planejar e perseguir uma estratégia, etc. Argumentos podem se tornar fortalezas via a metáfora da construção, pois podemos iniciar um ataque a um argumento, fazendo buracos nele, cortando-o e destruindo-o.

Essas variações metafóricas são partes do sistema metafórico como um todo, que juntas servem para o propósito complexo de caracterizar o conceito de argumento em todos seus aspectos, como nós o concebemos. Embora tais metáforas não resultem numa imagem concreta única, elas são, não obstante, coerentes e ajustam-se umas às outras. Metáforas diferentes estruturaram aspectos de um conceito. Nos nossos exemplos: ARGUMENTO É UMA JORNADA, ARGUMENTO

É GUERRA, ARGUMENTO É RECIPIENTE, etc. -, cada uma dessas metáforas provê uma perspectiva do conceito de argumento e estrutura um de seus muitos aspectos. As metáforas não estão conjuntamente caracterizando o cerne do conceito de argumento, mas estão separadamente caracterizando seus diferentes aspectos. A proposta de Lakoff explica o modo como estas várias metáforas formam uma coerência, via transposição, que se baseia no propósito e nos vínculos compartilhados entre as metáforas. Assim, o modo como conceitos individuais (como cerne, fundação, cobertura, etc) se projetam e se misturam uns com os outros é explicado com base nas transposições.

5. Metáforas Vivas

versus

Metáforas Mortas

A teoria distingue ainda dois tipos de metáforas: as metáforas vivas e as metáforas mortas. As metáforas vivas são as metáforas nas quais vivemos. Embora elas sejam convencionais e seu uso não cause qualquer espanto, elas são vivas porque agimos e pensamos por meio delas. Elas são vivas porque constituem nosso sistema conceitual. Há metáforas, no entanto, que são expressões idiossincráticas que permanecem isoladas, não fazendo parte de um sistema, o que faz com que elas não sejam usadas sistematicamente na língua ou pensamento. Trata-se de expressões conhecidas como ‘o pé da montanha’, ‘a cabeça de repolho’, ‘a perna da mesa’, etc. Essas expressões, segundo Lakoff, são modelos isolados de conceitos metafóricos, onde há somente uma parte usada (ou talvez duas ou três). Assim ‘o pé da montanha’ é a única parte usada da metáfora A MONTANHA É UMA PESSOA porque, no discurso normal, não se fala em cabeça, ombros, ou tronco de montanha, apesar de, em contextos especiais, ser possível construir novas expressões metafóricas baseadas nessas partes não usuais. Assim, o autor assume que, de fato, há aspectos da metáfora A MONTANHA É UMA PESSOA que podem ser ativados em contextos especiais: alpinistas falarão de ‘ombro da montanha’ (referindo-se à margem perto do topo) e também de ‘vencendo’, ‘lutando’ e até ‘sendo morto’ por uma montanha.

Mas metáforas como A MONTANHA É UMA PESSOA são marginais na constituição de nosso sistema conceitual, porque a parte efetivamente usada pode consistir somente em uma expressão convencional fixa da língua e por isto elas não interagem sistematicamente com outros conceitos metafóricos. Isso as torna relativamente sem importância para a teoria – cujo objetivo é encontrar toda a rede de sistemas metafóricos. Seu interesse está no fato de que elas podem ser estendidas para as partes não usuais, forjando novas expressões metafóricas, fazendo piadas, etc. E essa habilidade, que nós temos, constata Lakoff, de estendê-las a partes não usuais, indica que, ainda que marginais, elas existem.

Dessa forma, de acordo com o autor, metáforas como A MONTANHA É UMA PESSOA são idiossincráticas, não sistemáticas, e isoladas, ou seja, elas não interagem com outras metáforas, não exercem nenhum papel importante no sistema conceitual e, logo, não se vive com esse tipo de metáfora. O único sinal de vida que elas têm é que podem ser estendidas a subculturas em que as porções não usuais podem servir de base para metáforas novas relativamente pouco interessantes. Essas expressões são “mortas”. Assim, ‘o pé da montanha’ é um caso de metáfora morta, embora, segundo o autor, ela ainda tenha um fraco fulgor de vida, em que é entendida parcialmente em termos de conceitos metafóricos marginais como A MONTANHA É UMA PESSOA.

Há, então, dois tipos de metáforas, de acordo com a teoria de Lakoff: aquelas que se constituem em casos isolados e não sistemáticos - as chamadas metáforas mortas -, e aquelas que formam um complexo sistema de expressões metafóricas como ‘perdendo tempo’, ‘atacando posições’, ‘indo em caminhos diferentes’, etc, que são reflexos de conceitos metafóricos sistemáticos, que estruturam as ações e pensamentos. Para Lakoff, essas metáforas, que formam sistemas coerentes, são “vivas”, porque é nelas que vivemos, independentemente de serem fixadas convencionalmente no léxico.

6. Metáforas Novas

Há ainda uma terceira classe de metáforas: as metáforas novas, que são extensões de metáforas vivas ou convencionais. Uma expressão como

(64) Sua teoria é *construída com reboco barato*,

embora seja nova, é compreendida em função da metáfora estrutural TEORIAS SÃO CONSTRUÇÕES. Em outras palavras, é esta metáfora que permite estender o mapa metafórico para partes não usadas, criando expressões novas – que a tradição chama apenas de metáforas. Extensões que envolvem porções não usadas de uma metáfora são entendidas somente porque elas fazem parte de um mapa metafórico já existente. Elas são aceitáveis desde que não haja violação do Princípio de Invariância.

Segundo este princípio, não é qualquer característica do domínio fonte, aquele que é mais definido, mais concreto e mais delineado, que pode ser mapeada para o domínio alvo. Podem ser mapeadas apenas aquelas características que ao mesmo tempo conservam a topografia do domínio alvo e preservem a estrutura inerente do domínio fonte. Por exemplo, uma sentença como

(65) Você chegou *em cima* da hora,

é perfeitamente possível porque a estrutura de tempo permite expressões com a preposição *em cima*. Veja que o mapeamento deve preservar a topologia do domínio alvo; logo, imaginamos que a chegada se deu em cima da hora, como se a hora fosse um objeto e a chegada ocorresse em cima dele. No entanto, a sentença

(66) *Você chegou *embaixo* da hora,

não é possível porque a estrutura de tempo não permite este mapeamento³⁸. Como podemos perceber não é qualquer característica que é mapeada de um domínio para o outro.

³⁸ Alguns autores acreditam que a explicação de que a sentença (66) é agramatical devido o princípio de invariância, que restringe certas projeções, não é suficiente para explicar porque a expressão ‘em cima’ do domínio espaço foi mapeada, e, por sua vez, a expressão ‘embaixo’ do domínio espaço não foi mapeada. Ver Pires de Oliveira (1999). Parece que o mapa foi forçado pela linguagem. Vejamos outro exemplo: ‘* Ele chegou abaixo da hora’ e ‘Ele chegou abaixo do tempo’ (referindo-se a jogos olímpicos, por exemplo). A pergunta que se faz novamente é por que, no primeiro caso, o termo ‘abaixo’ não pôde ser mapeado no domínio alvo (tempo), enquanto que, no segundo caso, o mesmo termo ‘abaixo’, ao contrário, foi mapeado para o domínio alvo (tempo)? Parece que, de fato, tais mapas ou projeções existem. Mas só as projeções não são

Eis outro exemplo: quando nós damos a alguém uma idéia, nós não deixamos de ter essa idéia. Esse aspecto físico de dar não é mapeado para o domínio de idéias e cognição, por causa da estrutura inerente ao domínio alvo.

Assim, desde que não haja violação do Princípio da Invariância, podemos inventar novas expressões, como é o caso da sentença

(67) Nosso amor é uma obra de arte,

que se compreende via a metáfora AMOR É UM TRABALHO DE ARTE, que, por sua vez, é uma extensão da metáfora convencional AMOR É TRABALHO. Como as metáforas convencionais, as metáforas novas têm vínculos que podem incluir outras metáforas ou proposições literais. Nossa visão de trabalho e arte, por exemplo, fornece pelo menos os seguintes vínculos: amor é trabalho, amor é ação, amor requer dedicação, amor requer compromisso, amor requer disciplina, amor requer repartição de responsabilidade, amor requer paciência, amor requer valores partilhados e objetivos, amor é uma experiência estética, etc.

Alguns desses vínculos são metafóricos (amor envolve repartição de responsabilidades), outros são literais (amor é uma experiência). Cada um desses vínculos pode manter outros vínculos. O resultado é uma larga e coerente rede de vínculos, que pode, no todo, se enquadrar ou não nas nossas experiências sobre o amor.

Como dissemos, o significado de uma metáfora nova é em parte determinado culturalmente, e em parte decorrente de nossas experiências. Para perceber este ponto, basta imaginar a metáfora (67) interpretada por indivíduos com conceitos de arte bastante distintos. Segundo Lakoff, como a visão de arte para cada pessoa é diferente, a metáfora terá um significado diferente. Assim, a mesma metáfora que dá novo significado para a experiência de uma pessoa, pode não dar novo significado para a experiência de outra.

suficientes para explicar o mapa. Tudo indica que a linguagem interferiu também aqui de algum modo no mapa. Em outras palavras, pode ter sido o sistema lingüístico que restringiu os termos nos exemplos acima. O mapa novamente parece ser forçado pela linguagem.

Para melhor ilustrar, o autor cita um exemplo muito interessante de como diferentes mapas para um conceito podem influenciar no modo de vida de uma pessoa. Segundo ele, a maioria de nós lidamos com problemas de acordo com o que podemos chamar da metáfora do quebra-cabeças, PROBLEMAS SÃO QUEBRA-CABEÇAS. Assim, tipicamente, há uma solução correta para um problema e, uma vez encontrada essa solução, o problema está resolvido para sempre. Uma mudança para a metáfora química PROBLEMAS SÃO SOLUÇÕES QUÍMICAS caracterizaria uma nova realidade. Podemos encontrar essa metáfora em expressões como

(68) *A dissolução dos meus problemas,*

em que se vêem os problemas como imersos em um volume largo de líquido, espumando e esfumaçando, contendo todos os meus problemas, ou dissolvidos, ou em forma de precipitado, com catalisadores constantemente dissolvendo alguns problemas imediatos e precipitando outros. Essa metáfora, de acordo com o autor, nos dá uma visão de problemas como algo que nunca desaparece totalmente e que não pode ser solucionado de uma vez por todas. Todos os nossos problemas estão sempre presentes, somente que eles podem ser dissolvidos em solução ou podem estar em forma sólida.

Viver na metáfora química significa que nossos problemas têm um tipo diferente de realidade para nós. Problemas fariam parte da ordem natural das coisas e não das desordens a serem curadas. O modo como compreendemos nossa vida diária e o modo como agimos seriam diferentes nesta perspectiva. Este exemplo é um caso claro do poder da metáfora para criar uma realidade, ao invés de simplesmente dar uma forma à realidade preexistente. Lakoff admite que as palavras sozinhas não mudam a realidade, mas as mudanças no sistema conceitual mudam o que é real para a pessoa e afetam o modo como ela percebe o mundo e atua nele a partir dessas percepções.

7. O Poder de as Metáforas criarem ou induzirem semelhanças e sua relação com o Conceito de Verdade

Para Lakoff, a realidade social definida por uma cultura afeta sua concepção de realidade física. Assim, o que é real para um indivíduo de uma sociedade ou membro de uma cultura é produto de sua realidade social e isto afeta a forma de sua experiência do mundo físico. Como muito da nossa realidade social é entendida em termos metafóricos, e visto que nossa concepção de mundo físico é parcialmente metafórica, metáforas, então, exercem um papel importante em determinar o que é real para nós.

Se, como quer Lakoff, a verdade é sempre relativa a um sistema conceitual, amplamente metafórico, então uma abordagem sobre como metáforas podem ser verdadeiras irá revelar o modo pelo qual a verdade depende do entendimento. Em todos os aspectos da vida, não somente em política ou amor, o autor acredita que definimos nossa realidade em termos de metáfora e então agimos com base nelas. Construimos inferências, estabelecemos objetivos, fazemos acordos, e executamos planos, tudo baseado em como nós, em parte, estruturamos nossa experiência, consciente e inconscientemente, por meio de metáfora. Tomemos a sentença

(69) A inflação *subiu*.

Entendê-la como verdadeira envolve, segundo Lakoff, duas projeções: temos que tomar a inflação como uma entidade ou substância e, então, quantificá-la como algo crescente. Essas duas projeções constituem duas metáforas convencionais: INFLAÇÃO É UMA SUBSTÂNCIA (metáfora ontológica) e MAIS É PARA CIMA (metáfora orientacional). O autor traça uma diferença importante entre as sentenças (69) e (70), a seguir:

(70) O nevoeiro está na frente da montanha.

No caso do nevoeiro, entendemos algo físico (nevoeiro) no modelo de outra coisa física, mas mais claramente delineada - um objeto físico delineado.

Para interpretarmos ‘na frente’, entendemos a orientação física da montanha em termos da outra orientação física - a de nossos corpos. Em ambos os casos, entendemos algo que é físico em termos de outra coisa que também é física. Em outras palavras, entendemos uma coisa em termos de outra coisa do mesmo tipo. Não se trata portanto de metáfora. Em (69), entendemos inflação (que é abstrato) em termos de uma substância física, e entendemos o aumento de inflação (que também é abstrato) em termos do que ocorre com uma substância física (aumentar). Neste caso é uma metáfora, pois envolve tipos diferentes de coisas.

Na metáfora, construímos um entendimento indireto, usando os recursos do entendimento direto. A maior parte de nosso entendimento indireto envolve entender um tipo de entidade ou experiência em termos de outro tipo, isto é, entender via metáfora. Dado que metáfora é conceitual por natureza, ao invés de ser uma questão de pura linguagem, é natural conceituar situações em termos metafóricos e, porque nós podemos conceituar situações em termos metafóricos, é possível para sentenças contendo metáforas serem tomadas como enquadrando-se às situações como nós a conceituamos. Assim, (69) é verdadeira se ela se enquadrar à situação sobre a qual estamos falando.

Também uma metáfora não-convencional ou nova pode ser verdadeira; dessa forma, ela também pode ser analisada em termos da verdade. Vejamos a análise da metáfora proposta por Lakoff, A VIDA É UMA FÁBULA CONTADA POR UM IDIOTA, CHEIA DE RUÍDOS E ENTUSIASMOS, SIGNIFICANDO NADA. Essa metáfora nova evoca a metáfora convencional A VIDA É UMA HISTÓRIA. O fato mais saliente sobre histórias contadas por idiotas é que elas não são coerentes. Segundo Lakoff, se nós de fato vimos nossas vidas e as de outras pessoas dessa forma, então tomaremos a metáfora como verdadeira. O que nos permite ver essa metáfora como verdadeira é que usualmente compreendemos nossas experiências de vida em termos da metáfora A VIDA É UMA HISTÓRIA. Segundo o autor, nós estamos constantemente procurando por significado em nossas vidas, por coerências que se enquadrarão em algum tipo de estória da vida.

A metáfora A VIDA É UMA FÁBULA CONTADA POR UM IDIOTA, CHEIA DE RUÍDOS E ENTUSIASMOS, SIGNIFICANDO NADA, pode se enquadrar nas vidas das

pessoas cujas circunstâncias da vida mudaram tão radicalmente, tão rapidamente e inesperadamente que nenhuma estória coerente de vida parece ser possível para elas.

A metáfora AS IDÉIAS SÃO COMIDA estabelece semelhanças entre idéia e comida. Ambas podem ser digeridas, engolidas, devoradas, e, aquecidas, ambas podem nos alimentar. Essas semelhanças não existem independentemente da metáfora. O conceito de engolir é independente da metáfora, mas o conceito de engolir idéias surge somente em virtude da metáfora. Lakoff acredita que esta metáfora baseia-se em metáforas mais básicas: IDÉIAS SÃO OBJETOS e A MENTE É UM RECIPIENTE. Juntas, elas formam uma metáfora complexa em que idéias são objetos que vêm para a mente, assim como pedaços de comida são objetos que vem para o corpo. É essa semelhança, criada metaforicamente, entre idéias e comidas que sustenta parcialmente a metáfora AS IDÉIAS SÃO COMIDA. Como vimos, a semelhança é uma consequência da metáfora A MENTE É UM RECIPIENTE. Segundo o autor, propriedades objetivas inerentes a idéias e à mente não existem. O que existe são propriedades interacionais, e elas refletem a forma como concebemos os fenômenos mentais em virtude de metáforas. O autor conclui que a metáfora AS IDÉIAS SÃO COMIDA enquadra-se em nossa experiência parcialmente por causa dessa semelhança induzida pela metáfora.

Nessa metáfora, entendemos o conceito de processos psicológicos, os quais, segundo o autor, não temos nenhum modo direto e bem definido de conceituar, através do conceito de comida. Este procedimento metafórico acontece, como temos visto, em inúmeros outros casos, dentre eles, as sentenças,

(71) O tempo para ação *chegou*,

(72) Nós temos que *mover* nosso tempo,

entendidas em termos das metáforas O TEMPO É UM OBJETO ANDANTE e TEMPO É DINHEIRO, respectivamente. Em todos estes casos, assim como nas metáforas novas, criam-se semelhanças.

A metáfora nova AMOR É UM TRABALHO COLABORATIVO DE ARTE, como qualquer metáfora, esconde aspectos do amor que lhe são incompatíveis, por exemplo, aqueles que se enquadram na metáfora AMOR É GUERRA. Colaboração e cooperação, instanciados pela primeira metáfora, são inconsistentes com (e com isso esconde) os aspectos agressivos e dominantes derivados da nossa experiência de amor como guerra, que aparecem em

(73) Ela é minha última *conquista*.

(74) Ele *rendeu-se* a ela.

(75) Ela me *subjugou*.

Ao colocar de lado alguns aspectos e selecionar outros, que são focalizados como se fossem os únicos a conceituar amor, a metáfora induz uma série de semelhanças entre a experiência amorosa e a experiência real ou imaginária de colaborar num trabalho de arte. Na perspectiva oferecida pela metáfora, uma dada experiência amorosa se enquadra mais ou menos.

Há ainda semelhanças induzidas pela metáfora que transcendem a mera correspondência entre as duas gamas de experiência. Trata-se da semelhança estrutural, que envolve o modo como nós entendemos como as experiências individuais focalizadas enquadram-se umas às outras em uma maneira coerente. A coerência é provida pela estrutura do que nós sabemos sobre produzir um trabalho de arte colaborativo e é refletida no modo como os vínculos se enquadram uns aos outros (e.g., alguns são vínculos de trabalho, outros de arte, outros de trabalho colaborativo, etc.). É somente essa estrutura coerente que nos permite entender o que as experiências enfocadas têm umas com as outras e como os vínculos são relacionados uns aos outros. É, assim, através da metáfora que a experiência amorosa é vista como estruturalmente similar à experiência de se produzir um trabalho colaborativo de arte.

Em resumo, as metáforas convencionais (orientacionais, ontológicas e estruturais) baseiam-se frequentemente em correlações que percebemos em nossa experiência, mas que não estão lá. Na nossa sociedade, quantidade de tempo correlaciona-se com quantidade de trabalho. Essa correlação é resultado, em parte,

de entendermos metaforicamente tempo como dinheiro. Metáforas, baseadas em correlações de nossa experiência, definem conceitos em termos dos quais nós percebemos semelhanças. O mesmo processo de selecionar, esconder, focar certos aspectos da realidade, em detrimento de outros, e , desta forma, criar semelhanças, está também presente nas metáforas novas.

A função primária da metáfora, como vimos, é prover um entendimento parcial de um tipo de experiência em termos de outro tipo de experiência. Este procedimento pode envolver semelhanças isoladas pré-existentes, a criação de novas semelhanças, e mais. Em quaisquer dos casos, as semelhanças só serão relevantes se investidas de uma base experiencial. As coisas no mundo, é claro, desempenham um papel em restringir o sistema conceitual, porém elas exercem esse papel somente através da experiência humana com elas. Dessa forma, as experiências humanas diferem de cultura para cultura e dependem da nossa capacidade metafórica. Neste quadro, propriedades e semelhanças existem e podem ser experienciadas somente relativamente a um sistema conceitual. Assim, as semelhanças relevantes são experienciais, e não objetivas.

As metáforas são fundamentadas em correlações percebidas na experiência humana e, neste modelo, as correlações são de dois tipos: as co-ocorrências e as semelhanças experienciais. Um exemplo de co-ocorrência experiencial é a metáfora MAIS É PARA CIMA, que se fundamenta na co-ocorrência de duas experiências: adicionar substância e ver o nível da substância crescer. Aqui não há semelhança experiencial. Um exemplo de semelhança experiencial é A VIDA É UM JOGO, porque, quando alguém experiencia ações na vida como um jogo, uma possível consequência é perceber essas ações como vitórias ou derrotas. Aqui, de acordo com Lakoff, a metáfora se estrutura em semelhanças experienciais.

Como vimos, metáforas podem criar realidades, especialmente realidades sociais. Elas podem ser guia para ações futuras. Tais ações irão, claro, se enquadrar à metáfora. Isso irá, segundo Lakoff, reforçar o poder da metáfora em criar experiências coerentes. Neste sentido, ele diz, metáforas podem ser profecias que se auto-realizam, porque elas estabelecem vínculos através dos quais enfocam e fazem coerentes aspectos de nossa experiência. Uma metáfora pode ser a única

forma de focar e organizar coerentemente esses aspectos da experiência. Vejamos um exemplo citado por Lakoff: A MORAL EQUIVALENTE DA GUERRA, que esteve presente durante o conflito do golfo, parece subsidiar nossa compreensão do ditado ‘Olho por olho, dente por dente’.

Essa metáfora gera uma rede de vínculos: há um inimigo; uma ameaça à segurança nacional, que requer metas estabelecidas para revidar o ataque; reorganização de prioridades, estabelecendo uma nova série de comandos, conspirando novas estratégias, ganhando inteligências, dirigindo forças, impondo sanções, exigindo sacrifícios, e assim por diante. Tal metáfora não é meramente um modo de se ver a realidade, mas constitui uma licença para mudanças e ações político-econômicas. A aceitabilidade da metáfora provê sustentação para certas inferências: havia um inimigo externo, estrangeiro e hostil (pintado por cartoonistas com turbantes árabes); a população teria que fazer sacrifícios; se não vencesse a ameaça, não sobreviveria. Enfim, toda uma conduta de ser e agir foi criada pela metáfora. A aceitabilidade dessa metáfora nos leva a ver os seus vínculos como verdadeiros. Tais “verdades”, Lakoff argumenta, só podem ser verdadeiras relativamente à realidade definida pela própria metáfora.

A metáfora cria semelhanças entre dois conceitos de tal sorte que elas passam a ser o pano de fundo segundo o qual agimos e pensamos. Neste sentido, a verdade de uma sentença depende do sistema conceitual no qual ela se insere. Levando em consideração que esse sistema é metafórico por natureza, a verdade vai ser relativa ao sistema metafórico.

8. Metáfora e Literal

Apesar de a maioria dos conceitos serem entendidos indiretamente, ou seja, via metáfora, alguns conceitos são entendidos diretamente, isto é, sem metáfora. Os conceitos espaciais, por exemplo, são entendidos diretamente, sem metáfora. Assim, segundo Lakoff (1987), o conceito ‘para cima’ é entendido não-metaforicamente, porque nossa concepção de ‘para cima’ surge de nossa experiência espacial direta, decorrente do fato de que temos corpos e nos posicionamos de forma ereta. Esta experiência é básica, já que quase todo

movimento que fazemos envolve um programa motor que, ou troca nossa orientação para cima/para baixo, ou a mantém, ou a pressupõe, ou a leva em consideração de alguma maneira. Nossa atividade física no mundo, até quando dormimos, induz uma orientação para cima/para baixo nos nossos programas motores. Há muitas possibilidades de mapearmos a orientação espacial, incluindo coordenadas cartesianas, que não têm nelas mesmas a orientação cima/baixo.

Conceitos espaciais humanos, argumenta o autor, incluem orientações cima/baixo, frente/costas, dentro/fora, perto/longe, etc. Essas orientações são relevantes para o nosso contínuo funcionamento corporal, e isso lhes dá prioridades sobre quaisquer outras possibilidades de estruturar o espaço. Em outras palavras, a estrutura dos conceitos espaciais emerge da nossa experiência espacial constante, de nossa interação com o meio físico. Conceitos que emergem dessa forma são conceitos que vivenciamos de forma direta. São conceitos literais. O conceito para cima, dessa forma, emerge da coleção de funcionamentos motores praticados constantemente, associados com nossa posição ereta relativa ao campo gravitacional no qual vivemos, e não é entendido via metáfora.

Também a nossa experiência emocional é básica, tanto quanto nossa experiência perceptual e espacial. No entanto, argumenta Lakoff, ela é bem menos delineada. A estrutura conceitual delineada para espaço, por exemplo, emerge do funcionamento perceptual-motor, porém nenhum delineamento preciso de estrutura conceitual para as emoções (como felicidade) emerge do nosso funcionamento emocional sozinho. Há, entretanto, correlações sistemáticas entre nossas emoções (como felicidade) e nossas experiências sensório-motoras (como postura ereta), e isso forma a base do conceito de orientação metafórica (como ALEGRIA ESTÁ PARA CIMA). Essa metáfora permite-nos conceituar nossas emoções em termos mais definidos e também relacioná-las a outros conceitos mais gerais associados com bem-estar (por exemplo, saúde, vida, controle, etc).

Da mesma forma, os conceitos de objeto, substância, e recipiente emergem diretamente da nossa experiência, são literais, porque experimentamos a nós mesmos como entidades separadas do resto do mundo, como recipientes com dentro e fora. Esta experiência é então mapeada para outros domínios menos

delineados ou mais abstratos. As metáforas orientacionais e as ontológicas fundamentam-se em correlações sistemáticas com a nossa experiência. A metáfora O CAMPO VISUAL É UM RECIPIENTE, por exemplo, baseia-se na projeção da experiência do recipiente na experiência da visão, de modo que vemos um espaço físico delimitado. Trata-se de uma metáfora ontológica emergente diretamente de nossa experiência no mundo. A metáfora O TEMPO É UM OBJETO EM MOVIMENTO baseia-se na correlação entre um objeto movendo-se para nós e o tempo que leva para chegar a nós. Outra correlação sustenta a metáfora TEMPO É UM RECIPIENTE, como no exemplo:

(76) Ele chega *em* dez minutos.

Eventos e ações são correlacionados com períodos limitados de tempo, e isso faz deles, metaforicamente, como já vimos, objetos recipientes.

Lakoff deixa bem claro que experiências físicas não são mais básicas do que outros tipos de experiência como a emocional, mental, cultural. Todas essas experiências podem ser tão básicas quanto as experiências físicas. A diferença reside no modo como cada experiência é concebida: algumas são concebidas diretamente, outras menos diretamente, via metáforas. Tipicamente conceituamos o menos claramente delineado em termos do mais claramente delineado. Consideremos os exemplos:

(77) Harry está *na* cozinha.

(78) Harry está *no* Elks.

(79) Harry está *em* estado de paixão.

As sentenças acima referem-se a três domínios diferentes de experiência: o espacial, o social e o emocional. Nenhum dos exemplos tem prioridade experiencial sobre o outro: eles representam igualmente tipos básicos de experiência. Mas, com respeito à estruturação conceitual, há uma diferença: o conceito 'em' da primeira sentença emerge diretamente da experiência espacial de um modo claramente delineado, isto é, não é um caso de metáfora, mas de literal. As outras duas sentenças, entretanto, são exemplos de conceitos metafóricos. O

segundo caso é uma instanciação da metáfora GRUPO SOCIAL É UM RECIPIENTE, que dá sentido para compreendermos expressões como ‘entrar num grupo’.

A palavra ‘em’ e o conceito ‘em’, de acordo com o autor, são os mesmos em todos os três exemplos. Não há três conceitos diferentes de ‘em’, ou três palavras homófonas ‘em’. Há um conceito emergente ‘em’, uma palavra que o expressa, e dois conceitos metafóricos que estruturam parcialmente grupos sociais e estados emocionais.

Existem, portanto, conceitos emergentes diretamente (como para cima/para baixo, dentro/fora, objeto/substância, etc.), que são literais, e conceitos metafóricos também baseados em nossa experiência (como O CAMPO VISUAL É UM RECIPIENTE, UMA ATIVIDADE É UM RECIPIENTE, etc.). Entretanto, Lakoff argumenta que os limites entre esses dois domínios não são assim tão claros. Um conceito tão básico como causa não é puramente emergente nem puramente metafórico, mas parece possuir um cerne emergente diretamente, que é elaborado metaforicamente.

9. A noção de Gestalt

O conceito de causa, segundo esta proposta, é básico, porque permite organizarmos nossas realidades físicas e culturais. Mas, diferentemente da abordagem clássica, tal sugestão não implica que este seja um conceito primitivo, não-decomponível.

O conceito de causa é melhor compreendido como uma “Gestalt experiencial”. Neste sentido, ele é um feixe de componentes que formam uma Gestalt, um todo que, segundo Lakoff, é mais básico que as partes. Gestalt é entendida, na teoria, como o complexo de propriedades cuja ocorrência em conjunto é mais básica para a nossa experiência do que suas ocorrências separadas. Através de sua recorrência constante nas funções do dia-a-dia, a categoria de causa emerge com esse complexo de propriedades, caracterizando causas prototípicas. Existem vários tipos de causas, mais ou menos prototípicas, que mantêm entre si semelhanças de “família”.

O ponto crucial para Lakoff é que conceitos básicos como o de causa não são primitivos no sentido da teoria dos “blocos de construção”; eles são analisáveis, definidos em termos de protótipo, e caracterizados por um complexo recorrente de propriedades. Eles são, Lakoff conclui, holísticos. As propriedades que, por exemplo, compõem o protótipo de causa (controle, programa motor, etc.) são provavelmente também prototípicas e passíveis de análise. Isso nos permite ter conceitos que são ao mesmo tempo básicos, holísticos e indefinidamente analisáveis.

O conceito de causa baseia-se no protótipo de manipulação direta, que emerge diretamente de nossa experiência. Este núcleo é expandido metaforicamente, ampliando o conceito de causa, que passa a abranger causas não diretas. Por exemplo, fazer um avião de papel, fazer uma bola de neve, fazer um castelo de areia. Nestes casos, a metáfora é O OBJETO SAI DA SUBSTÂNCIA. A mudança de um estado para outro é também caracterizada em termos desta mesma metáfora e aparece em expressões como

(80) *Você pode fazer gelo da água congelada.*

O conceito de fazer é, então, parcialmente metafórico. ‘Fazer’ exemplifica um conceito emergente diretamente, mais especificamente, via manipulação direta, que é mais tarde ampliado pela metáfora O OBJETO SAI DA SUBSTÂNCIA.

Há, segundo Lakoff, três razões que explicam porque um conceito básico como causa não pode ser um primitivo não-analisável: em primeiro lugar, ele se caracteriza em termos de semelhança de família com o protótipo de manipulação direta; em segundo lugar, o próprio protótipo de manipulação direta é uma Gestalt indefinidamente analisável em propriedades naturais que ocorrem simultaneamente; finalmente, o cerne do protótipo é elaborado metaforicamente de várias maneiras.

Vejamos um outro exemplo. A estrutura de conversa é formada por um complexo de propriedades, por uma Gestalt experiencial, mas quando se torna um

argumento, assume aspectos da estrutura de guerra, levando o falante a agir em conformidade com esta metáfora. Suas percepções e ações correspondem em parte às percepções e ações de alguém engajado numa guerra. O que dá coerência à metáfora, o que torna a conversa um argumento, é que há correspondências entre os elementos que constituem cada uma dessas experiências. A estrutura de uma conversa, definida em termos de Gestalt, possui as seguintes dimensões: os participantes, que exercem os papéis de falantes/ouvintes; as partes que consistem de uma certa atividade natural, especificamente, a fala; os estágios que compõem esta atividade - um começo, uma parte central e um fim; uma seqüência linear das falas/turnos dos participantes, ordenada temporalmente; uma causa, pois espera-se que o fim de um turno de uma fala resulte no começo de um próximo turno; um propósito - embora conversas possam servir para inúmeros propósitos, elas compartilham o propósito de manter uma interação social de uma maneira cooperativa racional.

O que é transferido do domínio da guerra para o domínio da conversa pode ser visto em termos destas mesmas seis dimensões: os participantes representam o papel de adversários; as partes referem-se aos elementos da batalha - planejamento estratégico, ataque, defesa, recuo, contra-ataque, trégua, rendição/vitória; os estágios referem-se às etapas da batalha - começo (um adversário ataca), meio (combinação de defesa, recuo, contra-ataque), fim (trégua, empate, rendição ou vitória), a seqüência linear são os acontecimentos ordenados - recuo depois de ataque, defesa depois de ataque, contra-ataque depois de ataque; a causa é o ataque que provoca defesa, contra-ataque ou, recuo; finalmente, o propósito é a vitória.

Entender uma conversa como sendo um argumento envolve ser capaz de mapear parcialmente a estrutura multidimensional do domínio de guerra sobre a correspondente estrutura de conversa. Tais estruturas multidimensionais caracterizam “Gestalts experienciais”, que são modos de organizar experiências em estruturas como um todo. Na metáfora O ARGUMENTO É GUERRA, a Gestalt para conversa é estruturada sobretudo por meio de correspondência com elementos selecionados da Gestalt de guerra. Assim, uma atividade, falar, é entendida em termos de outra, luta física. Esta estruturação de nossa experiência em termos de

Gestalts multidimensionais a torna coerente. Assim, Gestalts experienciais são definidas como “todos multidimensionais estruturais”. Suas dimensões são definidas em termos de conceitos diretamente emergentes; as várias dimensões de uma Gestalt emergem naturalmente da nossa experiência.

Uma Gestalt constitui-se basicamente de participantes, partes, estágios, seqüência linear e propósito. A primeira dimensão brota da própria pessoa como um ator distinto das ações que ela desempenha. A dimensão das partes é experimentada diretamente já que temos partes (braços, pernas, etc) que podemos controlar independentemente. Igualmente, experienciamos objetos físicos em termos de partes que eles naturalmente possuem, ou que impomos a eles, em virtude da nossa percepção, ou interação com eles, ou de nosso uso deles. Similarmente, nós impomos metafóricamente uma estrutura de parte/todo a eventos e atividades. A dimensão do estágio emerge do esquema imagético do deslocamento que estabelece onde estamos e em qual posição nos encontramos: (condições iniciais), nosso início de deslocamento (começo), o próprio deslocamento (meio) e nossa parada (fim), o que nos deixa no estágio final. A seqüência linear também se explica por esquemas motores simples. A dimensão do propósito está presente desde o nascimento (e até antes), pois temos necessidades e desejos, e compreendemos muito cedo que podemos executar certas ações (chorar, mover-nos, manipular objetos) para satisfazê-los.

Essas são algumas das dimensões básicas que Lakoff sugere que fazem parte de nossa experiência direta. Segundo ele, nós classificamos nossas experiências nesses termos, e vemos coerência em diversas experiências quando podemos categorizá-las em termos desta Gestalt básica. Aquelas experiências básicas que são produtos da própria natureza humana podem ser universais; outras podem variar de cultura para cultura. Algumas experiências são parcialmente metafóricas. De qualquer modo, nosso sistema conceitual é fundamentado em nossa experiência de mundo. Não só os conceitos diretamente emergentes (como para cima/para baixo; objeto/ manipulação direta), mas também conceitos metafóricos (como FELICIDADE É PARA CIMA/EVENTOS SÃO OBJETOS/ ARGUMENTO É GUERRA).

10. Motivado versus arbitrário

Do que dissemos não é difícil concluir que o nosso sistema conceitual, e conseqüentemente a linguagem, são motivados. Um exemplo interessante de motivação aparece na maneira como conceituamos formas lingüísticas em termos espaciais. Segundo Lakoff, mostramos, desta maneira, que há ligações diretas entre forma e conteúdo, que são decorrentes de metáforas mais gerais que estruturam nosso sistema conceitual. Tais ligações tornam a relação entre forma e conteúdo não-arbitrária. Assim, certos significados de sentenças encaixam-se exatamente às formas destas sentenças. É por isto, Lakoff afirma, que paráfrases exatas são normalmente impossíveis: elas são expressas de formas diferentes. Formas diferentes correspondem a diferentes espacializações, que, via metáforas, produzem conteúdos distintos.

A metáfora do canal³⁹ (conduit metaphor), por exemplo, define uma relação espacial entre forma e conteúdo: expressões lingüísticas são recipientes, e seus significados são o conteúdo desses recipientes. Quando vemos recipientes reais que são pequenos, esperamos que seu conteúdo seja pequeno. Quando vemos recipientes reais que são grandes, esperamos que seu conteúdo seja grande. Aplicando isso para a metáfora do canal, Lakoff diz que temos a expectativa MAIS NA FORMA É MAIS NO CONTEÚDO. Um exemplo de MAIS NA FORMA É MAIS NO CONTEÚDO é a repetição

(81) Ele *correu e correu e correu e correu*,

que indica que alguém correu mais que simplesmente

(82) Ele correu.

Similarmente,

(83) Ele é *muito, muito, muito* alto,

³⁹ A metáfora do canal aparece pela primeira vez em Reddy (1979).

indica que ele é mais alto que

(84) Ele é muito alto.

Prolongação da extensão de uma vogal pode ter o mesmo efeito:

(85) Ele é gr-a-a-a-a-nde!,

indica que ele é maior do que quando você somente fala

(86) Ele é grande.

De acordo com o autor, todos os casos de reduplicação em qualquer língua são exemplos onde MAIS NA FORMA REPRESENTA MAIS NO CONTEÚDO. Um exemplo mais sutil de como metáforas dão significado à forma, ocorre no inglês, mas Lakoff acredita que possivelmente em outras línguas também. O inglês tem a metáfora convencional PROXIMIDADE É PODER/ INTENSIDADE DE EFEITO. Assim, a sentença (87) significa (87’):

(87) Quem é o homem *mais próximo* de Khomeini?

(87’) Quem é o homem que possui mais influência sobre Khomeini?

Aqui, segundo Lakoff, a metáfora possui um efeito puramente semântico. Ela está associada ao significado da palavra ‘próximo’. Entretanto, a metáfora também pode aplicar-se à forma sintática de uma sentença. Uma das coisas que a sintaxe de uma sentença indica é quão próximo duas expressões estão uma da outra. Proximidade é uma questão de forma. A metáfora acima aplica-se à relação entre forma e significado da seguinte maneira: SE O SIGNIFICADO DA FORMA A AFETAR O SIGNIFICADO DA FORMA B, ENTÃO QUANTO MAIS PRÓXIMO A FORMA A ESTIVER DA FORMA B, MAIS FORTE SERÁ O EFEITO DE SIGNIFICADO DE A SOBRE O SIGNIFICADO DE B. Como exemplo desta metáfora, Lakoff mostra a sentença negativa abaixo, em que o ‘não’ nega diretamente o predicado ‘partir’:

(88) João **não partirá** até amanhã.

Na sentença,

(89) Maria **não** acha que ele **partirá** até amanhã,

O ‘não’, segundo Lakoff (1980:129), também nega o verbo ‘partir’ antes que o verbo ‘achar’. Essa sentença tem grosseiramente o mesmo significado que:

(90) Maria acha que ele **não partirá** amanhã.

A diferença é que, na sentença (90), porque a negação está mais próxima do verbo ‘partir’, sua força é maior. Na sentença (89), em que a negação está mais longe, a força negativa é mais fraca.

Karl Zimmer (apud. Lakoff & Johnson, 1980), confirmando esta idéia, observou que o mesmo princípio governa diferenças como

(91) Harry **não** está **feliz**.

(92) Harry está **infeliz**.

O prefixo negativo ‘in’ está mais próximo do adjetivo ‘feliz’ que a palavra separada ‘não’. ‘Infeliz’ significa triste, enquanto que ‘não feliz’ está aberto para a interpretação de estar neutro, nem alegre nem triste, mais no meio. Lakoff cita outros exemplos:

(93) **Eu** achei que a **cadeira** era **confortável**.

(94) **Eu** achei a **cadeira** **confortável**.

A segunda sentença indica que eu achei que a cadeira era confortável por experiência direta, ao sentar-me nela. A primeira sentença deixa aberta a possibilidade de que minha avaliação é indireta, perguntando às pessoas ou fazendo uma enquete. Na segunda sentença, a forma ‘eu’ está mais próxima das formas ‘cadeira’ e ‘confortável’. A sintaxe da sentença indica a experiência direta com a cadeira através da qual eu achei que ela era confortável. O autor conclui

que quanto mais próximo está a forma ‘eu’ das formas ‘cadeira’ e ‘confortável’, a experiência indicada é mais direta. Aqui o efeito da sintaxe é indicar a experiência direta, e PROXIMIDADE INDICA A FORÇA/ INTENSIDADE DO EFEITO. Lakoff cita um outro exemplo:

(95) Sam **matou** Harry.

(96) Sam **causou a morte** de Harry.

O efeito que a sintaxe tem nessas sentenças também é indicar quão direta é a ligação causal entre o que Sam fez e o que aconteceu a Harry. O princípio em função é esse: QUANTO MAIS PRÓXIMO ESTÁ A FORMA INDICANDO CAUSA DA FORMA INDICANDO EFEITO, MAIS FORTE É O ELO CAUSAL. De acordo com o autor, em (95) há uma forma única – a palavra ‘matar’- para indicar a causa e o efeito (morte). As formas para esses significados estão tão próximas quanto podem estar: trata-se de num único evento. Em (96) há duas palavras separadas- ‘causou’ e ‘morte’- indicando causa e efeito, indicando que a ligação entre a causa e o efeito não é tão forte quanto poderia ser - a causa e o efeito não fazem parte de um único evento ou do mesmo evento. Em

(97) Sam fez com que Harry morresse,

há duas cláusulas separadas: “Sam fez” e “com que Harry morresse”, o que indica um elo ainda mais fraco.

Em todos esses casos, afirma Lakoff, uma diferença na forma indica uma sutil diferença no significado, que é resultado da metáfora PROXIMIDADE É PODER OU INTENSIDADE DE EFEITO, onde proximidade aplica-se a elementos da sintaxe de uma sentença, enquanto que poder aplica-se ao significado da sentença.

O autor também analisa a metáfora convencional UM INSTRUMENTO É UMA COMPANHIA, refletida nos seguintes exemplos:

(98) Eu e *meu velho chevy* temos visto um monte de paisagens juntos.

(99) Slezoo, o mágico, e *sua harmônica mágica* estarão hoje à noite no Rialto.

Essa metáfora, segundo ele, é motivada por nossa experiência de mundo, pois, desde criança até adulto, tratamos objetos - bonecas, carros, etc. - como pessoas. Ela também explica o fato de que a preposição 'com' indica instrumento e companhia :

(100) Eu cortei o salame *com* a faca. (instrumento).

(101) Eu fui ao cinema *com* Sally. (companhia).

Lakoff concebe esses fenômenos como não arbitrários, porque nosso sistema conceitual é estruturado pela metáfora UM INSTRUMENTO É UMA COMPANHIA. É sistemático, não acidental, o fato de que, no inglês (e também em português), a mesma palavra indica companhia e instrumento.

Similarmente, o uso de palavras espaciais como 'em' e 'a' para expressões de tempo (como 'em uma hora', 'às dez horas'), faz sentido dado que tempo é metaforicamente conceituado em termos de espaço. Para Lakoff, o uso das mesmas palavras e dispositivos gramaticais para conceitos com correspondência metafóricas sistemáticas (como tempo e espaço) é um exemplo de que as correspondências entre forma e significado numa língua são motivadas, antes que arbitrárias.

São estes alguns dos motivos que levam o autor à conclusão de que a paráfrase é impossível; duas sentenças (formas) diferentes não podem significar o mesmo, pois qualquer mudança na forma - uma troca na ordem de palavras, vocabulário, entonação, ou construção gramatical - se reflete no significado, mesmo que de forma sutil. Esse fato ocorre em virtude de conceituarmos sentenças metaforicamente em termos espaciais, com elementos da forma lingüística produzindo propriedades espaciais (como força/intensidade) e relações (como proximidade). Portanto, as metáforas espaciais inerentes ao nosso sistema conceitual (como PROXIMIDADE É FORÇA OU INTENSIDADE DE EFEITO) automaticamente estruturam relações entre forma e conteúdo. Pode ser que alguns aspectos do significado sejam convenções relativamente arbitrárias, mas vários

significados surgem em virtude do nosso esforço natural de tornarmos o que falamos coerente com o nosso sistema conceitual.

Estes exemplos mostram que as metáforas exercem um importante papel em caracterizar regularidades das formas lingüísticas. Muito do que percebemos como regularidades naturais são coerentes com metáforas no nosso sistema conceitual. Outro exemplo analisado por Lakoff é o fato de que perguntas tipicamente terminam com “entonação ascendente”, enquanto que afirmações tipicamente terminam em “entonação descendente”. Este comportamento é coerente com a metáfora orientacional DESCONHECIMENTO É PARA CIMA; CONHECIMENTO É PARA BAIXO. Esta metáfora subsidia as seguintes expressões:

(102) Isto ainda está *pairando no ar*.

(103) Eu gostaria de *levantar* algumas perguntas.

(104) Vamos *levantar* isso para discussão.

Exemplos como esses explicam que regularidades da forma lingüística não podem ser explicadas somente em termos formais. Muitas delas, segundo o autor, fazem sentido somente quando são vistas em termos da aplicação de metáforas que conceituam espacialmente as formas lingüísticas. Em outras palavras, a sintaxe não é independente de significados, principalmente de seus aspectos metafóricos. A “lógica” da linguagem é baseada na coerência entre a forma espacializada da linguagem e o sistema conceitual, especialmente os seus aspectos metafóricos.

11. Linguagem e Pensamento

Como vimos, Lakoff (1987), mas também Lakoff & Johnson (2000), defende que há uma relação estreita entre a linguagem que utilizamos no nosso dia-a-dia e nosso sistema conceitual, que constitui nossa visão de mundo. Assim, segundo esta proposta, alguém que profere uma sentença como

(105) O raio caiu na árvore,

deveria pensar e agir de acordo com ela, ou seja, conceituar o fenômeno físico da queda do raio como se ele de fato caísse. Nós, no entanto, perguntamo-nos se, de fato, quem profere tal sentença não tem o conhecimento de mundo de que raios não caem, isto é, não conhece o fenômeno físico em detalhe? Será que não diferenciamos conhecimento de mundo de conhecimento lingüístico (conhecimento semântico)?⁴⁰ O fato de utilizar a sentença (105) significa automaticamente que a pessoa acredita que a explicação física é a de que raios caem? A mesma pergunta reaparece com relação à sentença

(106) O sol está se pondo !

Será que todos os que proferem esta sentença acreditam que é o sol que se põe e não sabem que, de fato, é a terra que gira em torno dele? Parece, pois, e Lakoff sabe disso⁴¹, que a relação entre pensamento e linguagem não é tão direta quanto a lingüística cognitiva faz supor. É claro que o conhecimento de mundo vai influenciar no conhecimento lingüístico. Assim, quando digo,

(107) Aquele homem é uma anta,

a sentença é vista como metafórica porque o desvio semântico cometido por mim pode estar pautado no conhecimento de mundo que tenho de que animais racionais, diferem dos outros, justamente, por causa da razão. Assim, homem não pode ser uma anta. Mas será que a relação é sempre tão direta, será que as palavras sempre expressam o que eu de fato penso, acredito e como eu ajo em relação àquilo que falo? Será que há sempre motivação? Afinal, por que usamos anta e não outro bicho qualquer? Por exemplo, sempre que utilizamos a expressão

(108) Fiquei com tanta raiva que me deu vontade de matá-lo,

⁴⁰ Basta imaginar um engenheiro que constrói pára-raios, e portanto conhece a teoria física sobre raios, e utiliza a sentença (105).

⁴¹ Confira em Lakoff e Johnson (2000).

significa que de fato queremos matar alguém? Seria, pois, preciso que os autores da lingüística cognitiva dessem mais atenção para as relações entre linguagem e pensamento.

12. Conclusão

Como vimos, o centro da teoria cognitiva da metáfora consiste na hipótese de que metáfora é um procedimento cognitivo que mapeia aspectos de um domínio em outro conceito. Diferentemente do que preconizava a concepção clássica, a verdade repousa sobre o entendimento, que é metafórico. Por isto, ela é relativa; não há nenhum ponto de vista absoluto a partir do qual obtêm-se verdades objetivas absolutas sobre o mundo. Isso não significa dizer que não há verdades⁴², significa apenas que a verdade é relativa ao sistema conceitual e às metáforas que o estruturam, decorrentes de nossas experiências, e que somos constantemente testados por elas e por aqueles outros elementos de nossa cultura, em nossa interação diária com outras pessoas e com nosso meio físico e cultural. As sentenças não possuem, portanto, significados dados inerente e objetivamente, e a comunicação não pode ser uma simples questão de transmissão desses significados.

Objetos, eventos, entidades, etc. somente têm existência relativamente a nossas interações com eles e a nossas projeções sobre eles. Neste modelo, as propriedades são interacionais, ao invés de inerentes, e as categorias se definem por Gestalts experienciais, através de protótipos, e não como rigidamente fixas e definidas. É neste sentido que não há uma objetividade absoluta, embora haja uma objetividade relativa ao sistema conceitual de uma cultura, uma objetividade experiencial. Um exemplo citado por Lakoff (1987) refere-se ao fato de que a cultura hegemônica define o padrão de beleza ou honestidade relativamente a seus valores. Estes valores modificam-se ao longo do tempo e são freqüentemente sujeitos a críticas por outros segmentos. O entendimento e, por conseguinte, a verdade são relativos aos nossos sistemas conceituais culturais e não podem ser construídos em nenhum sistema conceitual neutro ou absoluto.

⁴² Confira em Lakoff (1987), e Lakoff e Johnson (2000).

Se olharmos metáforas estruturais da forma A é B (por exemplo, AMOR É UMA JORNADA, A MENTE É UMA MÁQUINA, IDÉIAS SÃO COMIDAS, UM ARGUMENTO É UMA CONSTRUÇÃO), podemos verificar que B (o conceito definidor) é mais claramente delineado em nossa experiência e tipicamente mais concreto que A (o conceito definido). Além do mais, sempre há algo mais no conceito definidor (jornada, máquina, comidas, construção) que não é carregado no conceito definido (amor, mente, idéias, argumento). Tomemos em consideração, por exemplo, a metáfora IDÉIAS SÃO COMIDAS. Segundo o autor, nós podemos ter fatos crus, e idéias meio torradas, mas não há idéias fritas, grelhadas, ou escaldadas. Na metáfora ARGUMENTO É UMA CONSTRUÇÃO somente a fundamentação e o revestimento externo fazem parte da metáfora, não a parte interna dos quartos, corredores, teto, etc. Lakoff explica essa assimetria da seguinte forma: os conceitos menos delineados (menos concretos, como amor, mente, idéias, argumento) são parcialmente entendidos em termos dos conceitos mais claramente delineados (mais concretos, como jornada, máquina, comidas, construção) que estão diretamente fundados em nossa experiência. Estas correspondências não existem no mundo, são engendradas pela própria metáfora.

A metáfora une, então, razão e imaginação, porque consiste num procedimento racional de categorização, que envolve vínculos e inferências, e ao mesmo tempo imaginativo, porque entende um tipo de coisa em termos de outro tipo de coisa. Metáfora é, assim, racionalidade imaginativa, cuja base são as experiências corpóreas. Por isto, o significado nunca será descorpóreo ou objetivo.

Em resumo, segundo Lakoff, a metáfora

- a) não é uma simples questão de linguagem, mas constitui nosso sistema conceitual,
- b) é o mecanismo mais básico que temos para compreendermos experiências menos delineadas e menos concretas,
- c) pode criar significados novos e similaridades, e assim definir uma nova realidade,

- d) é unidirecional, ou seja, o mapa ocorre sempre do domínio fonte para o domínio alvo,
- e) é mais uma questão de projeção, ao invés de descoberta de semelhanças,
- f) nela, por causa do Princípio de Invariância, não é permitido uma projeção indiscriminada do domínio fonte para o domínio alvo, ou seja, algumas das características do domínio alvo projetadas pelo domínio fonte são restringidas pela natureza estrutural do próprio domínio alvo,
- g) não é arbitrária, mas oriunda da interação do ser humano com o seu corpo e o meio ambiente,
- h) as metáforas que definem um mesmo conceito são, entretanto, inconsistentes, porque cada metáfora apresenta um aspecto do conceito e esconde outros, o que impossibilita formarmos uma imagem única.

Se operássemos apenas em termos de séries consistentes de metáforas, muitos aspectos da realidade permaneceriam escondidos. Nosso funcionamento com sucesso requer constante troca de metáforas. Desta maneira, o nosso sistema conceitual

- a) é amplamente metafórico,
- b) é a base do nosso entendimento.

A verdade é sempre relativa ao entendimento, ao sistema conceitual, que não é universal. Portanto, não existe verdade absoluta. Como vimos, objetividade é também relativa a um sistema conceitual e, portanto, a valores culturais. Toda verdade pode esconder, tanto quanto focar, certos aspectos da realidade.

Se não há propriedades inerentes, se elas são sempre interacionais, o significado é também sempre um significar para alguém. Esta abordagem, por focar a constante interação do homem com o meio físico e com as outras pessoas, leva à perspectiva do homem como parte de seu meio, não separado dele. Esta interação envolve mudanças mútuas, porque o ser humano não pode funcionar no meio sem mudá-lo ou ser mudado por ele. O entendimento, assim, emerge da interação, de uma constante negociação com o meio e com outras pessoas. A natureza de nossos corpos e de nosso meio físico e cultural impõem

estruturas em nossas experiências, em termos de dimensões naturais. Experiências recorrentes nos levam à formação de categorias e esquemas imagéticos, Gestalts experienciais naturais. Entendemos nossas experiências diretamente quando as vemos como estruturas coerentes em termos das Gestalts que emergem diretamente da interação com e em nosso meio. Entendemos experiências metaforicamente quando usamos a Gestalt de um domínio de experiência para estruturar a experiência de um outro domínio. Como a metáfora forma nossa realidade, nosso pensamento e nosso agir, ela tem uma força ideológica muito forte, o que a torna, inclusive, muito perigosa, porque a vivenciamos sem consciência dela. Podemos ser, assim, manipulados por ela.

Uma Aplicação da Teoria Cognitiva ao Português Brasileiro

Nesta seção iremos trabalhar com a análise de sentenças sobre argumentação, no português brasileiro, de acordo com a abordagem cognitiva da metáfora. Procuraremos mostrar, através da análise do modo como as diferentes metáforas do conceito argumentar se organizam e formam um sistema, que elas estruturam uma coerência parcial. Nessa discussão utilizaremos o conceito de metáforas primárias - metáforas geradas de correlações entre dimensões distintas de experiências corpóreas básicas, independentes de influências culturais – aproximando-nos do conceito em Grady (1999).

A maneira usual de falarmos sobre argumentos pressupõe metáforas das quais nós dificilmente temos consciência. Começemos com as seguintes sentenças:

- (109) Sua argumentação não se *sustenta*.
- (110) A *base* de sua teoria não se *sustenta*.
- (111) A *base* de sua teoria está furada.
- (112) Sua teoria não tem *fundação/fundamento*.

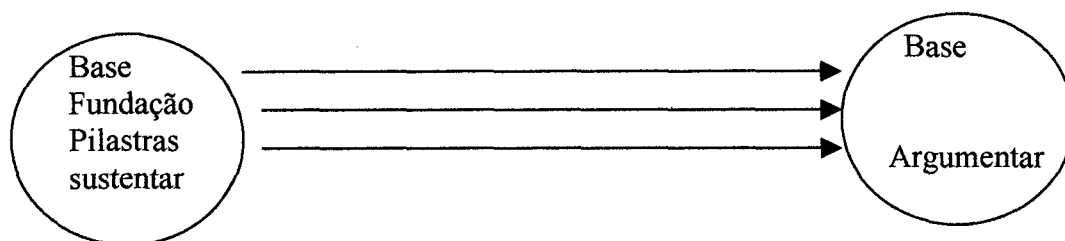
Se atentarmos para as palavras em itálico, veremos que, nesses exemplos, utilizamos o domínio de edifício para entendermos argumentação. Assim, a metáfora que dá significado a estas sentenças é ARGUMENTO É UM EDIFÍCIO. A

principal característica da metáfora é que ela preserva inferências. Assim, se a construção de um edifício necessita de uma sólida base e uma firme sustentação para que não caia, uma argumentação, para ser bem sucedida, também necessita de uma base sólida e uma sustentação firme. A metáfora é, pois, o mapa do domínio fonte, edifício, que é mais delineado e concreto, sobre o domínio alvo, argumentação, menos delineado e menos concreto. Ele é possível por serem domínios de naturezas diferentes. A linguagem reflete o mapa conceitual que se estabelece entre esses domínios. A metáfora está no nível da cognição e não no nível de linguagem.

O diagrama a seguir representa graficamente a projeção do domínio fonte sobre o domínio alvo na metáfora de argumentação:

Domínio fonte: edifício

Domínio alvo: argumentação



O gráfico acima é explicado por Lakoff & Johnson (1980) no texto a seguir:

Porque os conceitos são estruturados metaforicamente de uma forma sistemática – por exemplo, ‘Teoria é uma construção’- é possível usar expressões (construção, fundação) de um domínio (construção) para falar sobre conceitos correspondentes no domínio metaforicamente definido (teoria). O que ‘fundação’, por exemplo, significa no domínio metaforicamente definido (teoria) vai depender dos detalhes de como o conceito metafórico ARGUMENTO É UMA CONSTRUÇÃO é usado para estruturar o conceito teoria. (Lakoff & Johnson, 1980:52).⁴³

Vejamos, agora, os exemplos abaixo:

(113) Seu argumento está *furado*.

⁴³ Tradução nossa: Because concepts are metaphorically structured in a systematic way, e.g., THEORIES ARE BUILDING, it is possible for us to use expressions (construct, foundation) from one domain (BUILDING) to talk about corresponding concepts in the metaphorically defined domain (THEORIES). What foundation, for example, means in the metaphorically defined domain (THEORY)

- (114) Seus argumentos são *frouxos*.
- (115) A argumentação não está bem *amarrada*.
- (116) A *trama* de argumentos.
- (117) *Perdeu o fio* do argumento.
- (118) A base de sua teoria está *furada*.

Estes casos são subsidiados pela metáfora ARGUMENTO É UM TECIDO. De acordo com ela, um argumento tem que ser bem amarrado (estruturado, segundo a metáfora do edifício), bem consistente - para que não deixe vaziar nada. Argumento e tecido são tipos diferentes de coisas e as ações vivenciadas são diferentes. O argumento, porém, é parcialmente estruturado, entendido, atuado e discutido em termos de tecido. Assim, o conceito, a ação e, conseqüentemente, a linguagem são metaforicamente estruturados. As sentenças acima demonstram que muito do que fazemos ao argüir, e do que pensamos sobre isto, é parcialmente estruturado pelo conceito de tecer. Este conceito metafórico é, tanto quanto o anterior, sistemático e coerente, ou seja, não se apresenta de forma isolada, mas recorre em expressões que utilizamos em nosso dia-a-dia. É essa sistematicidade que nos permite compreender um aspecto de um conceito em termos de outro. Como dissemos, este procedimento apresenta certos aspectos e esconde outros.

Vale notar que, na sentença (118) acima, estão presentes simultaneamente as duas metáforas: ARGUMENTO É EDIFÍCIO e ARGUMENTO É TECIDO. Isto não é um problema para a teoria cognitiva da metáfora. Ao contrário, mostra que as metáforas formam um sistema coerente. O conceito de mapas primitivos, que veremos mais detalhadamente na próxima seção, explica a presença dessas duas metáforas.

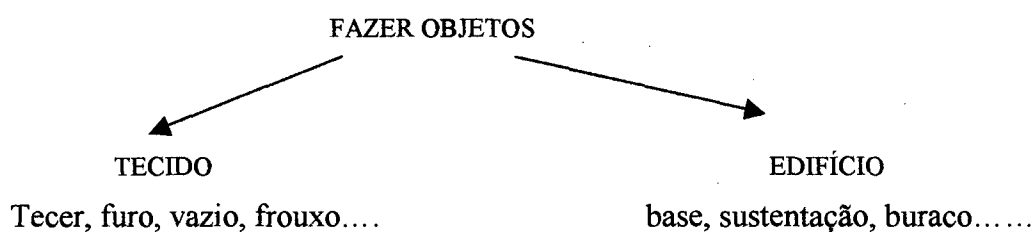
Vejamos mais um bloco de sentenças:

- (119) José *destruiu* a tese de João.
- (120) João não conseguiu *defender* sua tese.
- (121) É fácil *atacar* esta hipótese.
- (122) Ele *detonou* os meus argumentos.

will depend on the details of how the metaphorical concept theories are building is used to

Nestes exemplos, percebe-se a metáfora ARGUMENTO É GUERRA. Argumento e guerra são diferentes tipos de atividades, por isto é possível estruturar parcialmente argumento em termos de guerra. Apesar de não haver no argumento nenhuma batalha física, há uma batalha verbal, e a estrutura de um argumento-que envolve ataque, defesa, contra-ataque - reflete isso. É neste sentido que ARGUMENTO É GUERRA é também uma metáfora na qual vivemos, e que estrutura a ação que nós realizamos ao argüir.

Essas três metáforas, por não se apresentarem de maneira isolada, formam, segundo a semântica cognitiva, um sistema coerente. Elas estruturam diferentes aspectos de um conceito único, o conceito de argumento. Vejamos em que consiste esta coerência. A metáfora ARGUMENTO É TECIDO, por exemplo, é coerente com a metáfora ARGUMENTO É EDIFÍCIO, porque é possível mostrar que estes mapas se organizam em uma estrutura hierárquica. Segundo a hipótese da preservação de inferências, os mapas mais abaixo na hierarquia herdam estruturas de inferência de mapas situados mais acima no sistema hierárquico. Essas duas metáforas compartilham a metáfora ARGÜIR É FAZER OBJETOS, como representamos graficamente abaixo:



A metáfora primitiva seria, então, ARGÜIR É FAZER OBJETOS, um hipônimo das outras duas metáforas. Em ambos os casos, faz-se um objeto, embora com materiais diferentes. Há vários modos de se fazer um objeto: constrói-se um edifício, tece-se um pano, etc. Não existe uma imagem única, consistente, em que a metáfora da construção se encaixe. O que faz as duas versões metafóricas coerentes é que ambas são metáforas de construção, embora especifiquem

diferentes materiais. Por isso, no exemplo (118), temos uma expressão que vale tanto para a metáfora de construção como para a metáfora de tecido.

Vejamos mais alguns exemplos, antes de retornarmos à questão da coerência:

(123) Este texto não *chega a lugar nenhum*.

(124) A tese *chegou ao fim*.

(125) A tese *tomou um outro rumo*.

(126) Ele está no *caminho certo*.

Nestes exemplos, percebe-se a metáfora ARGUMENTO É UMA JORNADA.

Vejamos mais um outro bloco de sentenças sobre argumentação:

(127) O texto é *vazio*.

(128) O texto é *profundo*.

(129) O texto é *superficial*.

(130) Sua tese *transborda* sabedoria.

Nestes exemplos, percebe-se a metáfora ARGUMENTO É UM RECIPIENTE, em que o conceito de argumentar é entendido parcialmente em termos de um recipiente. Está em jogo aqui também a idéia já apresentada na seção anterior de que o conteúdo de um recipiente corresponde ao conteúdo do argumento. Assim como um recipiente pode estar vazio, transbordar, etc., um argumento também pode ser vazio (sem conteúdo), superficial, etc. Também presente está a metáfora de que o que está na superfície não é o mais importante. É preciso ir ao cerne, ao centro, ao mais profundo. Há, pois, vínculos com a metáfora ENTENDER É VER e também com a metáfora CONHECIMENTO É ALGO ESCONDIDO. Vejamos ainda um outro bloco sobre argumentação:

(131) Seu argumento está *capenga*.

(132) Seu argumento não *pára em pé*.

(133) Seu argumento é *bom*.

(134) Seu argumento é *ruim*.

Nestes exemplos, a metáfora que subjaz é ARGUMENTO É UM ESTADO FÍSICO ERETO, que se vincula à metáfora orientacional BOM É PARA CIMA. Como vimos, o significado é motivado. O significado de ‘estar bem’ tem relação direta com o estado físico ereto. Afinal, se estamos fisicamente na posição ereta, com saúde, falamos que estamos bem, para cima; se estamos caídos ou sem saúde, falamos que estamos mal, para baixo. Desta maneira, transpomos o domínio físico de estar bem ou mal para o domínio de argumentação, através da metáfora ARGUMENTO É UM ESTADO FÍSICO ERETO.

Vejamos mais um bloco de sentenças:

(135) Eu vou *descobrir* a resposta do problema.

(136) Paulo não *decifrou* o problema.

(137) Sua argumentação *desvendou* o enigma.

(138) A tese apresenta *trechos obscuros*.

Nestas sentenças, observa-se a metáfora ARGUMENTO É DESVENDAR UM MISTÉRIO, que se vincula a duas outras metáforas já mencionadas: ENTENDER É VER e CONHECER É ALGO ESCONDIDO.

Vejamos ainda outro bloco de sentenças:

(139) Esta tese não *vale nada*.

(140) Esta tese me *custou* cinco anos de trabalho.

(141) *Esgotou* seus argumentos.

(142) Não tenho *mais* argumentos.

Nestes exemplos, argumento é visto como um recurso limitado, mais especificamente, a metáfora subjacente é ARGUMENTO É DINHEIRO. Observemos mais a série seguinte de sentenças:

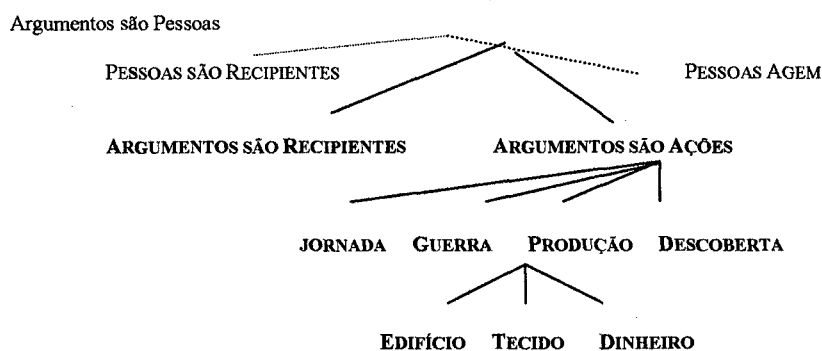
(143) Sua tese *renasceu*.

(144) Ele *matou* sue tese.

(145) Sua tese não tem *fôlego*.

A metáfora que subjaz é ARGUMENTOS SÃO PESSOAS.

Segundo a hipótese cognitiva, essas metáforas não podem ser isoladas, mas devem formar entre si uma rede sistemática e coerente. Nossa tarefa é investigar se estas diferentes metáforas efetivamente se integram de uma maneira coerente. O trabalho proposto, então, é encontrar coerências subjacentes que organizam os mapas em uma estrutura hierárquica. Segundo a hipótese da preservação de inferências (Lakoff, 1987), os mapas mais abaixo na hierarquia herdam estruturas de inferência de mapas situados mais acima no sistema hierárquico (mas não vice-versa). Apresentamos esta estrutura no gráfico abaixo:



A metáfora primária, localizada no topo do gráfico, seria, então, ARGUMENTOS SÃO PESSOAS. Esta seria uma metáfora ontológica básica, porque entendemos algo abstrato a partir de nosso próprio corpo, do fato de que somos entidades. Se um argumento é como uma pessoa, não apenas ele é uma entidade, ele é uma entidade com vida, que age. Esta metáfora básica explica expressões como 'Sua argumentação nocauteou o adversário'. Ela se vincula ao conceito metafórico ARGUMENTOS SÃO AÇÕES, que, por sua vez, abrange diversos tipos de ações, como guerrear, viajar, descobrir enigmas, produzir coisas, etc. A metáfora que liga argumentação à produção permite estabelecer o vínculo que relaciona argumento com produtos, ARGUMENTO SÃO PRODUTOS.

Esta última metáfora é um hipônimo das metáforas ARGUMENTO É TECIDO, ARGUMENTO É DINHEIRO, ARGUMENTO É EDIFÍCIO. Em todos os casos, faz-se um produto, embora com materiais diferentes. Há vários modos de se fazer um objeto: constrói-se um edifício, tece-se um pano, etc. Se um argumento é um produto, então ele tem valor, ele pode ser vendido, trocado, etc. Não existe uma imagem única, consistente, em que a metáfora de produtos se encaixe. O que faz as versões metafóricas coerentes é que são todas metáforas de produção, embora especifiquem diferentes materiais de produção, modos de construção, etc.

No outro lado da hierarquia encabeçada pela metáfora ARGUMENTOS SÃO PESSOAS, temos a idéia de recipiente. Se somos seres físicos, ligados e separados do resto do mundo pela superfície de nossas peles, e experimentamos o resto do mundo como externo a nós, de forma que cada um de nós é um recipiente com uma superfície envolvente e uma orientação de entrada e saída, mapeamos, por metáfora, nossa própria orientação de entrada e saída em outros objetos físicos ou abstratos. Até mesmo quando não há uma fronteira física natural, que possa ser vista como definidora de um recipiente, nós a impomos. A metáfora primitiva ARGUMENTOS SÃO PESSOAS está vinculada à metáfora PESSOAS SÃO RECIPIENTES. Se argumentos são pessoas, então propriedades que as pessoas têm são mapeadas para os argumentos, desde que não violem a estrutura inerente do domínio alvo (hipótese da invariância). Uma vez que pessoas são recipientes, então argumentos também os são. O raciocínio é o seguinte: Se argumentos são pessoas e pessoas são recipientes, então argumentos são recipientes. A partir da metáfora ARGUMENTOS SÃO RECIPIENTES podemos estabelecer os vínculos com outras metáforas como: ENTENDER É VER.

Esperamos ter demonstrado que as expressões metafóricas vistas até agora são fixadas por convenção e fazem parte de todo um sistema metafórico, não permanecem sozinhas, e são usadas sistematicamente em nossa língua e pensamento. Elas interagem com outras metáforas. Os exemplos analisados são reflexos de conceitos metafóricos sistemáticos, que, segundo Lakoff, estruturam nossas ações e pensamentos

Capítulo IV

Convergências em Diferenças

1. Incomensurabilidade de Teorias ?

Vimos no capítulo precedente, que a lingüística cognitiva tenta desvincular-se totalmente das abordagens anteriores porque, segundo ela, a metáfora não é um fenômeno lingüístico, mas cognitivo, haja vista que, de acordo com esta teoria, a linguagem apenas reflete a metáfora, cuja definição agora é mapeamento entre dois domínios conceituais. Também, a princípio, não faz mais sentido falar sobre a noção de desvio lingüístico, já que as sentenças que constituem a base de dados desta abordagem, como aparece no capítulo anterior, são convencionais, ordinárias.

Quando apresentamos nosso projeto de pesquisa, afirmamos que nosso objetivo principal era considerar as diversas teorias de metáfora e verificar, através de princípios compartilhados pelos autores destas teorias, qual delas era a melhor. No entanto, esta não se mostrou uma tarefa fácil. Como dissemos na introdução, nossa idéia inicial era utilizar o que chamamos de princípio de economia como parâmetro de comparação entre as teorias. Este princípio aparece em Lakoff (1988), em Grady (1999) e também na literatura em epistemologia, por exemplo em Lacey (1999). Lacey afirma que há valores cognitivos que permitem comparar teorias. Eles são: explicar mais dados empíricos e construir um menor número de hipóteses. São estes valores que estamos chamando de princípio de economia: explicar mais com menos custo. Este capítulo irá girar em torno deste ponto.

O problema da possibilidade de comparar teorias a fim de verificar que teoria seria a melhor (mais econômica e empiricamente mais ampla) surgiu com os questionamentos levantados por Kuhn (1987) e Feyerabend (1989)⁴⁴. Ambos defendem a tese da incomensurabilidade de teorias, isto é, não é possível

⁴⁴ Ver apud. Pires de Oliveira (2000).

comparar teorias porque cada uma delas constrói seu próprio mundo; de modo que os dados empíricos não são os mesmos e não é possível comparar hipóteses teóricas porque os significados dos termos se modificam de uma teoria para a outra. Segundo eles, a passagem de um paradigma para outro ocorre de forma não-cumulativa já que paradigmas são substituídos sem nenhuma compatibilidade ou continuidade com a teoria anterior vigente. Dessa forma, as revoluções científicas acontecem em momentos em que um paradigma não preenche mais satisfatoriamente uma certa área científica, sendo substituído por um novo paradigma, cuja formação não se deu com o auxílio de conhecimentos dos paradigmas anteriores, mas antes por ruptura. Por isto, é algo totalmente novo. As passagens revolucionárias não são apreendidas pela análise de suas partes isoladas, ou seja, não são apreendidas por acúmulo de conhecimentos, mas pela instauração de uma nova totalidade que se impõe como a única teoria possível no momento.

Segundo esta descrição da história da ciência, os termos que constituem uma dada teoria possuem significados específicos, que fazem sentido somente dentro da própria teoria⁴⁵. Assim, pode-se argumentar que o termo metáfora possui, dentro de cada teoria apresentada, um significado diferente que se constrói de dentro da própria teoria. Em outras palavras, só é possível entender o que significa metáfora para uma teoria dentro dos parâmetros impostos por ela. Por exemplo, não é possível entender a teoria de metáfora de Davidson sob o olhar lakofiniano de metáfora, porque elas se constroem de maneira totalmente distinta. E mais, os dados também resultam da teoria adotada. De forma que não seria possível avaliar teorias a partir da capacidade preditiva de cada uma, porque elas recobririam fenômenos diferentes. Assim, um outro motivo que leva os autores da incomensurabilidade a defender a impossibilidade de comparar teorias diz respeito aos dados que ajudam a comprovar a veracidade de uma teoria. De acordo com eles, a teoria faz os dados, isto é, as evidências são também elas frutos da própria teoria. Assim, se os dados dependem dos pressupostos teóricos da teoria, eles são descobertas apenas para uma certa teoria. É este aspecto que permite Feyerabend (*apud* Pires de Oliveira, 2000) afirmar que um dos critérios para detectarmos que

⁴⁵ Estamos muito perto da visão estruturalista de sistema. Para essa aproximação ver Ilari (1995).

teorias são incomensuráveis é o fato de que se um dado cancela um pressuposto de uma teoria, esse dado não é considerado como um dado para tal teoria.

Nessa perspectiva, as teorias não são passíveis de tradutibilidade porque, primeiro, os termos possuem significados diferentes dentro de cada teoria e, segundo, porque, de acordo com os autores, cada teoria constrói seu próprio mundo, o que implica na relatividade dos dados. Nosso objetivo central estaria, então, fadado ao fracasso; o máximo que poderíamos fazer é escolher a teoria que mais nos agradasse. Mas talvez haja uma maneira de se abrandar a relatividade radical destes autores. É o que iremos perseguir neste capítulo.

Em Pires de Oliveira (1991) lemos que “as características que Kuhn aponta como definidoras das revoluções científicas parecem ser propriedades da metáfora.” Black caracteriza a metáfora como um momento de “insight”, e, segundo a autora, pode ser que esses episódios não-cumulativos só aconteçam como um insight na cabeça do próprio Kuhn e não como um fenômeno histórico. A passagem abrupta, ainda de acordo com a autora, estaria no sujeito, porque historicamente as mudanças são mais lentas, mais complexas e confusas, com idéias misturadas advindas de diferentes teorias. O que aparece claramente no processo descrito por Kuhn é a “alteração de filtro” de que fala Black. A metáfora, assim como uma teoria, proporciona uma visão de mundo; quando alteramos a metáfora enxergamos aspectos da realidade que a metáfora anterior não nos permitia ver. Mas talvez esta mudança não seja tão radical a ponto de não podermos sobrepor metáforas.

Na abordagem de Kuhn, o conceito de metáfora em Davidson não dá conta de explicar o conceito de metáfora Lakofiniano e não é nem mesmo possível sobrepor-los. É preciso mudar o filtro e descobrir a existência de dois conceitos diferentes de metáfora que organizam diferentes mundos: como se pulássemos de um mundo para outro. Somente quando percebermos como os autores organizam seus objetos numa ordem particular, poderemos compreender o conceito de metáfora proposto por cada um. Nós temos que estar inseridos, portanto, no mundo de Davidson para compreendermos os seus argumentos, da mesma forma

que temos de estar inseridos no mundo de Lakoff para compreendermos sua teoria.

Nesta perspectiva seria difícil viver em dois paradigmas simultaneamente. Mas o interessante é que nós conseguimos conviver com perspectivas de diversas realidades dentro de uma mesma comunidade, como aliás sugere o próprio Lakoff com relação às metáforas: é preciso vivermos em várias metáforas que, embora não consistentes, podem ser coerentes. Não alcançaríamos uma imagem única de mundo, mas viveríamos coerentemente mundos diferentes. Seria essa capacidade que nos permite conseguir comunicar com diversas entidades de naturezas distintas, entender culturas diferentes da nossa, etc. Nós conseguiríamos não apenas compreender os diferentes conceitos de metáfora nas mais diversas teorias, mas descobrir coerências. Se for assim, então não vivemos uma única teoria, um único paradigma, diferentemente da concepção de Kuhn. Se é verdade que vivemos apenas um único paradigma, então:

- a. como é possível entendermos o outro?
- b. como explicamos que há circulação de significados? Por exemplo, a concepção de metáfora, independentemente da teoria, foi modificada a partir do trabalho de Max Black: todas as teorias passaram a explicar o caráter cognitivo da metáfora. Ao mesmo tempo, certos traços de metáforas se mantiveram ao longo da história deste conceito, como por exemplo, a noção de desvio, que pode ser traçada desde Aristóteles e permanece nas concepções contemporâneas de metáfora, ainda que modificada. E mesmo na teoria cognitiva de Lakoff há resquícios dessa noção, presentes no conceito de metáfora nova, mas também, como veremos mais adiante, no próprio conceito de metáfora.

Nesse sentido, acreditamos que as teorias podem ser tradutíveis porque a linguagem, que constitui a teoria, possui mecanismos que permitem que eu entenda significados diferentes, teorias diferentes, que eu possa aceitá-las ou discordar delas. É essa possibilidade de traduzir o significado do outro que vai me possibilitar rejeitar ou não a teoria do outro, introduzi-la ou não naquilo que eu acredito ser verdade. “Temos que concordar para podermos discordar. Se é assim,

então não apenas o acordo antecede logicamente a instauração de opiniões divergentes como a possibilita. Sem a tradução não é possível nem mesmo detectar diferenças. É porque traduzimos que entendemos que o outro, embora racional, não tem a mesma opinião.” (Pires de Oliveira, 2000).

Diferentemente da opinião de Kuhn, a tradutibilidade não é somente possível, como necessária para a comunicação e, portanto, para a compreensão de qualquer paradigma. Se a tradução fosse impossível, Kuhn não poderia ter entendido a física aristotélica; e ele o fez. Nós convivemos normalmente com a diversidade, porque somos capazes de traduzir. Por exemplo, o conceito de amor, é, segundo Lakoff, definido por diversos domínios: o domínio de guerra, da união, da doença, da eletricidade, etc. E, nós conseguimos passar de um domínio para outro sem qualquer problema e precisamos vivenciar essa heterogeneidade porque o conceito de amor se constrói nela.⁴⁶ Nós conseguimos distinguir claramente o termo ‘vírus’ usado na linguagem computacional do termo ‘vírus’ de doenças, com todas as suas implicações. Dessa forma, a tradução se faz necessária, porque só consigo compreender o significado do outro porque posso traduzir a língua individual do outro para a minha língua, e chegar a um significado convergente. Em outras palavras, como propõe Davidson, o significado envolve uma eterna negociação. Nós construímos significados convergentes todo o tempo. Portanto, não há um mundo, um todo fechado que define completamente um significado, porque o significado está na base da negociação. O que duas pessoas precisam, se querem se entender, é a habilidade de convergir significados.⁴⁷

Assim, a tese proposta por Kuhn e seus seguidores, de que o significado de um termo só pode ser apreendido em sua relação com os outros termos que constituem o mundo, ou seja, a tese de que não podemos traduzir teorias, e, conseqüentemente, elas são incomensuráveis, não se sustenta, porque a possibilidade mesma da comunicação envolve tradução. A comunicação só é estabelecida porque os interlocutores negociam/traduzem sentidos todo o tempo. Nessa perspectiva, nosso objetivo torna-se plausível, pois podemos comparar

⁴⁶ É importante deixar claro que, diferentemente de Lakoff, acreditamos que a linguagem também cria a realidade, não apenas a reflete.

⁴⁷ Ver Davidson, capítulo 2.

semelhanças e diferenças entre as teorias e, se possível, até mesmo verificar qual delas é a melhor, dados certos critérios.

Davidson, como já vimos, acredita que, para que haja comunicação, faz-se necessário um método geral de interpretação. Esse método interpretativo “não é desenhado para eliminar o desacordo, nem pode fazê-lo; seu propósito é tornar possível o desacordo significativo, e isto depende inteiramente de uma fundação comum - de alguma fundação - no acordo.” (Davidson, 1984b: 196-197, *apud* Pires de Oliveira, 2000). Segundo Pires de Oliveira, “não se quer sugerir que a proposta de Davidson está correta, mas apenas que há lugar para uma outra maneira de entender a diferença entre teorias; um caminho que evite a diversidade radical, em que não é possível entendermos o outro na nossa língua, o que implica, segundo Davidson, em vê-lo como não racional, mas que também nos desobrigue de aceitar uma transparência garantida, que seria o lado avesso da teoria de incomensurabilidade.” (Pires de Oliveira, 2000).

Segundo a autora, interpretamos todo o tempo. A questão da possibilidade da tradução não ocorre somente quando se confrontam teorias diversas, mas, dentro de uma mesma teoria, o processo de interpretação/ tradução se faz presente. Neste sentido, Kuhn, ao sugerir que teorias diferentes não são passíveis de serem traduzidas, cria a ilusão de que, dentro de uma mesma teoria ou linguagem, reina a transparência do sentido e o acordo total. Entretanto, se dizemos que no Brasil há uma “mesma” e única língua, - o português brasileiro -, é muito mais como uma questão política do que lingüística. Afinal, sabemos que estamos longe de ter a mesma língua. Nós traduzimos sempre, no dia-a-dia. Na situação mais cotidiana, nós interpretamos a fala do outro na nossa fala. A comunicação se estabelece não porque fazemos parte de um mesmo sistema lingüístico (que acaba por se tornar um construto teórico), mas porque negociamos significados, porque compartilhamos um método de interpretação que nos permite convergir em significados.

Por outro lado, é importante percebermos que o argumento da incomensurabilidade de teorias carrega para a prática científica conseqüências ideológicas que precisam ser repensadas e questionadas. Se refletirmos um pouco,

o argumento da não-tradutibilidade dificulta uma interação, uma conversação, um diálogo entre teorias. Ao contrário, ele cultua o pensamento de que o conhecimento se dá no âmbito de uma teoria individual, em oposição a uma noção coletiva de construção de conhecimento. A teoria da incomensurabilidade dissemina a idéia de que a teoria do outro é a errada, no momento em que alega não conseguir compreender/ traduzir o que o outro está fazendo. Dessa forma, cria-se um espírito de competitividade e revanchismo entre aqueles interessados no saber, onde a lógica reside em derrubar o outro. Em outras palavras, vivencia-se a metáfora da guerra. Independentemente da teoria do outro ter pressupostos que solidificam a outra teoria, que a tornam mais coerente, ela vai estar errada porque criou-se um espírito de guerra que, só se vence, eliminando o outro. Inspira-se na outra teoria, mas nega-se veementemente sua contribuição. Ou seja, a minha teoria só vai estar certa no momento em que as outras estiverem errada. Por isso, o diálogo já não é mais possível, ou melhor, não se tem interesse pelo diálogo. A questão já não está mais no âmbito científico no sentido de rechaçar uma teoria cujo pressupostos teóricos em si não se sustentam, mas ela se instaura no âmbito político-ideológico. Assim, minha teoria tem que ser melhor do que a sua porque, só desse modo, eu terei respeito dentro do mundo científico. É importante que tenhamos conhecimento de que a metáfora da guerra, incentivada pela teoria de incomensurabilidade das teorias, impera no mundo acadêmico.

A metáfora da guerra pode ser amenizada pela metáfora do diálogo, sugerida em Pires de Oliveira (2000). A metáfora do diálogo não significa que tenhamos que concordar com todas as teorias vigentes, que todas as teorias são válidas, etc. Toda teoria precisa ter rigor científico, ou seja, ter coerência interna, ter uma metodologia, ter seus pressupostos básicos convincentes dentro do próprio sistema criado, etc. Em outras palavras, toda teoria precisa ser coerente dentro dos seus próprios parâmetros. A metáfora do diálogo vai servir para que nós entendamos que a construção do conhecimento pode se dar de uma forma diferente: que ela pode ser resultado de um trabalho coletivo de construção de uma realidade comum, resultado de partilha de conhecimento. Propõe também uma outra visão da história da ciência: acumulam-se sentidos comuns, frutos de convergências entre teorias distintas que estruturam o conhecimento compartilhado de uma ciência.

Como veremos com mais detalhe, o conceito de metáfora carrega, sem dúvida, acordos alcançados no desacordo.

Além disso, espera-se que a metáfora do diálogo proporcione um comportamento mais saudável entre as pessoas que buscam o saber, uma nova forma de conceber a academia, nos proporcione melhores condições para que entendamos as diferenças e vejamos se é possível chegarmos a acordos. O ponto central não é chegar a um acordo final (o que parece ser efetivamente impossível), mas, permitir, se for o caso, que se chegue a consensos (com + senso = sentido conjunto).

Um exemplo já clássico dessa possibilidade é a existência da sociolinguística paramétrica, fundada por Kato e Tarallo, que pode ser interpretada como a fundação de um sentido conjunto (convergente) de teorias distintas, dentro da linguística contemporânea. Eles fundaram uma teoria baseada nos pressupostos teóricos de duas teorias que, por unanimidade no meio linguístico, pareciam ser impossíveis de comunicação: a sintaxe gerativa e a sociolinguística. De acordo com a maioria dos linguistas, os pressupostos teóricos de um são totalmente diferentes do outro, o que acarreta uma incompatibilidade de natureza epistemológica entre as teorias. A fundação e estabelecimento da sociolinguística paramétrica atestam a viabilidade de construir coerências entre teorias distintas. Claro que permanecem várias questões, tais como: o que seria de fato esta coerência, em que medida se funda outra teoria, etc.

2. Seriam as Teorias de Metáfora incomensuráveis?

Não há dúvida de que é possível analisar os três paradigmas contemporâneos da metáfora, apresentados nessa dissertação, o semântico, o pragmático e o cognitivo (sem contar com as diferenças existentes dentro de cada abordagem), priorizando uma descrição de incompatibilidades a ponto de concluirmos que eles são incomensuráveis. Vejamos este movimento. A metáfora, na teoria semântica, é, na maior parte dos casos, identificada e sempre interpretada dentro da própria estrutura semântica da sentença, sem recorrer a nenhum outro recurso. Na abordagem pragmática, a metáfora só pode ser interpretada no nível da intenção

do falante, isto é, ela não pertence mais ao âmbito sentencial. Enquanto que na teoria cognitiva, a metáfora não é interpretada nem no nível semântico, nem no nível pragmático, haja vista que a metáfora não é um fenômeno lingüístico, mas cognitivo. Poder-se-ia explorar essas diferenças de tal forma que essas teorias jamais poderiam convergir, pois os pressupostos de uma anulariam os pressupostos da outra. Vamos ver como isto é possível.

Em primeiro lugar, pode-se argumentar que os dados não são os mesmos. Dados prototípicos para a abordagem lingüística têm a forma A é B. Por exemplo:

(1) João é um anjo.

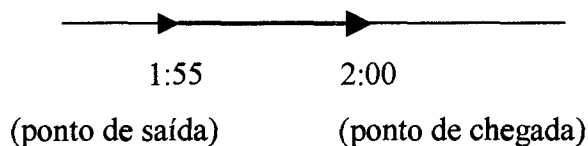
Já os dados prototípicos da abordagem cognitiva estão associados com a predicação, isto é, o foco é o verbo. Por exemplo:

(2) Carlos *destruiu* sua tese.

Em segundo lugar e mais radicalmente, pode-se argumentar que as teorias constróem os dados, pois o que é dado para uma teoria não é dado para a outra. A sentença

(3) São cinco *para* as duas horas

só é um dado inquestionável para a teoria cognitiva de Lakoff, porque apenas neste modelo ela é metafórica. Dissemos inquestionável, porque a sentença em (3) é metafórica segundo a abordagem cognitiva, independentemente de seu contexto de proferimento. E ela o é porque 'para' indica literalmente alvo no espaço e está mapeado para o tempo: concebemos o tempo como linearidade espacial em que o ponto de partida do movimento é 1:55min. e o ponto de chegada é 2.



Sem qualquer outra evidência, contando apenas com o seu conteúdo, a sentença (3) seria literal tanto para a abordagem semântica quanto para a pragmática. Ela poderia ser um proferimento metafórico se e somente se o falante a utilizasse com essa intenção. Acreditamos, no entanto, que esta situação, se é que é possível, é limiar. De qualquer maneira, para a teoria pragmática, a sentença (3) é preferencialmente literal (evidentemente ela pode ser um ato de fala indireto, mas nos interessa seu uso metafórico e este nos parece ser difícil de identificar), não havendo razões para tratá-la como metafórica. O máximo que se poderia afirmar, na perspectiva lingüística, é que ‘para’ é polissêmico, mas não haveria prioridade do ‘para’ espacial. Todos seriam literais. Para a visão cognitiva também há polissemia, mas ela é engendrada pela metáfora e, eis o ponto da divergência, a sentença (3) é uma sentença metafórica. Seguindo a teoria semântica de metáfora entretanto, a sentença (3) não apresenta nenhum desvio semântico de metáfora. Ela é inequivocadamente uma sentença literal. Assim a sentença (3) não seria um dado a ser explicado pelas teorias lingüísticas, enquanto ela é um dado central na teoria cognitiva.

Tomemos agora a sentença

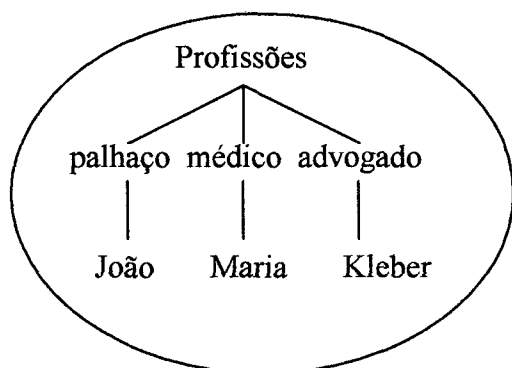
(4) João é um palhaço.

A sentença (4) pode ser um dado para a teoria pragmática se e somente se a intenção do falante for usá-la metaforicamente. Vale notar que o dado a ser explicado pela teoria pragmática são as intenções do falante, e como o ouvinte consegue apreendê-las. Este é o dado prototípico para esta abordagem.

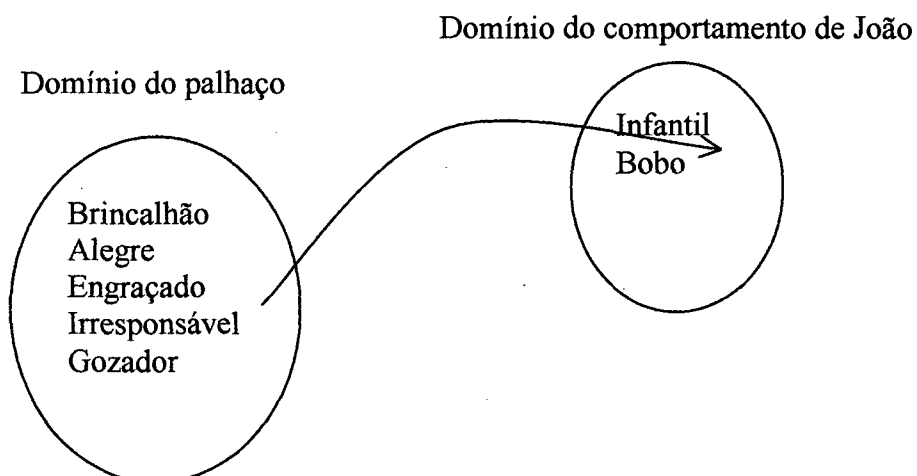
De um ponto de vista estritamente semântico, a sentença (4) é literal, porque não apresenta nenhum desvio semântico. O uso metafórico dessa sentença problematiza a abordagem semântica, obrigando-a a estender o conceito de desvio para além do desvio semântico, incluindo, portanto, desvios pragmáticos: se sabemos, por conhecimento de mundo, que João não é um palhaço, então percebemos um desvio, que, no entanto, não é mais semântico. Black, como vimos no final do primeiro capítulo, adota tal estratégia de identificação da sentença metafórica.

Para a abordagem cognitiva, a sentença (4), que não é uma sentença prototípica para a teoria, deveria ser ambígua: ou ela é metonímica porque estamos falando sobre um único domínio de experiência, sobre o domínio de profissões, e categorizamos a entidade de João metonimicamente como palhaço, como aparece representado no esquema abaixo;

Domínio profissão

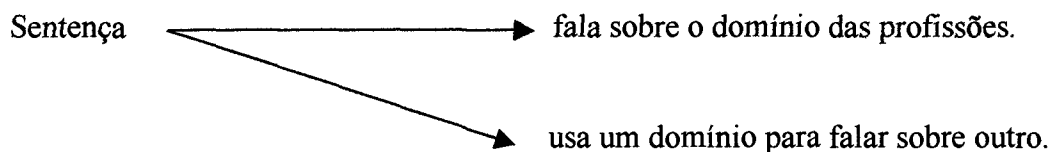


ou a sentença seria metafórica se o domínio instanciado da experiência não estiver sendo usado para falar sobre o domínio de profissões (profissão palhaço), mas sobre outra coisa, o comportamento de João (criança, infantil). Em outros termos, se houver dois domínios distintos. Esta situação aparece representada no esquema abaixo:



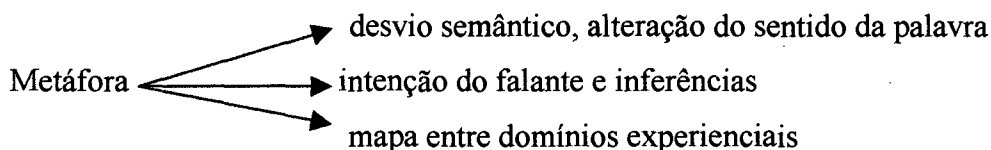
Sentenças como essa, no entanto, não aparecem nas análises cognitivas porque não são dado a ser explicado, exatamente porque envolvem levar adiante a

discussão sobre intenção do falante, tópico que não aparece tematizado nesta abordagem. Mas, se a sentença (4) fosse analisada nessa abordagem, como podemos perceber, a análise não levaria em consideração a intenção do falante, mas os domínios de experiências: um único domínio de experiência, o domínio das profissões, ou dois domínios de experiência, o do palhaço e o do comportamento de João.



O interessante é que, em qualquer das interpretações, a sentença (4) não é literal para a abordagem cognitiva.

Pode-se argumentar também que cada abordagem de metáfora possui, por sua vez, conceitos de metáfora distintos, porque eles estão inseridos em tramas teóricas diferentes. O esquema abaixo esclarece estas diferenças:



A base e os principais postulados da teoria semântica de metáfora repousam no fato de que a metáfora se constitui numa alteração semântica a nível de palavra. A partir dessa premissa, toda a teoria é montada: busca-se explicar como ocorre a mudança de significado. A abordagem pragmática, por sua vez, toma como o pilar de sua teoria o fato de que a metáfora está associada à intenção do falante e inferências. As palavras mantêm seus sentidos literais. Deve-se, então, explicar, através da noção de inferência, como se vai do significado da sentença para a intenção do falante. Por fim, a teoria cognitiva argumenta que metáfora é um mapa entre domínios conceituais, que se reflete na linguagem cotidiana. O conceito de literal também é cognitivo: ele recobre aqueles mapas

que emergem diretamente de nossa experiência. Neste modelo, deve-se explicar como os mapas se estruturam, como é a cognição humana.

Se adotarmos, como propõe Feyerabend (*apud* Pires de Oliveira, 2000), o cancelamento de premissas como índice de incomensurabilidade, podemos concluir por ela. Afinal, considerar a sentença (3) uma metáfora, como faz a teoria cognitiva, cancela as premissas das teorias lingüísticas de metáfora, porque anula a idéia de desvio. Por outro lado, o conceito de metáfora nas teorias lingüísticas cancela as premissas da teoria cognitiva, entre elas a de que a metáfora é ordinária, não é desvio, etc. O mesmo raciocínio se aplica se refletirmos dentro da abordagem lingüística: o conceito de intenção cancela a hipótese central da teoria semântica de metáfora, porque entende que ela é um fenômeno inferencial e não uma acomodação semântica de qualquer tipo. A metáfora não tem nada a ver com o sentido da sentença. E o raciocínio contrário se aplica se tomarmos a teoria semântica como base: ela cancela os pressupostos da teoria pragmática.

Portanto, é possível argumentar que os paradigmas contemporâneos de metáfora são incomensuráveis. Além disso, a incomensurabilidade é incentivada pelas próprias teorias. O que nós percebemos, durante a leitura das várias teorias de metáfora, é que a hipótese da incomensurabilidade de teorias se constitui numa estratégia recorrente em todas as teorias analisadas; uma estratégia de exclusão da outra teoria. Dessa forma, os autores, para apresentar sua proposta como a melhor, usam retoricamente o artifício de inviabilizar a todo custo o trabalho do outro, priorizando os pontos de divergências, acirrando, assim, a incomensurabilidade das teorias, para que sua teoria apareça como a única verdadeira, e por isso, como uma ruptura de um paradigma, mesmo que ela possua alguma influência das teorias anteriores. O que todos os autores querem propor é a instauração de algo totalmente novo, sem os eventuais vícios ou erros da teoria anterior. Como sugerimos, é a metáfora da guerra que está sendo utilizada, colaborando para que o conhecimento seja concebido como algo individual, sem acúmulo, nem partilha, nem construção conjunta de conhecimento.

3. Convergências nas Diferenças: Análise de Caso

Vamos agora mostrar que também é possível acentuar as convergências, afastando-nos, portanto, da metáfora hegemônica da guerra e nos aproximando da compreensão de que a própria divergência se estabelece no diálogo.

1. O dado que é dado para todos

Nosso primeiro argumento é que se há dados que não são dados para todas as teorias, há também aqueles que são compartilhados pelas diversas teorias. Vejamos as sentenças abaixo:

(5) Julieta é o sol.

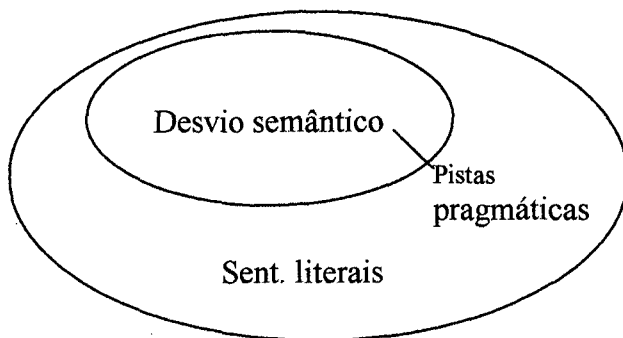
(6) As colinas se alegram.

(7) Minha mãe é um campo de trigo. (Rimbaud).

(8) A manhã é uma esponja. (Guimarães Rosa).

(9) Sua fala estilhaçou meu dia.

O que faz com que todas essas sentenças sejam metafóricas em todas as teorias é a presença de uma não-convencionalidade semântica. Desvios semânticos são indicadores claros de que a sentença é metafórica (ou de que ela deve ser interpretada como comportando uma intenção de metáfora), independentemente da teoria. Isto sugere que a teoria semântica da metáfora é, por assim dizer, o núcleo duro das demais teorias, porque identifica sentenças que são dados para qualquer teoria da metáfora. Assim, a sentença (5) é o exemplo prototípico da abordagem semântica, mas constitui, como veremos adiante mais detalhadamente, um dado a ser explicado para as demais teorias. Uma teoria semântica que não consiga explicar a sentença (5) deve ser descartada. Dessa forma, contrariando as expectativas da incomensurabilidade, parece haver um acordo quanto, ao menos, a um certo tipo de dado entre as teorias: sentenças que exibem desvio semântico são dados de metáfora para quaisquer das abordagens.

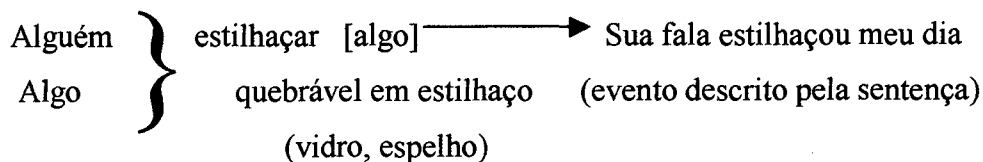


2. As explicações são diferentes, mas podem ser compatíveis.

Para demonstrar essa possibilidade de compatibilizar explicações diferentes, utilizaremos Black para representar o paradigma semântico, Sperber e Wilson para representar o pragmático, e Lakoff para representar o cognitivo. Nosso ponto de apoio será a análise da sentença (9) ‘Sua fala estilhaçou meu dia’.

3.1 Abordagem Semântica

As sentenças (5), (6), (7), (8), segundo a teoria semântica, seriam identificadas como metafóricas porque a não-convencionalidade da combinação dos termos implica num desvio semântico, característico do conceito de metáfora dessa visão. Segundo Black, neste caso, haveria uma projeção semântica de um conjunto de implicações compartilhadas no senso comum predicáveis dos sujeitos secundários - respectivamente: sol, se alegram, campo de trigo, esponja - para os sujeitos primários - respectivamente: Julieta, colinas, minha mãe, a manhã. A situação é um tanto mais complexa com a sentença (9). Nela, percebemos que o sujeito secundário deve ser apenas a ação de estilhaçar, para evitar circularidade. A projeção se faz, então, sobre o sujeito primário, que, no caso, não seria mais sua fala e dia, mas o acontecimento da fala e sua repercussão no dia do falante, a partir das propriedades do senso comum predicáveis do sujeito secundário, no caso, uma atividade padrão de estilhaçar algo. O ponto, entretanto, que queremos ressaltar, é o desvio semântico: ‘estilhaçar’ pede agentes. ‘Fala’ e ‘dia’, porém, não podem figurar como agentes, isto é, como objetos ou algo que possa ser estilhaçado. O que ocorreria na interpretação semântica em (9) seria a projeção abaixo:



O agente será ‘sua fala’, o tema será ‘meu dia’ e ‘estilhaçar’ será a descrição do evento. Nesse caso, ‘estilhaçar’ sofre um desvio, e ganha um sentido metafórico, pois não se trata de partir algo concretamente em pedaços. Projetamos propriedades prototípicas de vidros para dia e propriedades da ação de estilhaçar para a ação da fala. Neste caso, vemos o dia como se fosse um vidro e a ação de falar como se fosse a causa de seu estilhaçamento. Em outros termos, concebemos a ação da fala a partir do filtro do estilhaçamento.

3.2 Abordagem Pragmática

Apesar da proposta de Sperber e Wilson estar caracterizada justamente por retirar a metáfora do âmbito da não-convencionalidade (afinal, não-convencionalidade para eles implica em marginalidade lingüística) e colocá-la em um outro patamar, que não o do desvio lingüístico (a metáfora é um recurso lingüístico tão ordinário quanto a vagueza), nós podemos fazer uma leitura de sua obra reinvestindo o termo desvio, ou não-convencionalidade, sem agredir sua proposta inicial. A proposta inicial dos autores sugere inserir a metáfora dentro da linguagem ordinária (e neste ponto ela se aproxima de Lakoff), não só como um instrumento legítimo, mas como o principal instrumento para comunicação, haja vista que a metáfora nos instiga a fazer inferências, e, segundo eles, a comunicação se estabelece prioritariamente na base de inferências.

Vejam como se desdobra nossa leitura. Em primeiro lugar, para identificarmos uma sentença como metafórica (ou como vaga) devemos supor um “desvio”, uma dessemelhança, entre o pensamento do falante e seu proferimento. A metáfora nos instiga a fazer inferências, porque percebemos, enquanto ouvintes, que o falante quis estabelecer uma distinção entre o sentido da sentença e o sentido de seu pensamento. Esta é, aliás, a marca da abordagem pragmática: é

preciso, em alguma instância, distinguir entre significado da sentença e significado do falante. Vejamos a sentença (6), repetida aqui por conveniência:

(6) As colinas se alegram.

Nesse caso, Sperber e Wilson diriam que a sentença não é literal, porque, a partir do princípio de relevância, o ouvinte percebe que o falante tem uma intenção de transmitir algo diferente do significado da sentença. Há, como dissemos, uma dessemelhança entre seu pensamento e seu proferimento. (Lembremos que há um contínuo entre literal e metafórico. O literal se caracteriza pela grande semelhança entre o pensamento que o falante quer exprimir e sua expressão). Dessa forma, o ouvinte reconhece que a sentença é metafórica. Depois desse reconhecimento, o ouvinte é levado a fazer inferências a partir do significado da sentença mais informações contextuais (incluindo conhecimento compartilhado).

Ora, se o ouvinte reconhece que o proferimento do falante não coincide com o pensamento que ele quer expressar, podemos dizer que houve um deslocamento do significado da sentença para o significado do falante. Esse desvio no significado nos obriga a fazer inferências, que é a principal característica da metáfora para as teorias pragmáticas. Assim, alguma noção de desvio retorna.

É claro que, sob o ponto de vista dos autores, a palavra ‘desvio’ ou ‘não-convencionalidade’ está carregada de estigmas, não levando à possibilidade de qualquer comunicação entre a proposta dos autores e o termo ‘não-convencionalidade’. Esta visão, inclusive, reforça o argumento da incomensurabilidade. Porém, se redimensionarmos o termo, e retirarmos todas as conotações negativas que ele carrega, é possível, como vimos, estabelecer conexões entre as duas teorias. Assim, não é, portanto, incompatível afirmar ao mesmo tempo que a metáfora é um recurso comunicativo ordinário, presente no dia-a-dia, e que ela se constrói sobre um desvio. Desta vez o desvio se dá na defasagem entre o pensamento que o falante quer exprimir e o seu proferimento. Apesar de, nesta abordagem, estar também presente o caráter desviante, ela não se

torna por isso menos importante para ou menos presente na comunicação. É a linguagem ordinária que se torna poética.

Analisando a sentença (9), segundo a visão de Sperber e Wilson, nós poderíamos fazer as inferências abaixo, sempre a partir de um certo contexto. Isto porque, de acordo com os autores, o contexto restringe as possibilidades inferenciais. Precisamos, então, inserir essa sentença num contexto C. Imaginemos que se trata de um contexto em que namorados conversam tão francamente sobre suas fraquezas que o que um deles diz para o outro leva ao proferimento da sentença em questão. Neste contexto, a partir da sentença (9), podemos supor as seguintes inferências:

- (10) O dia acabou para mim.
- (11) Sua atitude estragou o meu dia.
- (12) Você partiu meu coração e meu dia.
- (13) Meu dia se perdeu por causa da sua fala, etc.

Inúmeras outras inferências poderiam ter sido alcançadas. O que o falante queria dizer, seu pensamento, pode coincidir mais ou menos com as inferências percebidas pelo ouvinte. Vale notar que estas mesmas inferências poderiam ser alcançadas através da teoria do filtro em Black, e que elas, em si, podem ser metafóricas.

3.3 Abordagem Cognitiva

Alguém poderia levantar a questão de que, para Lakoff, os exemplos citados no começo do capítulo, são exemplos de metáforas novas, e que o conceito de metáfora em sua abordagem carrega o traço de convencionalidade. E tanto isso é verdade que ele utiliza, em muito de seus escritos, o termo metáforas convencionais. Nós diríamos que esta afirmação está e não está correta, depende de como a olharmos. De fato, o grande diferencial da teoria de Lakoff com relação às outras reside no fato de que, expressões do dia-a-dia, já convencionalizadas, são metáforas. Tomemos como exemplo a sentença

(14) O seminário foi de segunda a sexta.

Essa sentença, analisada pelas outras abordagens, com certeza seria literal, e não faria parte dos estudos sobre metáfora, a não ser que o ouvinte identificasse que o pensamento do falante não coincide com seu proferimento, alternativa que nos parece difícil. No entanto, se olharmos mais profundamente para a análise de (14) proposta pela teoria cognitiva, perceberemos que a idéia de desvio de alguma forma aqui também se fomenta. Vejamos. Segundo Lakoff, essa sentença é metafórica porque o verbo 'ir', assim como as preposições 'de', 'para', que se referem a espaço, estão sendo usados para falar sobre tempo. Dessa forma, está se usando um domínio mais delineado (espaço) para falar sobre um domínio menos delineado (tempo), e é justamente esse mapeamento entre domínios conceituais distintos que caracteriza a metáfora. Podemos também caracterizar esse processo como um "desvio". Afinal, o verbo 'ir', cuja origem está no domínio de espaço, é deslocado para conceituar o domínio de tempo. O verbo 'ir' possui um sentido desviante, porque, como dito, pertence originalmente ao domínio de espaço.

Com relação aos exemplos (5), (6), (7), (8) e (9) a noção de desvio é mais fácil de ser percebida em virtude do próprio Lakoff explicitamente dizer que, no caso de metáforas novas, ocorre o mapeamento entre partes não usadas de mapas convencionais. Dessa forma, a não-convencionalidade aqui também está associada à noção de metáfora, desta vez, metáfora nova. Analisando cognitivamente a sentença (9), nós poderíamos supor que ela é interpretada através da metáfora convencional ARGUMENTO É UM INSTRUMENTO CONTUNDENTE, que subjaz a expressões lingüísticas como

(15) Sua fala ficou martelando na minha cabeça.

(16) Sua fala cortou meu coração.

Claro que esta metáfora pode ser uma submetáfora de outra, talvez aquela que entende argumento como pertencente ao domínio da guerra. De qualquer maneira, podemos perceber o desvio que ocorre no momento em que fala, pertencente ao domínio da conversa, deslocou-se para o domínio de instrumento,

tornando-se um objeto/causa. Se for assim, então, a interpretação da sentença (9) nos levará a inferências como:

(17) O meu dia foi destruído.

(18) Não sobrou nada do meu dia.

(19) Só sobraram cacos do meu dia, etc,

que, como o leitor deve ter percebido, são possíveis de serem alcançadas através de qualquer um dos outros modelos teóricos.

4. Convergência na Diferença

Poderíamos pensar que a solução seria uma super teoria que abrangesse pressupostos das diversas teorias “antagônicas”: o aspecto do desvio semântico da abordagem semântica, o aspecto da intencionalidade da pragmática, e o aspecto dos mapas da cognitiva. Neste caso, as divergências seriam apenas aparentes. Nesta perspectiva, a análise da sentença

(4) João é um palhaço,

combinaria todos os fatores levantados: ela dependeria do ouvinte perceber uma certa intenção do falante, que acarretaria a percepção de um desvio de significado do senso-comum (profissão palhaço) para o significado metafórico (irresponsável, infantil). E, a nível de processamento cognitivo, ocorreria um mapeamento entre dois domínios conceituais. Em outras palavras, em termos cognitivos há o mapeamento de domínios diferentes, enquanto que, em termos lingüísticos, a sentença só é metafórica se o falante tiver a intenção de que ela o seja, utilizando alguma espécie de desvio semântico, que pode levar a uma mudança semântica. Neste caso, o fenômeno da metáfora seria tão complexo que permitiria que o olhássemos por estes diversos prismas, que seriam, então, coerentes, embora não consistentes.

Pires de Oliveira (1991) acredita que a metáfora pode ser vista como englobando dois momentos: o primeiro, a metáfora semântico-cognitiva em que, seguindo a linha lakofiniana, se estrutura a formação dos conceitos. Esse processo semântico da metáfora pode ser entendido também como o “ver como” da criança aprendendo a língua, presente tanto na descrição da metáfora em Black quanto em Davidson. Esse processo semântico-cognitivo caracterizaria a formação dos conceitos em geral. Nós não temos consciência, no entanto, de que aprendemos os conceitos dessa forma. O segundo momento caracteriza a metáfora no nível lingüístico, de avaliação pragmática e inferências contextuais disparadas por ela.

Desta maneira, seria possível explicar tanto o fato de que a metáfora permite a possibilidade criativa de reformar o mundo, de reinventarmos novas organizações, quanto a questão da formação dos conceitos. Quando profiro as sentenças (5), (6), (7), (8) ou (9) estou fazendo metáfora, porque tenho a intenção de mostrar uma nova realidade, exprimir de uma forma diferente como eu vejo o mundo, etc. Esta intenção, porém, só se realiza através do processo semântico-cognitivo que permite vermos algo como se fosse outro algo. Talvez a recorrência deste processo possa levar a mudança semântica. Pense-se, por exemplo, no caso de palavras como ‘boca’ aplicada a diferentes domínios da experiência. Vale lembrar que a literatura sobre mudanças semânticas sistematicamente menciona a metáfora como um dos procedimentos de mudança de significado. (ver Pires de Oliveira, 1991)

Como vemos, a criação de uma teoria sobre metáfora com pressupostos advindos de diálogos entre correntes que, a princípio, não poderiam dialogar, é possível. Inclusive, tentamos mostrar que, apesar de não reconhecerem isso, os autores das teorias de metáforas descritas neste trabalho, estiveram sempre dialogando paralelamente uns com os outros. Isso não significa que, no entanto, as teorias sejam idênticas, mas elas parecem girar ao redor de uma temática mais ou menos delineada e que se constituiu ao longo da reflexão sobre a metáfora. Nós queremos apenas dizer que diálogos não são só sempre possíveis, mas também necessários para a construção do conhecimento. As noções de que metáfora envolve domínios distintos da experiência e algum tipo de desvio parecem ser, na própria divergência entre as teorias, senso-comum. A idéia de projeção, sua

relação com o pensamento analógico, com o “ver como” também parece ser um ponto de convergência. Estes sentidos-comuns, que vão de certa forma sofrendo influências de vertentes diferentes, e a princípio “antagônicas”, estabelecem convergências na construção de explicações diferentes. Eles se constituem na construção conjunta de conhecimento, no acúmulo provisório de saber.

O nosso objetivo neste capítulo não é afirmar que as teorias são iguais, e sim que a comunicação entre teorias é possível, e que a produção de conhecimento pode ser vista como uma construção coletiva, como um trabalho de conhecimento acumulado de vertentes diferentes, que, no desacordo, chegam, mesmo sem querer, a acordos provisórios. Essa visão contribui para que entendamos que o conhecimento se dá de uma forma gradativa, parcialmente cumulativa, compartilhada e, que, aquelas revoluções científicas, que aparentemente parecem ser rupturas radicais de conhecimentos anteriores, estão também inseridas dentro desse trabalho coletivo de conhecimento.

Como já dito, não queremos colocar todas as teorias num mesmo saco, mas também queremos enfatizar apenas os pontos divergentes entre elas, e portanto, reproduzir uma concepção guerreira entre as teorias, acentuando a idéia de que a minha teoria é a certa e as outras são erradas, o que é mais uma questão de opção política/ideológica do que uma postura científica. Em outras palavras, é importante que tenhamos consciência de que a postura política/social do homem interfere na ciência, por mais neutra que ela tente ser. E, portanto, não podemos ser indiferentes a esse aspecto, para que, inclusive, a ciência se torne mais ciência.

Conclusão

Deixamos para a conclusão a pergunta que norteou nossa investigação: Haveria então, uma teoria melhor, de acordo com os critérios estabelecidos por nós na introdução desta dissertação (mais econômica e empiricamente mais ampla)? Poder-se-ia supor que a teoria cognitiva defendida por Lakoff seria melhor porque ela teria maior alcance empírico, explicaria mais dados, pois seus dados recobrem desde as chamadas metáforas novas até as metáforas convencionais: ‘Sua fala estilhaçou meu dia’, ‘O congresso foi de segunda a sexta’, ‘Nosso casamento está afundando’, ‘Esse amor é uma loucura’, etc. Assim, a teoria cognitiva de metáfora explicaria um número maior de dados. Esta é, no entanto, uma conclusão ilusória, porque as outras teorias de metáfora também propõem explicações para todas essas sentenças apresentadas, só que através de uma teoria sobre o literal. Apenas o que a teoria cognitiva chama de metáforas novas seria a alçada de uma teoria da metáfora, as metáforas convencionais seriam explicadas por uma teoria do literal.

A teoria cognitiva também poderia ser considerada como a teoria mais econômica porque precisa de um número menor de distinções e explica mais fenômenos como a polissemia e as relações sistemáticas entre domínios conceituais. Esta afirmação, defendida por Lakoff (1987), não se sustenta. Se cotejarmos os termos teóricos das teorias em questão, veremos que elas sempre se ancoram nos conceitos de literal e metafórico, entendidos como direto e indireto, e também na noção, como vimos, de desvio. Além disso, as teorias linguísticas explicam também a polissemia e as relações sistemáticas entre conceitos, só que não através da noção de metáfora.

Se há, portanto, uma conclusão deste trabalho é a de que a pergunta formulada inicialmente está “mal dita”, porque ela mesma se dá na perspectiva da competição entre teorias científicas. Nossa reflexão mostrou-nos que simplesmente não é possível comparar teorias, conclusão essa que coincide com a teoria da incomensurabilidade. Porém, constatamos que elas não são comparáveis porque, ao contrário da metáfora da guerra, acreditamos não existir uma teoria que

seja a melhor. Adotando, assim, a perspectiva da metáfora do diálogo, a pergunta se refaz em outros termos: Que idéias são aquelas que irão sobreviver porque serão aceitas como válidas pela comunidade? Nesta perspectiva, o que existe são idéias melhores que se agregam ao senso comum de uma disciplina. Entre essas idéias melhores, podemos citar: o importe cognitivo da metáfora, a idéia de projeção (mapa, analogia) e finalmente a idéia de “desvio”, de aplicação de um domínio em outro.

No final deste estudo só podemos concluir que é possível mostrar que alguns conceitos permitem achar convergências, mesmo que locais, entre teorias que são diferentes. Estas convergências são bons candidatos a se tornarem senso comum da lingüística, nós provisórios de acordos. Apesar das diferentes concepções do (meta)termo metáfora, como vimos na descrição contida nos capítulos 1, 2 e 3, o desvio semântico se constitui num destes nós, que fazem as diferentes teorias convergirem. Assim, se empregarmos a metáfora da guerra, a compatibilidade entre tais teorias, de fato, não seria possível sob nenhum aspecto, porém, ao lidarmos com a teoria do diálogo, podemos ver emergir aproximações entre pontos das teorias que, a princípio, seriam incompatíveis.

Vislumbramos, então, ao final, que não há teorias melhores, segundo o princípio da economicidade teórica. Em outras palavras, não é possível estabelecer comparações objetivas entre teorias, mas, por outro lado, é, não só possível perceber convergências locais entre elas, contrariando o princípio da incomensurabilidade, como também, indo um pouco mais além, é possível construir teorias baseadas nos pressupostos teóricos distintos de cada uma delas. Foi esta descoberta que deu origem ao título desta Dissertação de Mestrado: *Teorias Contemporâneas de Metáfora: Convergências em Diferenças.*

Referências Bibliográficas

- ARISTOTLE 1946. *The Works of Aristotle. Translated into English under the Editorship of W.D. Ross.* Vol. XI. Oxford.
- BLACK, Max .1962. Metaphor In: *Models and Metaphors.* New York: Ithaca.
- 1979. More about Metaphor. In: Ortony, Andrew (ed.) *Metaphor and Thought.* 19-41. Cambridge: Cambridge University Press.
- BÜHLER, Karl. 1934. *Sprachtheorie.* Die Darstellungsfunktion der Sprache. Stuttgart.
- BURKHARDT, Armin. 1990. In *Speech acts, meaning and intentions: critical approaches to the philosophy of John Searle,* A(ed), Berlin; N. Y.; de Gruyter.
- DONALD, Davidson. 1986. A nice derangement of epitaphs In: Ernest LePore (ed.), *Truth and Interpretation: perspectives on the philosophy of Donald Davidson.* Oxford: Oxford University Press. 434-445.
- 1991. The Social Aspect of Language. In: McGuinness, R. and G. Oliveiri (eds.), *The Philosophy of Michael Dummet.* 1-16. The Netherlands: Kluwer Academic Press.
- 1992. O que as metáforas significam. In Sacks, Sheldon (org.) *Da metáfora* (pp.35-51). São Paulo: EDUC/Pontes. Primeira publicação em 1974. Publicado pela primeira vez em 1974.
- 1993. Locating Literary Meaning. In; Dasenbrock, R.W. (ed.), *Literary Theory after Davidson.* Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press.
- FINGER, Ingrid 1996. *Metáfora e Significação,* Porto Alegre, EDIPUCRS, Coleção Filosofia;46
- GRADY, Jerry E. 1999. Theories are buildings revisited. In: *Cognitive Linguistics* 8-4. 267-290.
- GRICE, H. Paul. 1982. Lógica e Conversação. In: Dascal, Marcelo (org.), *Fundamentos Metodológicos da Lingüística,* vol IV pragmática. Campinas: Editora da Unicamp. 81-104. Publicado pela primeira vez em 1967.
- ILARI, Rodolfo. 1995. Estruturalismo e Semântica. In: Mari, Hugo, Ivan Domingues e Julio Pinto (orgs), *Estruturalismo: Memória e Repercussões.* Rio de Janeiro: Diadorin. 95-108.

- INDURKHYA, Bipin. 1997 *Metaphor and Cognition*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- JACKENDOFF, Ray & AARON D. 1991. A review of 'More than cool reason: a field guide to poetic metaphor'. *Language*, vol. 67, n. 2. 320-338.
- LACEY, Hugh. 1999. Ciência e Valores. In: *Valores e Atividade Científica*. São Paulo: Fapesp e Discurso Editorial.
- LAKOFF, George. 1986. The meanings of literal. In: *Metaphor and Symbolic Activity*. University of California, Berkeley, Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- 1987. *Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago, The University of Chicago Press.
- 1988. Cognitive Semantics. In Eco, U., M. Santambrogio, P.Violi (orgs.), *Meaning and Mental Representation*. 117-11544. Bloomington: Indiana University Press.
- 1990. The Invariance Hypothesis: is Abstract Reason based on Image-Schemas? *Cognitive Linguistics*, 1-1. 39-74.
- 1993. Metaphor and Semantics. In Bright, W. (ed) *International Encyclopedia of Linguistics*. 417-19. Oxford: Oxford University Press.
- 1993. The Contemporary Theory of Metaphor. In Ortony, A. (ed.) *Metaphor and Thought*. 202-251. Oxford: Oxford University Press.
- LAKOFF, George & JOHNSON, M. 1980. *Metaphors we live by*, Chicago, The University of Chicago Press.
- 2000. *Philosophy in the Flesh*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LEVIN, S. R. 1992. Metaphor in Literature. In W. Brighth (ed.), *International Encyclopedia of Linguistics*. 419-423. Oxford: Oxford University Press.
- LEVINSON, Stephen C. 1994. *Pragmatics*, New York, NY, Cambridge University Press.
- LIMA, Paula Lenz Costa. 1999. *Desejar é Ter fome; novas idéias sobre antigas metáforas conceituais*. Tese de doutorado em Linguística, Unicamp.
- MELO MOURA, Heronides. M. 1999. *Significação e Contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática*, Florianópolis, SC, Série Didática.
- MILLER, G.A 1979. *Images and models, similes and metaphors*. In Ortony (1979a :202-50).

- NEWMeyer, Frederick J. 1999. Bridges between generative and cognitive linguistics. In: de Stadler, L. & C. Eyrich (eds.), *Issues in Cognitive Linguistics*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- ORTONY, A 1979. *Similarity in similes and metaphors*. In Ortony(1979:186-201).
- PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. 1991. *As Faces do Rosto*. Tese de Mestrado. Campinas.
- 1996. Metaphor, Logical Form and Events: a linguistic talking to the philosopher Donald Davidson. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n. 31, 91-108.
- 1997. 'A manhã é uma esponja': um estudo sobre a engenhosidade semântica, *D.E.L.T.A*, vol.13, No 2(247-73).
- 1997. Alguns impasses que a semântica cognitiva tem que enfrentar. *Seminário do GEL*. São José do Rio Preto: GEL.
- 1999. *Metáfora e Cognição no século XXI*, Florianópolis: ABRALIN.
- 2000. A descoberta dos neurônios de espelho no cognitivismo e no gerativismo. Uma crítica à teoria da incomensurabilidade. Trabalho apresentado no I Encontro em Epistemologia da Lingüística, S.P:USP.
- QUINTILIANUS, M.F. 1963-1968. *The Institutio Oratoria. With an English Translation by H.E. Butler*. Vol. 1-4. London – Cambridge, Mass.
- REDDY, M.J. 1979. The Conduit Metaphor – a case of frame conflict in our language about language. In: Ortony, A (ed.), *Metaphor and Thought*. Cambridge-London-New York-New Rochelle-Melbourne-Sydney, 284-324.
- RICHARDS, I.A 1936. *The Philosophy of Rhetoric*. Oxford.
- SEARLE, John. 1979. Metaphor In *Expression and Meaning. Studies in the theory of Speech Acts*. Cambridge- London/New York/New Rochelle Melbourne/Sydney, 76 – 136.
- 1995. *Expressão e significado: estudos da teoria dos atos da fala*. Tradução: Ana Cecília G. A de Camargo, Ana Luíza Marcondes Garcia, São Paulo: Martins Fontes.
- 1997. *A Redescoberta da Mente*. Tradução Eduardo Pereira e Ferreira. São Paulo: Martins Fontes.
- SPERBER & WILSON 1986. Loose Talk. *Proceedings of the Aristotelina Society*, LXXXVI. 153- 171.

---- 1995. *Relevance: communication and cognition* 2nd ed. Oxford, Cambridge: Blackwell.

TAVARES, Maria Alice. 1999. Seminário de Especialidade em Semântica ministrado pela professora Dr^a Roberta Pires de Oliveira. Florianópolis, SC, UFSC.

TIRRELL, Lynne. 1991. Seeing Metaphor as Seeing-As: Remarks on Davidson's Positive View of Metaphor. In *Philosophical Investigations*, 14. 143-154.